

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ARAÚJO, Maria Raimunda. Maria Raimunda Araújo (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Raimunda Araújo
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Luís - MA - Brasil;

Data: 10/09/2004

Duração: 4h 30min

Arquivo digital - vídeo: 5; Fita cassete: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ter fundado o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), e por seus cargos como primeira vice-presidente e presidente do CCN.

Temas: Alemanha; Atividade profissional; Dança; Discriminação racial; Educação; Ensino primário; Ensino secundário; Escravidão; Família; Gilberto Alves (Gil); Golpe de 1964; História; Infância; Literatura; Magistério; Maranhão; Militância política; Movimento negro; Museu Nacional; Música; Obras literárias; Pesquisa científica e tecnológica; Propriedade de terra; Questão agrária; Racismo; Rio de Janeiro (cidade); Rio de Janeiro (estado);

Sumário

Entrevista: 10.09.2004

Fita 1-A: Origens familiares; a infância; o trabalho do pai; o ambiente letrado na família e o estímulo dos pais da entrevistada à educação; o início da vida escolar; o encontro dos pais da entrevistada e a organização familiar; comentários sobre a avó paterna e sua influência; a ajuda na criação das irmãs e irmãos mais novos.

Fita 1-B: O interesse por música e as boas lembranças da infância; o processo de admissão e o ingresso no Ginásio Estadual do Instituto de Educação, em 1957; a discriminação do Instituto de Educação na separação das turmas; as mudanças no Instituto a partir de 1959; a rigidez e o ambiente repressivo do Instituto de Educação; a importância da diretora Oceanira Crisóstomo Galvão de Sousa na modernização do Instituto de Educação; o destaque da família no Instituto de Educação; a relação com as colegas de classe alta, todas brancas; a pouca presença de colegas negras no colégio; comentários sobre as festas e danças na juventude (primeira parte).

Fita 2-A: A proibição de negros se associarem nos clubes sociais no Maranhão; comentários sobre as festas e danças durante a juventude (segunda parte); comentário sobre ter aprendido a costurar desde cedo; o reconhecimento da entrevistada como negra; o início da atividade docente no Instituto dos Ferroviários do Maranhão, em 1964; o início do trabalho na véspera do Golpe Militar de 1964 e o choque pelas perseguições e prisões dos trabalhadores ligados à União dos Ferroviários, presidido por Benedito Teixeira; a oportunidade de lecionar para crianças negras no início da carreira e a libertação da timidez pelo magistério; a passagem de recreadora para professora; o início da abordagem da questão racial e do racismo em sala de aula; a mudança dos irmãos para estudarem no Rio de Janeiro; os relatos de racismo contados pelo irmão nas visitas que fazia do Rio e a percepção de que o racismo opera também de forma sutil; a influência do irmão no início das discussões sobre a questão racial; as diferenças e semelhanças entre o Rio de Janeiro e o Maranhão; a tomada de consciência sobre a questão racial; a inspiração em Ângela Davis.

Fita 2-B: A viagem ao Rio de Janeiro, em 1967; comentários sobre ter parado de alisar o cabelo e o racismo sofrido por isso; a viagem à Alemanha, em 1975; o enfrentamento individual ao racismo cotidiano; a influência do médico Cesário Coimbra; comentário sobre a recepção das crianças do Instituto Ferroviário ao cabelo natural da entrevistada; o início do curso de Comunicação Social, em 1971; comentários sobre a ida da irmã para a Alemanha; o aprendizado e as pesquisas de campo na época da faculdade; a ida para o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) do Estado do Maranhão como técnica em Comunicação Social; o ambiente de trabalho no Instituto; o início do trabalho de investigação e pesquisa em comunidades negras no interior do Maranhão.

Fita 3-A: A ida para a comunidade de Cruzeiro, no município de Dom Pedro, em 1977; comentários sobre os impactos dessa primeira visita a uma comunidade negra; a ida a outras comunidades, como Cajueiro, em 1979; comentários sobre as nomenclaturas e designações das comunidades; a memória da escravidão em algumas comunidades; comentários sobre a aquisição e o acesso à terra das comunidades; o contato com Alfredo Wagner e outros

cientistas sociais ligados ao Museu Nacional; comentários sobre a grande presença de comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão; as diversas histórias de origem das comunidades no Maranhão; a contradição dos históricos de cada comunidade com o Artigo 68 da Constituição Federal.

Fita 3-B: A relação com Cesário Coimbra; o mito da democracia racial; o conhecimento do Movimento Negro Unificado (MCU), a partir de jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro; a leitura de uma bibliografia referente à questão racial; a importância do professor Isidoro Cruz Neto para o movimento negro no Maranhão; comentários sobre a formação de um grupo de discussão e a primeira reunião organizada para o debate das questões raciais no Maranhão, em 1979, e suas repercussões; a participação de Gilberto Gil em uma das reuniões; a primeira dissidência no grupo; a viagem ao Rio de Janeiro e o intercâmbio com entidades negras e outras pensadoras, como Lélia Gonzalez; a formalização do grupo e a criação do Centro de Cultura Negra (CCN), com a entrevistada sendo a vice-presidente; a criação da Semana do Negro no Maranhão, em 1980.

Fita 4-A: A eleição da primeira diretoria do Centro de Cultura Negra (CCN) durante a I Semana do Negro, em 1980; a organização da I Semana do Negro; comentários sobre a programação, as diversas atividades da Semana do Negro e a recepção na periferia e no interior do estado; a participação da entrevistada no primeiro encontro do Memorial Zumbi em Alagoas, em 1980; a pesquisa da entrevistada no Arquivo Público do Maranhão e a utilização de documentos em palestras e debates nas escolas; o intercâmbio com entidades do movimento negro de outros estados e sua importância para o CCN; o convênio do CCN com a Secretaria de Educação, em 1982 e sua relação com os órgãos do estado; comentários sobre o rápido crescimento e o desenvolvimento do CCN; o estudo e a constante atualização da entrevistada; a influência dos blocos afros de carnaval.

Fita 4-B: A criação do bloco afro Akomabu, em 1984; a continuidade das pesquisas iniciadas em 1980; a ida para o Arquivo Público, em 1985, e o trabalho de pesquisa sobre a escravidão; a coordenação do projeto de mapeamento cultural das comunidades de Alcântara e a coordenação do Guia de Fontes para a História da África e da Escravidão Negra; a atuação como diretora do Arquivo Público, de 1991 a 2003; a elaboração de um projeto que resulta no livro Breve memória das comunidades de Alcântara; comentários sobre o início do CCN e a luta pela propriedade da terra das comunidades negras; o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, em 1986; o foco maior do CCN na questão rural a partir de 1988; comentários sobre o projeto Vida de Negro; comentários sobre as atividades no período do centenário da abolição; a articulação dos movimentos negros no Maranhão com as questões nacionais; a participação da entrevistada no movimento atualmente; a saída do Arquivo Público e os trabalhos atuais, como o livro Histórias de quilombos e quilombolas no Maranhão e a pesquisa Apontamentos para a história do Movimento Negro.

Fita 5-A: O trabalho nos Apontamentos para a história do movimento negro e sobre festas e danças de preto; as discussões sobre ações afirmativas no Maranhão; a luta da população negra na zona rural; a necessidade de um debate que envolva uma variedade de temas e questões; a participação da família no movimento negro; a criação da biblioteca Eugênio Araújo, com o acervo da entrevistada e o arquivo do CCN; o nome da biblioteca em

homenagem ao pai da entrevistada; comentários sobre o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros; a importância do trabalho atual de pesquisa e a necessidade de contar as histórias ainda não contadas; comentário sobre a prática de palestrante.

Entrevista: 10.09.2004

Verena Alberti – Bom, Mundinha, não é? Porque a gente viu que Maria Raimunda aqui não é. A gente já viu que aqui a Maria Raimunda se transforma em Mundinha. A gente estava conversando um pouco antes de começar a gravação e eu estava explicando que a ideia é a gente conhecer um pouco da sua trajetória de vida desde o início, da sua formação, seu nascimento, sua casa, e saber como que a pessoa que participou como líder do movimento negro fez suas opções e chegou aonde chegou. A gente gosta sempre de cruzar a biografia, a história individual com a história social mesmo, com o que está acontecendo na sociedade. Então a gente acha que biografia é bastante importante. Aqui a gente já pôde ter o seu currículo e você nasceu no dia 8 de janeiro de 1943, não é? O pai da senhora é Eugênio Estanislau de Araujo e a mãe é Neuza Valeriana Ribeiro Araujo. Nasceu aqui mesmo em São Luís?

Maria Raimunda Araújo – Nasci em São Luís, nessa rua mesmo Da Misericórdia, não nesse endereço. Em uma meia morada, uma das maiores casa aqui nessa mesma quadra. Essa era a casa da minha avó paterna. E a minha avó preta, não filha de escrava, mas essa residência era das antigas senhoras da minha bisavó. A minha avó falava que nasceu já de ventre livre. O meu avô era um comerciante, Elesbau Lourenço de Araújo.

V.A. – A sua nasceu depois de 1871, do Ventre Livre então?

M.A. – É, provavelmente em 1874.

V.A. – E o seu avô comerciante, ele era negro?

M.A. – Não. Branco. E teve uma união estável com a minha avó por 12 ou 13 anos. E dessa união eles tiveram 10 filhos. E ele era solteiro e registrou esses filhos todos. Ele vivia com a minha avó.

V.A. – Ele era comerciante de quê?

M.A. – Tinha um comércio muito grande também nessa região aqui, que se chama Largo de Santiago, nessa região daqui de São Pantaleão. Era de secos e molhados, inclusive tinha padaria também. Ele era considerado rico naquela época.

V.A. – Ele tinha nascido no Brasil?

M.A. – Nasceu no Brasil, no interior do Maranhão. Também é da baixada. E quando minha avó já estava esperando o último filho, que era o meu pai, grávida do último filho, ele comunicou que estava se casando com uma jovem, muito jovem. Ele já estava beirando os 40 anos e essa jovem tinha 17, era portuguesa. Ela veio para o Brasil e morava em frente a casa da minha avó e ia na casa da minha avó, brincava com os filhos dela, meus tios. Aí, de um certo tempo, começaram a falar para a minha avó: “Olha, o senhor Elesbau está namorando a portuguesinha”. E ela nunca, ela achava, eu acho, já tão sólida a união, com tantos filhos, com uma casa estruturada, e ele sempre um bom companheiro, nunca ouvi nessa família que a tratasse mal. E quando ele foi comunicar ela teve que aceitar. E ele disse que não faltaria nada para os filhos dele, que ia continuar a mantê-los e tudo mais. E minha avó só fez dizer que a partir daquele momento então ela não era mais nada para ele, não era mulher dele, mas mantiveram sempre uma amizade, até por conta dos filhos. E os filhos – depois que ele casou ele tinha também uma fazenda no interior e os filhos da minha avó iam passar férias lá. E ele criou os filhos que ele teve depois no casamento sempre unidos com os irmãos. E a gente tinha uma tia Chiquinha Preta, que era filha da minha avó e tinha uma outra Chiquinha que a gente chamava de Chiquinha Branca, que era filha dele com a portuguesa.

V.A. – Qual era o nome dessa portuguesa?

M.A. – Clotilde dos Santos. Chamavam de dona Coló. E dona Coló, que já casou encontrando esta família do marido, sempre teve uma convivência amigável. Não se sabe de confusões. Mas fora esses, meu avô também tinha tido outros filhos. Eles tinham muitos filhos assim, eram homens solteiros. E no final, quando ele morreu foram conferir e eram 20 filhos. Os últimos foram os que ele teve com a mulher dele, com a Coló. Eu acho que todos os outros antes da minha avó. Durante essa união estável com a minha avó ele teve dez. Eu sou a segunda de doze filhos. E eu sempre falo que na minha infância não dava para a gente perceber essa história de

negro, não se falava quase nisso na família. Era uma família que tinha pessoas de todas as cores. Todos negros, mas com nuances variadas das tonalidades da pele. Aí chamavam a gente de mulata, de morena. Eu acho que para nós não estava bem claro isso. A minha mãe é mestiça também de preto com índio, eles chamam de caboclo. Tinha os cabelos anelados, mas também negra, assim da minha cor. O meu pai era negro também. Era filho de branco com negra, mas todos tinham o gene da minha avó que predominou, todos eram negros. Mas eu acho que ficava difícil para eles assumir essa negritude. Era mais fácil dizer: “Ah, nós somos misturados”. Não se discutia isso. À medida que nós fomos crescendo eu comecei a sentir, por exemplo, se tinha uma briga de crianças, uma discussão na rua, as vizinhas chamavam: “Ah, mas essas pretas...” E preto para lá e para cá. Aí a gente começou a ouvir “preto” como um insulto. E hoje a gente analisa e eram pessoas negras iguais a nós, que não se achavam, que não se consideravam pretas. Então dessa forma começamos a ir percebendo.

Bem, nós somos sete mulheres e cinco homens. Desses doze filhos, oito foram para a universidade, as sete mulheres e um dos homens. E os outros que foram porque fizeram uma opção, queriam ser músicos, não queriam entrar nesse negócio de universidade. Mas estão com a vida deles, são músicos profissionais.

V.A. – O pai da senhora acabou sendo o quê na vida?

M.A. – Operário gráfico. O meu pai estudou artes gráficas porque naquele tempo – o meu pai nasceu em 13 de novembro de 1913 – a minha avó botava todos os filhos para aprender um ofício. Isso era uma prática destas famílias pobres, classe média baixa, todo mundo tinha que aprender um ofício. E botou meu pai para aprender artes gráficas. E ele tornou-se um excelente gráfico, fazia composições tipográficas, trabalhava com linotipos, então ele trabalhava... em 1941, o ano em que ele casou, ele entrou na Reffsa, na Rede Ferroviária Federal, que tinha uma gráfica imensa. Então meu pai vai ser operário gráfico das oficinas gráficas da Reffsa. E a noite ele fazia bicos também trabalhando nos jornais. Fazia composição de jornais. E dessa forma ele nos criou. Nos anos 1960 ele já adquiriu... no final dos anos 1950, ele vai adquirindo os equipamentos para montar sua própria gráfica e já começa a trabalhar dentro de casa. A primeira impressora pequena que era manual, o meu pai botou em casa e todas nós trabalhávamos também, ajudávamos na impressão, ajudávamos a colecionar os papéis depois de impressos. Então nós fomos criadas assim, de certa forma, envolvidas com as letras, com

editoração, com gráfica. E eu sempre digo que o meu pai era um operário letrado, tinha o ginásio, escrevia muito bem, lia, não só lia como nos estimulava com a leitura. Comprava na nossa infância aqueles contos de fada, uns livros volumosos, tinha outros muito grandes. E a gente foi ficando assim viciada na leitura, vivia lendo. A minha mãe, que só tem o primário, mas também gostava muito de ler, lia aqueles livrinhos de cordel. E a noite, eu lembro que ele ia engomar, aí nos botava para ler as histórias: “Lê aí para mim”. Então a gente desenvolveu esse exercício de ler, tanto essa leitura silenciosa como oral, e tudo pelo estímulo que meu pai dava para a educação. Tanto meu pai como minha mãe achavam fundamental investir na nossa educação. Meu pai era um funcionário federal, mas eram muitos filhos. Era muita roupa, era muita coisa. E eles achavam que a prioridade era a alimentação, a educação e a saúde. Tinha sempre que ter dinheiro para a alimentação, para os remédios e para adquirir os livros e nos educar dessa forma. Todos nós estudamos em escolas públicas. Só a minha irmã mais nova que já foi para a escola particular. Engraçado que eu e a minha irmã mais velha, ele nos botou no Instituto Raimundo Serqueira no início.

V.A. – O que é isso?

M.A. – Era uma escola de classe média-alta. Veja bem como meu pai queria... e nesse tempo as escolas públicas também eram excelentes, mas o meu pai achava que a gente deveria ir para essas escolas que tivessem o nome. E era uma boa escola, e nós fizemos a primeira e a segunda série primária. Depois eles viram que não ia dar. Só que a gente não percebia por que tinha mudado de escola.

V.A. – Eles viram que não ia dar por quê?

M.A. – Não ia dar porque era cara, como até hoje. As escolas particulares...

V.A. – Ah, porque esse instituto não era público?

M.A. – Não, não era público. Era particular e quem estudava era a burguesia. Mas veja que o meu pai pensava sempre, para ele não tinha essa história: “É escola de branco, de quem tem dinheiro”. Ele tinha um salário, de certa forma, razoável, mas só que foi ficando difícil para

manter duas filhas em uma escola dessas, e os demais? Aí os demais iriam para a escola pública, não é? Já estavam começando, aí ele resolveu colocar todos na escola pública. Mas nós sentimos a diferença. E no primeiro ano nós fomos reprovadas nessa escola para onde nós fomos. Porque não conseguimos, eu não sei a dificuldade que nós sentimos em dar continuidade.

V.A. – Quando saíram da escola particular, no primeiro ano da escola pública...

M.A. – Aí nós perdemos. Tanto eu como a minha irmã. E não sei, sentimos dificuldades, mas já sabíamos tabuada, já sabíamos fazer as quatro operações, já líamos bem, porque quando a gente entrou na primeira série já tínhamos o domínio da leitura. E eu nunca sei. Eu acho que foi até mesmo por ter mudado, mudaram os colegas, mudaram os professores, mudou alguma coisa. Como a gente era muito pequena também... Bem, é em uma família dessas que vai investir principalmente na educação que a gente se cria. A minha mãe, o fato dela ter casado com um homem que tinha emprego... a minha mãe era de uma pobreza, órfã, não tinha nem mãe nem pai, foi criada na periferia por uma tia muito pobre. E quando ela começou a namorar meu pai, que por acaso... um colega dele adoeceu e estava assim para morrer, e era costume as pessoas irem toda noite ficar ali junto com os parentes, batia papo. E em uma dessas noites ele encontra minha mãe no bairro do João Paulo.

V.A. – Tinha alguma ligação com esse colega que estava para morrer, a sua mãe?

M.A. – Não. Era vizinha. Estava por lá. Aí o meu pai apaixonou-se pela minha mãe.

V.A. – Viu e apaixonou-se? Como?

M.A. – Apaixonou-se. Manteve essa paixão, quando ele morreu em 2001 estava com 60 anos de casado e eternamente apaixonado pela minha mãe. Aí parece que os vizinhos sabiam que o pai dele era rico aí falaram para a tia da minha mãe: “Olha, ele é filho de Elesbau Araujo. Ele não vai querer nada com uma menina dessa pobre, sem praticamente uma educação formal...” Aí a tia da minha mãe dizia: “Cuidado, olha lá o que ele quer com você. Não vai casar não”. Era um negro, não é? Mas como estava socialmente em uma camada que eles consideravam

acima da minha mãe, achavam que isso não ia se concretizar. Mas daí a uns dois anos ele casou com a minha mãe e vieram morar aqui na casa da minha avó.

V.A. – E os outros irmãos do seu pai? Porque seu pai era o décimo, os outros moravam aqui também na casa da sua avó?

M.A. – Moravam. As mulheres casaram cedo, foram casando. Cada um tinha sua vida. Tinha um que era sapateiro, tinha outro que não queria muito nada, era mais boêmio. O meu tio mais velho, que nasceu em 1903, era muito boêmio também, mas trabalhava no que hoje se chama Sucam, esse serviço de saúde que sai pelo interior fazendo esse serviço sanitário, de saúde pública. E em uma das viagens... ele tinha 34 anos, casou com 18 anos. A moça que ele casou tinha 16 anos. Quando ele morreu em 1934, vítima de um naufrágio de uma embarcação que vinha do interior para cá, de Cururupu, ele já tinha nove filhos e a mulher estava grávida da última filha. Aí, ficaram todos esses filhos também na orfandade.

V.A. – Em uma dessas viagens ele acabou falecendo nesse naufrágio?

M.A. – Faleceu com 34 anos.

V.A. – E esses filhos vão morar também com a sua avó?

M.A. – Não, aí eles vão ficar divididos com a avó materna. A avó materna sumiu, mas era tudo aqui no bairro de São Pantaleão. E vivem aqui com a minha avó e vivem lá, e os tios vão procurar ajudar porque eram todos pequenos. A minha prima mais velha, que hoje tem 84 anos, aí ela estava com uns 17, se eu não me engano, e ela vai ajudar também com os irmãos mais novos.

V.A. – Então aqui morava a família do seu pai, a sua avó e mais a família de algum...

M.A. – Sim. Minha avó morava com uma filha que sempre morou com ela, que hoje está com 95 anos e é a única que está viva dessa irmandade toda. Já tinham morrido uns três filhos, dois ou três morreram pequenos, ficaram adultos sete filhos. Desses, morreu esse tio meu com 34

anos, morreu uma tia minha com 18 anos e ficaram cinco. Três homens e duas mulheres. Aí meu pai sendo o mais novo deles. E muitos sobrinhos, muita gente na família. A minha avó ficou como a matriarca dessa família. Tanto que eu já fiz a genealogia a partir dela, toda a descendência. Porque ano passado nós estávamos com 100 anos. O meu tio mais velho tinha nascido em 1903, aí eu procurei levantar essa descendência todinha da minha avó. E tudo girava em torno dela. Tinha essa tia que morava, tinha uma ou duas netas que ela criava mesmo e era uma casa aberta. Se um filho brigava com a mulher: “Mamãe, eu estou indo para aí, porque discuti...” Ela nunca dizia: “Não. Fica aí”. Tanto que uma das noras dizia: “A senhora alimenta essas coisas dos seus filhos. A senhora não fala com os seus filhos...” Ela dizia: “Ora, dona o que eu vou fazer?” Ela chamava todo mundo de dona: “O que eu vou fazer? Você quer que eu bote meu filho de casa para fora? Aqui é a casa da mãe deles e na hora que eles quiserem eles vêm para cá”. E meu pai casou e ficou aí.

V.A. – Ela chamava todo mundo de quê?

M.A. – De dona. Até as netas.

V.A. – Ela chamava a senhora de dona?

M.A. – É. Dona Mundinha, dona Ana Maria, todo mundo, dona Neuza, as noras, ela chamava todas de dona. Mas era uma personalidade tão forte, mas a gente não a via brigando com os filhos, discutindo com os filhos. Ela cozinhava muito bem e tinha prazer em cozinhar. Fazia tudo quanto era doce. Eu tenho uma lembrança da minha avó... porque depois nós mudamos de casa, mas sempre vínhamos aqui, a casa era no Centro. Depois a gente morou em um bairro, mas vivia por aqui, e ela de cócoras, porque ela só cozinhava abaixada de cócoras naquela trempe lá na cozinha, aquelas pedras para poder botar o tacho. Era feito na lenha.

V.A. – O que é trempe?

M.A. – Trempe são três pedras grandes que as pessoas usavam muito aqui, ainda se usa no interior, bota uma aqui, outra e outra para segurar a panela. Geralmente são panelas grandes. E

botava lenha. Ainda se usa muito na Casa das Minas, nessas casas que fazem festas, nesses terreiros. Mas nesta época...

V.A. – E ela fazia doce de quê?

M.A. – De goiaba, de abacaxi, de caju, de toda, tanto a compota como de massa, e cozinhava. Aí minha mãe diz que aprendeu a cozinhar com ela, que a minha mãe cozinha muito bem, mas era de uma família muito humilde, a mãe tinha vindo do interior e o interior já tem outro tipo de culinária, é mais o peixe, não tem essa sofisticação de quem nasce na cidade, não é? Então minha avó sabia fazer um peru cheio, e fazia todo tipo de comida, um caruru, um vatapá, um cuxá, todas essas comidas de origem africana também, a minha avó era especialista. E isso já não se encontra no interior do estado. É típico da zona urbana e daqui da capital.

V.A. – Ela provavelmente aprendeu com a sua bisavó?

M.A. – É claro. E com os brancos, como se diz. Mas só que o fato de estar na cozinha dos brancos, aqui no Maranhão, os pretos impuseram as suas comidas, elas que ficaram sendo as comidas de festas, interessante. Eram as comidas que os pretos faziam, não é? Esse cuxá, que se encontra só aqui no Maranhão, era comida de preto. Os pretos que vendiam nas ruas.

V.A. – Cuxá é uma folha?

M.A. – Sim. É a folha, mas é um prato aqui em São Luís.

V.A. – Porque a gente já comeu, o arroz de cuxá a gente já comeu. Mas a folha se chama cuxá?

M.A. – A folha no interior, em certas regiões se chama cuxá. Aqui em São Luís se chama vinagreira. Essa folha é só um dos componentes desse prato, porque o cuxá mesmo que se chama aqui em São Luís é um angu. Vai levar a farinha da mandioca, farinha branca socada com camarão seco, junta o gergelim torrado, que por sua vez é socado tudo em pilão, e faz aquela farinha com farinha seca, cebola, gergelim torrado, o camarão. E ferve esta folha à parte e bate. Aquela água em que foi fervida a folha, vai servir para dissolver a farinha e juntar com

a folha. E aí se vê se o sal está bom ou não. É o cuxá. E hoje em dia tem muita confusão a respeito do cuxá. E nós ficamos brigando pelo cuxá tradicional, dizemos: “Nesses restaurantes misturam arroz com vinagreira e botam camarão e dizem que é cuxá”. Não. O cuxá tem que ter o gergelim, a farinha de mandioca...

V.A. – Então a gente não comeu cuxá ainda.

M.A. – E é um preto excelente. E é servido junto com arroz branco e com peixe frito. Ou então com torta de camarão. Mas os pretos vendiam nas ruas ou nas portas das casas esse angu tradicional. E esse que é uma delícia.

V.A. – A gente ainda precisa comer em Amilcar.

Amilcar Araujo Pereira – É.

M.A. – Alguém ainda deve fazer. Aí eu tenho essa referência da minha avó, que foi marcante.

V.A. – Que deve ter sido uma pessoa ótima.

M.A. – A minha avó marcante, e aglutinava em torno dela era filho, era neto. Eu lembro de uma pessoa sempre assim, complacente. Mas não é dizer que ela era boazinha, calminha, não. Ela discutia. Inclusive com a minha mãe. Elas duas de personalidades tão fortes, só que a minha mãe, que veio de um outro mundo e veio morar com a minha avó, ela acabou dominando aí nessa casa. Porque a minha avó não gostava de bater em criança, nunca se viu ela brigando com os filhos nem com os netos. Ela podia até falar: “Olha essa menina fazendo isso”. Mas nunca se viu em uma atitude agressiva. E a minha mãe – não sei do histórico dela, se a mãe dela batia, mas ela ficou órfã tão cedo – gostava de bater. Era um tipo de educação que dava muito naquele tempo, batia. Minha avó ficava incomodada. Minha avó falava. Meu pai, apaixonado pela minha mãe, nunca repreendia, nunca dizia: “Não faz isso. Não bate assim”. E a minha mãe batia. E hoje a gente procura entender, porque com tantos filhos não devia ser fácil. Com tanta criança para vestir, para calçar, para preparar para o colégio, fazer isso, fazer aquilo. Sempre tinha uma pessoa para ajudar na lavagem da roupa, meu pai sempre pagava

alguém para ajudar a lavar a roupa, engomar, mas acho que só a responsabilidade de estar cuidando de tantos filhos a deixava nervosa. E a minha avó não gostava. Minha avó gostava muito de uma irmã minha, a terceira, eu sou a segunda, e mamãe quando batia nela, minha avó reclamava muito: “O Eugênio, diga para dona Neuza não bater nessa criança assim, coitadinha”. E mamãe dava toda a autoridade para a minha irmã mais velha, que era miudinha. Eu era mais forte do que ela, maior do que ela, ela era miudinha, mas ela tinha a autoridade porque minha mãe repassava para ela: “Tu é a mais velha e todo mundo tem que te respeitar”. E ela ajudava muito minha mãe. Nós ajudávamos muito. Minha mãe dividia as tarefas, mas não era depois de grande, era desde pequena, ela dizia: “Vai varrer casa. Uma semana é fulana, outra semana é a outra”. Para lavar a louça, cada semana tinha uma para lavar a louça. Além de ajudar com os irmãos mais novos. Todos nós, as duas mais velhas, quando nascia um, a gente que já tomava a responsabilidade. Aí eu fico pensando: “Como?”

V.A. – Pelo pequenininho que nascia?

M.A. – Sim. Como é que a gente podia? [riso] Era assim de mexer o mingau, de trocar – não era fralda – os panos, de embalar na rede, está entendendo? Essas tarefas eram divididas com a minha mãe. Porque sempre, ela tinha todos os anos.

V.A. – Todo ano tinha um?

M.A. – Sim. E aí as mais velhas, a gente já com sete anos, já estava dando banho, lógico. Já cuidava de dar banho, de pentear aquela irmã mais nova. Fazia cachinhos, ou trancinha, e botava roupa. Foi assim que nós fomos criadas.

[FINAL DA FITA 1 – A]

M.A. – Aí, durante o dia, ela dizia: “Vocês têm que me ajudar com as tarefas de casa. Então têm que acordar bem cedo para preparar as lições”. Aí nós acordávamos bem cedo. Ela também acordava junto. Ela nos acostumou a levantar, independentemente, ia fazer prova? Então era cinco horas da manhã. Acendia a luz, ela fazia uma papa para gente de farinha de mandioca socada com coco babaçu que era uma delícia. Ela dizia: “Isso sustenta. Então não tem problema de

acordar cedo. Não vai matar ninguém”. E era época de decorar. Tudo era decorado. E ficava cada uma para um lado para não atrapalhar a outra, ainda bem que a casa era grande. Mas geralmente a gente ia para o lado do quintal. Cada uma pegava e estudava, a gente gostava de estudar. Gostava de cantar. Era uma família alegre. Minha mãe inclusive cantava muito. A gente foi criada lá cantando. Todas essas músicas antigas a Amélia, Emília, Antonico, tudo se aprendeu com ela. Todas as filhas cantam. E essa musicalidade, na realidade vem do lado dela, vem do lado da minha avó, minha avó por outro lado cantava, minhas tias... A gente não tem o que falar de uma infância, fora as tapas que a minha mãe gostava de dar, por outro lado a gente não tem nada assim para lamentar. Ela diz: “Mas ninguém se perdeu por causa das pancadas”. Quando nós chegamos na adolescência, começamos a cobrar. E não se deixava mais ela tocar em nenhum dos mais novos. Os mais novos não apanharam nada, porque a gente não deixava. Ah, se acordava de noite chorando a gente corria, pegava e levava para o nosso quarto. Porque minha mãe dizia: “Ah, está procurando pegar umas palmadas”. Aí quando ela falava isso nós levantávamos, pegávamos nossos irmãos mais novos e lavávamos para o nosso quarto. E aí a gente assumiu a responsabilidade. A minha irmã, a Paula que é das mais novas, eu praticamente que criei, eu tinha 15 anos quando ela nasceu. Cuidei desde enxoval dela. Parecia que eu é que ia ter. Bordando camisinha, bordando pano, que coisa, não é? E eu gostava de ir para a máquina, já fui fazendo roupinha. Porque a minha mãe dizia, não sei como ela sabia: “Esse vai ser homem. Essa vai ser mulher, vai ser Paula Francinete”. Aí eu comecei a fazer roupinha de mulher. E foi mulher mesmo. E essa minha irmã até os dois anos me chamava de mãe. Ela me identificava como se eu fosse a mãe dela. Eu andava com ela e o pessoal perguntava: “É tua filha?” Porque eu já tinha corpo, 15 anos, já estava desse tamanho, era forte. “Não. É minha irmã mais nova”. [risos] E toda essa vivência.

Fomos estudar no Instituto de Educação. Fizemos o exame de admissão e a minha mãe dizia: “Não temos dinheiro para pagar...” Era tipo um cursinho, porque você tinha que se preparar. Os filhos dos ricos todos tinham umas professoras famosas só para preparar para o exame de admissão, que era pior do que um vestibular, essa que é a verdade. Com exame escrito, oral, e eu fico pensando: como era aquilo, meu Deus? As crianças tão pequenas se submetendo à banca examinadora, aqueles professores. Só aquilo já inibia, apavorava a gente.

V.A. – Tinha prova de Matemática...

M.A. – Português, Conhecimentos Gerais, que entrava História, Geografia, Ciências, mas Português era uma redação, uma descrição, que eles botavam um quadro lá na parede aí a gente ia dizendo o que tinha.

V.A. – Descrevia o quadro.

M.A. – Era essa descrição, um ditado e a parte de Gramática. E nós já tiramos o primário da escola pública, todas nós. Mas tinha essa interrogação: será que vão passar no Instituto de Educação? Porque se não passasse no Instituto de Educação a opção era ir para a escola particular. E era isso que todos...

V.A. – A admissão era para passar para o ginásio, não é isso?

M.A. – Para o ginásio.

V.A. – E o Instituto de Educação era ginásio?

M.A. – Era um ginásio.

V.A. – Era o único ginásio público?

M.A. – Público, era. Ginásio Estadual do Instituto de Educação.

V.A. – Não tinha outro ginásio público?

M.A. – Não. E esse era o melhor. Essa que é a verdade. Os brancos, os ricos também queriam. E eles, com o maior acesso à informação, tendo condição de estar nas melhores escolas com os melhores professores, com os pais pagando essas professoras particulares para prepará-los para este exame, eles tinham mais oportunidades. Então quando você chegava parecia que era uma escola de ricos. Tinha pobres, tinha os pretos, mas era um número muito menor. E o desafio era esse. Mas minha mãe deixava isso por nossa conta. A essa altura nós mesmas... Hoje em dia eu vejo, tem pai que acompanha a filha até para fazer o vestibular, a mãe está ali, o pai na

agonia... Nós íamos sozinhas. Imagina a nossa mãe sair de carro com não sei quantos filhos aí depois de nós, para estar nos acompanhando? Ah, mas nós íamos atrás para reconhecer firma de documento, a gente levava, nós fazíamos tudo. A gente é que procurava, minha irmã mais velha e eu. Depois as mais novas...

V.A. – Com o quê, 12 anos, não era?

M.A. – 11 anos. 10, 11 anos fazendo assim, um bando de coisas. Os professores sempre elogiavam: “Elas eram estudiosas”. Acho que por isso não se sentiu tanto a questão do preconceito na escola pública, porque tinha muito esse negócio: se você se destaca por ser a melhor aluna, por que um aluno vai estar te chamando “sua preta”? Você desperta um certo respeito. E na escola primária não deu para perceber assim. Na escola primária as professoras também tratavam bem. Nós estudamos em uma escola pública aqui perto e estava tudo muito próximo, a nossa família da escola, quando tinha festa tinha essa participação.

V.A. – Aí vocês tiveram que se preparar sozinhas para o exame de admissão.

M.A. – Aí apareceu no próprio Liceu uns estudantes, esses estudantes já estavam o segundo grau, faziam o científico e resolveram botar tipo um cursinho, hoje não tem esses cursinhos para carentes, assim que foi. Mamãe soube disso porque tinha umas parentas nossas que já estavam na Escola Normal: “Olha, tem um curso para quem não pode pagar, paga só uma taxa”. Aí minha mãe pediu para essa prima nossa nos matricular. Era só Matemática e Português que eles davam. E nós pegamos mais esse reforço. E fomos para a prova eu e minha irmã mais velha.

V.A. – As duas cursavam no mesmo ano?

M.A. – Sim. Ela acabou ficando sempre junto comigo por problemas de saúde, igualou. E a diferença também não era grande. Olha, fizemos a prova e quando teve a prova de Matemática eu cheguei chorando, porque eu nunca gostei de Matemática: “Ah, não vai dar...” Minha mãe: “Ah, minha filha. Para o ano tenta”. Aí ela só dizia isso: “Vocês vão passar na Escola Normal”. Que era o Instituto de Educação. “E se não passar este ano, vai fazer no próximo. Se não passar

no próximo, vai fazer. Vão fazer este exame de admissão até passar porque é lá que vocês vão ter que passar. E não vai pagar nada”. E nós passamos, as duas. Ah que vitória. Uma coisa. Hoje que eu vejo o que foi aquilo. Até para as demais irmãs, o fato das duas mais velhas terem sido aprovadas no exame de admissão, não vamos ser excelentes, mas médias, não é? E o que aconteceu? Como é que eles selecionavam? Essa leitura eu faço depois de muitos anos. A gente observava que a turma 11 eram só brancas.

V.A. – 11 é o quê?

M.A. – Lá eram as turmas 11, 12, 13 e 14, numeradas na primeira série do ginásio. A nossa entrada no ginásio. Como é que eu via aquilo? Que tinha umas turmas que só tinham meninas brancas e outras que ficavam as pretinhas, você via assim, bem pobrezinhas. Mas não conseguia entender naquela época. Aí qual era o procedimento da escola? A turma 11, onde tinha mais brancas, eram por notas. Eles reuniam os alunos de acordo com a classificação obtida no exame.

V.A. – Era a melhor...

M.A. – aí já ficavam sendo vistas como as melhores, as excepcionais. E eram essas justamente oriundas das camadas da classe dominante. E que na nossa infância, porque com 12 anos não dava para se fazer uma leitura, interpretar isso, e de certa forma, eles estavam discriminando. Fosse através da nota obtida, mas estava separando, ali estava a classe social. Aí a 12 já eram mais ou menos.

V.A. – Porque eram as notas mais ou menos?

M.A. – Já era oito. Veja bem a 11 era quem tinha obtido nove, nove e meio, nove e setenta e cinco, parecia que eram uns gênios. Se você não fosse observar que eram os bem aquinhoados pela sorte, filhos de médicos, até filha de governador, porque quando o Sarney foi ser governador a filha foi para lá. Então era a coisa, era a classe média-alta, eram os filhos dos políticos. Agora, as filhas dos trabalhadores precisavam ser realmente ótimas, essas ótimas. Agora eu digo: nós éramos ótimas, dada as nossas condições. Nós, filhas de uma família numerosa, filhas de um operário gráfico e que investiu na nossa educação, mas nós tínhamos

outras atribuições dentro de casa, ajudávamos nossa mãe, cuidávamos dos irmãos mais novos. Então na hora em que a gente passou no Instituto de Educação, hoje eu digo: nós fomos as vitoriosas nessa história toda. Bem, ficamos na 13.

V.A. – A senhora e sua irmã ficaram na mesma turma?

M.A. – Na mesma turma, na 13, que já era... não tinha chegado na 14 porque a 14 era quem tinha sido aprovada com cinco, que ainda era muito. Mas era visível, eram mocinhas negras, meninas negras e mais carentes, se via a condição da pobreza e tudo, mas estavam na Escola Normal, tinham passado pelo crivo, passaram. Quando chega na terceira série, entra uma diretora... acho que isso já começava a ser questionado, aquelas meninas...

V.A. – Em que ano que a senhora entrou na escola normal?

M.A. – Em 1957. Entra uma diretora, eu acho que em 1959, e ela fez o que se considera tipo uma revolução. Eu acho que já vinha sendo questionada essa história de ficar classe das, entre aspas, excelentes. E o que se observava era que os professores das três primeiras não eram da turma 14. A turma 14 eles já botavam outros professores não tão renomados como os que ensinavam as primeiras séries dentro da classificação deles. Que já era uma coisa também bem como se quisesse dar uma educação elitista para determinado grupo ali dentro e para outro não: “Esses são pobrezinhos...” Aí ela disse: “Vai se ordenar as turmas por ordem alfabética”. Nossa! Isso foi uma revolução! E os pais que não queriam. E as alunas? Porque pela ordem alfabética, a Maria lá da 14, da 13, ia se unir com a Maria da 11. Aí... foi um desespero. Aí eles alegavam que estavam desde a primeira série com as mesmas colegas, agora ia trocar de colegas.

V.A. – Como era o nome dessa diretora?

M.A. – Deixe-me ver, foi antes de Oceanira. Eu não sei. Essa eu esqueci. Porque quem ficou na história mesmo foi a Oceanira, que chega em 1960. Isso foi um ano antes.

V.A. – Essa ficou só um ano, essa que fez a mudança?

M.A. – Não. Ela ficou uns dois anos. É que essa medida foi tomada um ano antes de Oceanira chegar. Eu sei que a medida foi tomada quando eu estava na terceira série.

V.A. – E a senhora foi para onde?

M.A. – Eu fiquei na turma 33. Continua a mesma numeração das turmas, só que agora quem são remanejados são os alunos, era aluna da 31, se é Maria vai para a 33.

V.A. – E ficou junto com a sua irmã?

M.A. – A minha irmã era Ana Maria. Aí a minha irmã foi para a 31. Aí teve essas mudanças. Aí geralmente na minha ficavam todas as Marias, Maria do Socorro, Maria do Rosário, todas as Marias. E para complementar, nos anos 1960 chega Oceanira Crisóstomo Galvão de Sousa. Em 1960 eu já estava deixando o ginásio para fazer o curso normal, eu e minha irmã. E o curso normal todo nós já vamos fazer com a administração de Oceanira. Oceanira tinha feito Filosofia no Rio de Janeiro, é de família maranhense. É o que se chamava na época de mulata. Uma pessoa simpaticíssima, jovem, tinha uns 25 anos, muito jovem, e toda aquela repressão que se sofria, porque a escola normal era muito repressora em relação a roupa. Você não podia usar um brinco, só se fosse de ouro, não podia botar aquelas atracas, não podia usar faixas, era uma coisa. A saia tinha que estar tantos centímetros acima do tornozelo, e tudo isso tinha uma porteira só para vigiar. Não podia usar sutiã, tinha que ser combinação, porque se fizesse uma sombra que demonstrasse que a pessoa estava, voltava. Era uma coisa assim terrível. Além de ficarem todas silenciosas se a diretora... nesse tempo, acho que foi Maria Helena Rocha antes de Oceanira.

V.A. – Essa que botou por ordem alfabética?

M.A. – É. Olha, ela vinha assim encostada na parede para que ninguém olhasse na porta que ela vinha pelo meio do corredor. Quando ela chegava na porta da sala, se pegasse alguém se penteando, aí ela tomava o pente e falava assim... Tinha umas vigilantes. Em cada sala ficava uma vigilante – era chamada de vigilante – sentada ali só para controlar. A gente só podia

conversar baixinho nos intervalos de uma aula para outra. E não podia pentear, e não podia levantar: “A senhora dá licença dona fulana de falar?” “Mas não demora”. Meu Deus! Era uma loucura. Mas claro que tinha gente que rompia isso, que subia nas carteiras e dançava, e cantava. Tinha gente muito livre, não é? Mas nós que saímos de uma família de uma mãe também bem repressora, nós ficávamos quietas. Eu era muito quieta, extremamente tímida. Se não era para falar eu já não estava falando. Na minha casa também, como eu tinha medo de apanhar, aí ficava sempre quietinha, sempre. Aí mamãe dizia: “É sonsa. Igual ao pai”. Porque eu parecia com papai e papai também era calado. [riso] Depois que eu vi que não era nada disso. O que é bom de ser humano é que você tem as fases da sua vida, e chega ao ponto em que você vai analisar tudo, e coisas até que fizeram a gente sofrer muito, a gente consegue até rir depois e vê que nada foi tão sério que prejudicasse a nossa integridade moral, física... Juntando tudo, foi tudo muito bom.

V.A. – A senhora estava contando como que era o clima que...

A.P. – E a Oceanira?

M.A. – A Oceanira era moderna, a Oceanira abraçava a gente. A Oceanira, meu Deus do céu, foi uma paixão generalizada. Nunca entendi, eu acho que nunca teve um diretor de escola, e éramos quase mil mulheres, porque juntava o ginásio com o curso normal. E Oceanira sorrindo o tempo todo sem censurar ninguém. Aí a relação da minha terceira irmã com Oceanira vai ser grande, ela era do grêmio estudantil. A minha irmã mais nova também... As duas mais velhas estão entrando para fazer o curso normal e uma das mais novas, a Fátima, das seis mais velhas, já estava lá também no ginásio. Então nós éramos seis irmãs. Aí, uma família dessas é lógico que fica muito conhecida, e Oceanira fica encantada com a gente, essa Fátima também vai ser uma das lideranças lá. Engraçado, eu não fui liderança nesse meu período estudantil. É minha irmã, a terceira, que é Socorro, que vai ser do grêmio estudantil da escola normal, e daí algum tempo também com o pouco tempo que Fátima entra no ginásio, ela também vai ser do grêmio estudantil. E nós, as mais velhas não. Eu acho que até por conta do que elas já encontraram em casa, não sei. Nós acabamos sendo responsáveis sem sermos líderes na escola. Porque essas lideranças geralmente dizem: “Eu fui do grêmio, eu fiz isso...” Nós não. Nós, as duas irmãs mais velhas, a mais velha é Ana Maria, e eu e Socorro... nós tínhamos aulas de Latim, de

Francês naquele tempo e essa minha irmã, a Maria do Socorro, tinha um bom desempenho nas aulas de Francês. E por ela ter um bom desempenho, não sei se a professora um dia disse: “Você fala que nem uma francesa”. As colegas começaram a chamar de francesa. Sabe que aí ela perdeu o nome, todo mundo, se falar com alguém daquela geração: “Ah, a irmã de francesa”. Ela ficou o tempo todo que estudou lá como francesa, veja só. E tinha liderança e andava com Oceanira e tudo mais. Essa minha irmã mais nova gostava de cantar, eu gostava de cantar com minha irmã mais velha e nós fazíamos dupla, então é uma família que se destaca no Instituto de Educação. Ainda hoje a gente encontra as pessoas: “Ah, eu me lembro de vocês. Vocês eram muitas irmãs...” E fizemos o normal. Em 1963 eu estava concluindo.

V.A. – Entraram seis, mas eram sete mulheres. Uma não entrou não?

M.A. – É porque a diferença era muito grande. Era essa que quando eu tinha 15 anos ela nasceu. Quando ela já vai para o ginásio, praticamente o Instituto de Educação já não era mais o mesmo. Já tinha uma outra escola pública, moderna. Era um Centro Educacional que era com televisão e foi implantado no governo do Sarney. E Paula já vai estudar nessa escola, que foi ótimo. Aí que eles implantam... sentava todo mundo em grupo, em equipe. Era uma experiência moderna de dar aula através da televisão, e tinha os supervisores de classe. Mas o que revolucionou mesmo foram os trabalhos em grupo, que foi uma novidade, de sentar em mesas redondas os colegas. E a Paula foi para lá. Bom, e aí eu tiro o normal...

V.A. – Como que passou a ser a relação com as meninas da elite depois que misturou todo mundo?

M.A. – Boas. Nós dizíamos que a gente aglutinava de todas as classes com essa história de sermos estudosas, naquela época tinha muito a coisa de umas estudarem nas casas das outras. Nossa casa era grande, a minha mãe estava sempre aberta também para receber: “Se é para estudar, tudo bem”. Tinha merenda, tinha tudo, e as colegas vinham, e muitas colegas brancas. Pode-se dizer até que o nosso convívio era mais com brancas. Primeiro porque quase não tinha estudantes negras na escola normal. E eu não consigo, já fui ver no curso normal eu com mais umas três pretas na minha turma: eu, Mônica Vale, que era irmão de João do Vale, a Remédios, eu quero lembrar, mas no curso normal tinha poucas negras, principalmente se assumindo como

negra, pouquíssimas. E íamos nas festas, tinha festas nas casas e tudo, fazíamos festas também na minha casa, foi uma juventude bem participativa na vida social. Íamos em clube social, tínhamos muitos amigos rapazes, mas nessa época dava para perceber, quando a gente vai tendo um entendimento do tratamento diferenciado para negros e brancos. Enquanto no convívio escolar não foi muito, pelo menos não deu perceber em relação ao tratamento dispensado pelos professores – os professores estavam sempre querendo elogiar, estimular, pelo menos na minha época, quem gostava de estudar, quem se destacava, tinha boas notas, ou notas médias, medianas... As alunas também, as colegas, íamos juntos para o cinema, para festas, vinham na minha casa estudar, nós íamos nas casas das outras e sempre recebíamos pela parte dos pais esse tratamento, será que eles não nos viam como pretas também? Depois a gente vai ouvir tanto isso: “Você não é preta, vocês não são pretas”. Como era? Eu não sei. Isso eu vendo agora, depois de muitos anos que eu fui percebendo. Mas nas festas nós percebíamos que as mocinhas negras não eram tiradas para dançar, naquele tempo que todo mundo ficava sentada e os rapazes vinham tirar.

V.A. – Os rapazes eram brancos?

M.A. – Brancos e negros também. Como até hoje, que você vê negros preferindo casar com brancas, namorar com brancas, e naquela época então – meu Deus! – que as negras participando, com uma vida social eram muitas, e essas poucas que iam ficavam lá. Se não tivesse um irmão para dançar, um parente, eles diziam, ficavam lá fazendo crochê a noite toda. No nosso caso, não é dizer que a gente também... nós não éramos assim solicitadas, mas aprendemos a dançar.

V.A. – Como?

M.A. – Indo em festas, nessas festas de casas. Minha mãe não ia nem pai, não sei, mas a gente conseguia, festa de 15 anos, festa de não sei o quê... Aí a minha mãe dizia: “Olha, quando vier alguém tirar vocês para dançar, vocês digam: ‘eu não sei dançar’”. Porque se um rapaz tirasse e a gente começasse a pisar no pé era um vexame, e eles ficavam aborrecidos e eram capazes de levar a moça de volta: “Não sabe dançar e não disse nada?” [riso] Aí nós seguíamos o conselho de mamãe, vinham nos tirar... primeiro a gente aprendeu a dançar nessas festas

familiares, essa que é verdade. “Ai, eu não sei dançar”. Aí o rapaz dizia: “Eu também não sei. Então vamos aprender”. E nos levavam e a gente foi aprendendo. Ficamos excelentes dançarinas de salão. Novinhas e dançarinas. E tínhamos muitos colegas. O rapaz, também não era só ele que era o poderoso, eles também eram tímidos e eles tinham problemas, eles poderiam ser rejeitados, chegar, atravessar o salão, vir solicitar para uma moça dançar e a menina: “Não, não quero. Estou cansada”. O que eles faziam? Para mostrar que eles sabiam também dançar era melhor dançar com alguém conhecida. E nós éramos muitas, chegávamos nessas festas as três mais velhas, depois chegou um tempo que iam as seis, porque a diferença não era tamanha e teve uma época que as mais novas também já faziam parte do grupo. Mas tínhamos muitas primas. E as nossas mesas tinham muita gente, muita moça. Aí eles nos tiravam para dançar. Eles até brincavam: “Nós vamos tirar logo vocês porque serve para vocês e para nós. Porque aí vão ver que vocês sabem dançar e que vocês não dão ferro, e para nós também”. A gente fazia... E nós tínhamos uma outra estratégia: nós estávamos sempre nas organizações das festas escolares. De alugar clube para as festas para arrecadar dinheiro. Aí no Lítero, por exemplo, nós sabíamos que os rapazes que não compravam mesa ficavam todos em pé na entrada. E o salão era imenso. Aí, nós que íamos arrumar as mesas, dizíamos: “Vamos botar logo essas mesas bem aqui, porque com certeza eles não vão atravessar o salão para ir tirar a gente para dançar lá distante”. A não ser que fosse um...

[FINAL DA FITA 1 – B]

V.A. – ...O nome desse clube, Líbero que era chamado?

M.A. – Lítero. A gente tinha o Lítero, Casino, eram os mais... que até os anos 1950, preto não entrava. Não só aqui na capital como nos interiores, tinha um *apartheid*. Negro não entrava. Para ser sócio... Veja bem, nós íamos, mas eram festas da escola. Alugávamos os salões para as festas da escola. Não é que nós fossemos sócias. O único clube que aceitava negro para ser sócio era o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Maranhão. Era dos oficiais e dos sargentos.

V.A. – Nesse Lítero, mesmo na década de 1960, se vocês quisessem ser sócias?

M.A. – Não. Sócias não. Negros não eram sócios. E a gente também não... nunca vi meu pai achando que isso fosse importante, a gente ser sócia do Lítero ou ser sócia de um clube desse, do Casino.

V.A. – Agora, você estava explicando que tinha uns rapazes que ficavam em pé na entrada. Eu não tinha entendido a história.

M.A. – Sim. Quem não adquiria a mesa, bem na entrada do salão, e na arrumação, veja bem, mas isso era das moças que queriam dançar, diziam: “Olha, enquanto eles estão aí, todos em pé...” Acho que ficavam perto do bar, tinha alguma coisa que aglutinava. Eles não iam para sentar nas mesas, a não ser que estivesse acompanhando a namorada, acompanhando a mãe, a noiva, ficavam ali em pé. E lógico que eles tiravam para dançar, no início das festas ou dos bailes, quem estava mais próximo. E se nossa mesa estava localizada estrategicamente próxima dos rapazes, era difícil a gente ficar, nós dançávamos muito.

V.A. – Está certo. Então vocês já arrumavam as mesas ali perto da entrada...

M.A. – E for isso, tinha os nossos amigos. Aí dançávamos muito. Aí cada vez mais a gente ia dançando e tínhamos muitos amigos, muita gente. Mas não quer dizer que... tinha festa que predominava mulher. Festa da escola normal era um caso sério, porque eram só mulheres, e se a gente não tivesse os conhecidos, era chá de cadeira. E quando nós chegávamos em casa eram os comentários. Nós dormíamos todas no mesmo quarto: “Não sei quem dançou... tu só dançaste duas, outra dançou três. Eu dancei mais do que tu...” Eu sei que minha mãe se aborrecia: “Parem com essa conversa que nós queremos dormir”. Mas a gente dava tanta risada, tudo era um divertimento, tudo também era uma curtição. Não é dizer que tinha esse sofrimento. Mesmo que em uma festa você dançasse pouco, mas a gente procurava logo saber por quê: “Mas também, só mulher. Essa festa cheia de mulher”. Quando você ia na festa da Academia do Comércio, que era também ginásio, lá já era o contrário, eram mais homens. Então as festas da Academia, meu Deus, não se parava um minuto, não podia nem sentar porque tinha muito mais homens. Então também era uma questão de ter mais homens ou ter mais mulheres.

V.A. – Esses colegas que tiravam vocês para dançar eram de onde, daqui do bairro?

M.A. – Eram daqui do Centro, moravam ali na rua da Cruz. Eram uns seis que moravam em uma rua aqui central.

V.A. – E tinham outros do Liceu também?

M.A. – Ah, tinha sim. Do Liceu e da Escola Técnica Federal. E meu irmão mais velho era da Escola Técnica Federal. Ele não era o mais velho. Ele estava entre... minha mãe teve três filhas mulheres e teve esse filho homem, que é José Eugênio.

V.A. – O nome do pai?

M.A. – Meu pai é só Eugênio, ele é José Eugênio. Depois minha mãe teve mais três filhas mulheres. Ele ficou entre seis mulheres...

V.A. – Coitado. [riso]

M.A. – Brincando com a gente de casinha e tudo mais. Era o marido da turma. Ele que nos levava, porque naquela época também não se podia ir desacompanhada. A gente tinha que escolher um tio, ou tinha que ir um homem. Veja bem, é uma sociedade machista, mesmo que fosse um rapaz...

V.A. – Para seis mulheres, podia.

M.A. – Estava certo.

V.A. – Não podia as seis mulheres sozinhas.

M.A. – Sozinhas não. E de preferência, pessoas mais velhas. Aí sim, se era uma prima mais velha, mãe de família, podia ir acompanhando. Ah, era uma luta. Quando tinha uma festa, meu pai não gostava muito, minha mãe dizia: “Eu não vou.” Meu pai: “Não vou em festa nenhuma”.

Aí tinha uns vizinhos aqui por perto, seu Permínio, ele está com quase 90 anos. Ele sempre atendia: “O seu Permínio, o senhor nos leva?” A filha dele também ia. “O senhor nos leva nessa festa? Porque se não tiver alguém, mamãe não vai deixar”. Ele dizia: “Pode deixar que eu levo vocês”.

V.A. – Aí ficava lá? O senhor Permínio ficava lá?

M.A. – Sim, sentado.

V.A. – Não era levar e deixar na porta e buscar, não?

M.A. – Não. Tinha que ficar sentado lá. E todo mundo tomava refrigerante, não tinha esse negócio de ficar tomando cerveja. Eu nem me lembro dessa história. Se tinha cerveja, era pouco. Todo mundo tomava um refrigerante e pronto. A gente queria era se divertir, era dançar e tudo mais. Mas também não se ficava naquela loucura de ter roupa nova, de ter sapato novo, não. A gente tinha umas roupas de sair, porque eles diziam: “Roupa de andar em casa e roupa de sair”. A roupa de sair ficava lá só para situações de festas, de aniversários... E sempre se tinha roupa de sair. E eu já costurava, mocinha já me meti a costurar, fazia um bando de vestidos, fazia minhas roupas, já ia...

V.A. – Como é você aprendeu a costurar?

M.A. – Minha mãe era muito coisa com a máquina dela, que meu pai tinha dado quando namoravam, então esta máquina ainda existe. Ela nunca se desfez. Mas ela me via com tanta vontade de sentar na máquina, que ela foi deixando. Eu com 12 anos já sentava, aí ela resolveu me botar para aprender costura. Eu ia para a casa da minha tia que era costureira. Só que minha tia só me botava para fazer bainha, para alinhavar, mas o fato de olhar minha tia cortar, como é que botava na máquina e coisa... eu fui fazendo. E costurei muito, fazia um bando de roupas.

V.A. – Para suas irmãs também?

M.A. – Para algumas. Mas não era assim a costureira. Eu fazia mais minhas roupas, que eram assim meio diferentes. Não era preciso, não eram muito bem talhadas não. Para mim dava. “Ah é moda de melindrosa”. Eu me metia a fazer a melindrosa e saía a melindrosa. Lógico que não estava muito bem certo o pescoço. Para mim servia porque era eu que estava fazendo, era a minha roupa, mas para minhas irmãs minha mãe mandava uma costureira fazer a roupa para gente. Não era todo dia, era final de ano assim, que botava roupa nova. Bem, aí eu tirei o normal, voltando...

V.A. – Deixa eu só voltar um pouquinho. A senhora disse que tinha poucas negras, talvez a Mônica Vale, a Remédios, a senhora disse que tinham poucas que se reconheciam como negras...

M.A. – Sim, porque do meu tipo, com a minha tonalidade de pele, tinha outras mais. Mas só que elas nunca falavam nessa história.

V.A. – E a senhora já se reconhecia?

M.A. – Ah já.

V.A. – Pois é, como é que era?

M.A. – Primeiro porque, como eu te disse, quando tinha alguma discussão com os vizinhos eles já foram nos chamando de preta. Acho que foi nesse momento que a gente disse: “Esse negócio de mulata, de morena, isso não está bem certo. A gente deve ser preta mesmo”. Mas é com esse meu irmão que foi para o Rio com 17 anos...

V.A. – José Eugênio.

M.A. – Ele foi para o Rio com 17 anos. Foi terminar a escola técnica lá.

V.A. – A senhora já tinha mais de 20?

M.A. – Mais de 20. Foi quando eu entrei para ser professora nos anos 1960. Eu comecei a lecionar em 1964.

V.A. – Aonde?

M.A. – No Instituto dos Ferroviários do Maranhão.

V.A. – Como que era? Se formou normalista, com aquele retrato bonito?

M.A. – Em 1963, com vestido longo branco, minha mãe fez questão de comprar nossos vestidos. Fizemos fotos. Dentro do possível eles proporcionavam tudo que uma pessoa que vive em sociedade, que estuda, eles proporcionavam para nós.

V.A. – E aí iam procurar escolas, como é que era? Se candidatavam, faziam concursos para escola? Como é que a senhora foi para o Instituto dos Ferroviários?

M.A. – Porque eu sou filha de ferroviário, e tinha esse Instituto dos Ferroviários tinha pouco tempo. E lá tinha uma escolinha dos filhos dos ferroviários.

V.A. – Quem é que pagava esse Instituto dos Ferroviários?

M.A. – A própria RFFSA. E veja só: nós fomos lá assim que nós nos formamos. A gente estava pensando em ir para o interior no início de 1964. A gente não queria ficar sem emprego. Já tínhamos muitos convites para irmos para o interior, eu e minha irmã. Só que a minha irmã teve logo um convite para ir para uma escola particular, que hoje é Dom Bosco, mas naquele tempo era um jardim de infância e se chamava Pequeno Polegar, e que depois se transformou nessa escola Dom Bosco, que hoje é assim enorme e de classe média. Era também de filhos de ricos.

V.A. – E ela teve um convite por quê?

M.A. – Eu não lembro se nesse tempo ela foi na escola. A proprietária do colégio tinha sido nossa professora. Eu tenho a impressão que era pelo fato de já conhecer minha irmã, e minha irmã, sabendo que ela era a dona da escola disse: “Eu vou lá no Pequeno Polegar deixar...” Não era currículo, não se falava em currículo. “Vou dizer que estou atrás de emprego”. Eu sei que ela ficou. Como a dona do colégio já conhecia da escola normal, as alunas da escola normal eram sempre requisitadas. Professoras de escola normal não ficavam assim atrás de emprego, eram logo...

V.A. – E esse dos ferroviários?

M.A. – Minha irmã já ficou com esse e eu ainda não tinha, mas isso era mais ou menos janeiro, fevereiro de 1964. Nós fomos em um evento que teve lá. Era um misto de clube e funcionava a escola. E o meu pai, conversando com a assistente social lá desse Instituto, disse: “Aqui tem uma escola, eu estou com duas filhas que tiraram o curso normal agora. Quando tiver uma vaga aqui, dava para a senhora arrumar?” O meu pai também era muito respeitado na RFFSA, uma pessoa que tinha assim uma projeção, todo mundo gostava muito dele. Aí ela disse: “Para o curso...” Não se falava fundamental. “Primário todas as séries já têm professores”. Imagina, quem ia deixar um federal, uma nomeação, um contrato, era um serviço prestado, mas era federal. Quem entrou não sai mais. “Mas eu posso arrumar para ela ser recreadora, que ainda não tem. Para brincar com as crianças”.

V.A. – No intervalo?

M.A. – Não, para ir desde a manhã. Eu que fazia meu plano: “Agora vai a primeira série lá para o quintal para brincar de roda, correr...” Esse tipo de coisa. Só que eu era tão tímida, tão tímida: “Meu Deus, como é que eu vou brincar com esses meninos? O que eu vou fazer com esses meninos?” Mas eu não ia perder o emprego. Imagina que naquela época pagavam 35 cruzeiros novos, era cruzeiro novo nessa época, minha carteira está assinada. E o estado pagava 12 cruzeiros para nomeada. Então eu já entrei ganhando quase três vezes...

V.A. – 35 por hora?

M.A. – Não. 35 por mês. Mas era uma grana. Era um dinheiro muito bom. Então já entrei com pé direito. E entrei no dia 1 de março de 1964. E os ferroviários, pelo fato de ser o João Goulart, eu me lembro que todo dia tinha aumento, e era uma gratificação disso, era daquilo... os ferroviários eram a elite trabalhadora, essa que é a verdade. E tinham muitos comunistas na RFFSA, e muitos trabalhadores se assumiam mesmo do Partido Comunista, e com o Jango eles estavam de cima. O presidente da União dos Ferroviários, tinha a União dos Ferroviários e a escola estava vinculada à essa União dos Ferroviários.

V.A. – Mas era pago pela RFFSA?

M.A. – Pala RFFSA. Olha, eu entrei dia 1, quando foi dia 31 teve o Golpe. Foi o meu começo, e para mim foi algo assim muito chocante porque comecei a ver e presenciar, e ter notícia de inúmeros ferroviários que estavam sendo presos, aquela caça às bruxas porque todos eram tidos como comunistas. E o próprio presidente Benedito Teixeira, que era presidente da União dos Ferroviários, ele era todo poderoso, as professoras tinham muito medo dele, porque se ele não quisesse... Ele não era negro. Grande parte dos ferroviários era negro. Se ele quisesse tirar uma professora daquela ele tirava. E ele era tipo um supervisor para ver se estava tudo bem, os filhos dele todos aprendiam lá, eram cinco. E as meninas tinham tanto medo porque se um daqueles meninos chegasse em casa falando alguma coisa... e eu nem convivi com o poder dele, só ouvi falar, porque quando vem o Golpe eles caem em desgraça. Papai não era da União. Sempre teve a consciência dele como trabalhador, mas não era dessa União que era mais de agitar. Não sei se porque tinha muitos filhos, ele não era. E aí fiquei lá na RFFSA.

V.A. – O senhor Benedito foi preso?

M.A. – Foi. Foi para Fortaleza, todos eles foram levados para Fortaleza para serem interrogados. Perderam o emprego, foram demitidos, e foi uma coisa muito triste. E eu entro nessa escola como recriadora, tinha quantas professoras pretas? Eu, Maria José, Liberata e Lurdimar, quatro.

V.A. – Entre quantas?

M.A. – Seis. Só duas que não eram negras.

V.A. – Era só escola primária?

M.A. – Primária. E aí já vai ser outra coisa que vai também contribuir para que eu veja mais de perto esse lance da discriminação, e me sinta mais à vontade para abordar essa questão com professores, com os alunos e com as famílias, que eram majoritariamente negras as famílias dos ferroviários. E isso foi muito bom para mim. Eu gostei muito de ter iniciado praticamente ensinando crianças negras de famílias negras e tudo mais. E eu costumo dizer que o magistério me libertou da timidez. Porque em sala de aula eu fui considerada assim... Bem, eu me libertei e o fato... eu já gostava de estudar e para preparar aula, porque tudo era preparado, eu comecei a sentir muita satisfação, veja só. E a minha mãe, ninguém foi fazer normal por vocação, minha mãe dizia: “Olha, vocês vão fazer normal porque quando terminar já têm um diploma e é mais fácil arrumar um emprego como professora do que essas que fazem científico, que fazem não sei o quê...” Ela tinha um senso prático. E deu certo. Para mim eu vejo muito mais como o que me deu oportunidade de falar, de estudar mais, de botar menino para cantar, aí pronto. Eu botava meus alunos para declamar, tinha horário só para cantar: “Agora vamos parar tudo e vamos cantar”. Formei coral, formava coral com eles, fazia exposição de desenhos, aí pronto: os pais foram ficando encantados. Em recreação eu só fiquei um ano que era para segurar, mas não gostava. Porque eu queria era já estar em sala de aula. Eu dizia: “Só para ficar aqui brincando com os meninos...” A primeira série era enorme, tinha quase 60 crianças.

V.A. – Em uma sala só?

M.A. – Funcionava em um salão imenso, aí a professora dizia: “Mundinha, quando acabar a recreação, você dá uma ajuda aqui?” Era o que eu queria. E com essa história de dar ajuda, depois resolveram dividir: “São muitos alunos para a primeira série...” Eles me chamavam de Raimunda, ainda não me chamavam de Mundinha. “Vamos dividir, ela fica com uma parte e a Manoelina, outra professora, fica com a outra”. Pronto, aí eu entrei. Depois...

V.A. – Aí mudou o salário?

M.A. – Não. Era tudo igual.

V.A. – Recreadora ganhava igual a professora?

M.A. – Era tudo igual. E depois eles acharam que eu já deveria pegar a quarta série no outro ano. Aí eu já fiquei apavorada: “Quarta série para recém-formada?”

V.A. – Já em 1965?

M.A. – É. Aí pronto: eu tive que estudar. Aí botei professor particular para me dar aulas de Matemática. [riso] O que eu não tinha conseguido entender no primário, no ginásio e no normal, aí todas as dúvidas eu levava para o professor particular. Eu preparava a aula todinha, os problemas que tinham nos livros: eu resolvia todos eles. Eu morria de medo dos meninos me trazerem um outro problema que não desse para resolver na sala de aula. Depois eu fui entendendo que eu não tinha que resolver tudo, apesar deles dizerem: “Professora, mas a senhora sabe tudo...” Porque tudo que eles perguntavam eu tinha resposta, tudo. “A senhora sabe tudo...” “Não, ninguém sabe tudo. É porque eu estudei para ser professora. Essas coisas que eu venho dar aqui eu sei”. Mas foi tudo bom. E de uma forma que, as salas que eu ia, se tivesse mais de uma, os pais diziam: “Mas eu quero a dona Raimundinha”. Eles me chamavam de Raimundinha. “Eu quero que meu filho fique na turma de Raimundinha”. Aí a diretora falava: “Vamos parar com isso. Todas são professoras. Não é só dona Raimundinha que é professora aqui”. Mas era pelo que eu fazia de diferente. De repente eles já estavam percebendo as diferenças. E falavam com as professoras... Tinha uma que era tão discriminada, uma das professoras negras, mas é que ela falava assim baixinho, os meninos pintavam e bordavam com ela, e a gente falava: “Oh Maria José, te impõe mais”. Aí era tudo... O que eu sabia era que a história dela era diferente da minha. Ela também era filha de ferroviário, mas muito tímida, muito recuada e aproveitavam para discriminá-la também. Aí nós já começávamos a falar dessa história do preconceito racial. Eu lembro que a revista *Realidade*, eu não sei se foi em 1967, a lembrança que eu tenho é que foi o primeiro veículo de comunicação a abordar essa questão do preconceito racial. Aí eles fizeram a experiência de mandarem para um hotel um casal de negros e um casal de brancos. Aí para os negros não tinha vaga e para os brancos tinha vaga.

Aí nós levamos isso para o colégio e começamos a discutir e acho que aí começou. E paralelo a isso, meu irmão que tinha ido para o Rio...

V.A. – Por que ele foi para o Rio?

M.A. – Foi para estudar.

V.A. – E aqui não podia estudar?

M.A. – Mas ele queria ir para lá, continuar os estudos lá. A minha irmã, essa Socorro, quando terminou o Liceu, ela foi para a escola Ana Néri no Rio.

V.A. – Para fazer Enfermagem.

M.A. – Então já tinha essa irmã minha que tinha ido para lá. Mas morava na própria Ana Néri, lá na Rui Barbosa.

V.A. – Conhecia gente lá da família?

M.A. – Não.

V.A. – Foi com a cara e com a coragem?

M.A. – Só tinha um tio, irmão de mamãe, que morava lá na zona norte, morava em Parada de Lucas.

V.A. – Mas a Socorro era corajosa de ir assim, não conhecer ninguém e sair dessa casa tão animada...

M.A. – Corajosa. Mas, coitada, enfrentou uma barra. Todo mundo que sai de casa enfrenta. Mas a vontade... Hoje ela mora na Alemanha há mais de 30 anos. E é enfermeira e costuma vir de dois em dois anos.

V.A. – Depois eu quero saber da história dela.

M.A. – As mulheres lá em casa são todas assim, muito corajosas. Aí depois meu irmão quis continuar a escola técnica lá. Aí já ficaram dois no Rio. Teve uma época que tinham quatro.

V.A. – Mas eles ficaram morando aonde, na casa do tio?

M.A. – Na Casa do Estudante. Tinha casa do Estudante, e ele vai morar ali na Paissandu, ali no Flamengo. Pegava os estudantes da escola técnica. Ele ficou muitos anos morando na Casa do Estudante. E Socorro também, depois foi aprovada e ficou morando na própria Ana Néri, lá na Rui Barbosa, que hospedavam os estudantes de fora. E esse meu irmão chega, e quando vinha com negócio, isso nos anos 1960, a gente já era professora e tudo. Aí ele começava a falar do preconceito que ele não sentiu acintosamente aqui no Maranhão. Por exemplo, de estudante negro, da polícia pedir documento e para o branco ele não pedia, se estava em uma parada de ônibus. E ele começa a falar de muitos fatos que nós aqui não sentíamos. Aí ele disse: “Vocês ainda não perceberam...” Olha, mas esse é um momento muito bom. Nós começamos a ver como é que o preconceito se manifestava, que nem toda vez tinha que ser assim muito acintoso para que fosse percebido. E a gente na realidade não percebia. A gente vivia uma ilusão. Você imagina, morar aqui no Centro da Cidade, a quatro quadras da rua principal. Nós não tínhamos essa identidade com o negro de periferia, não se tinha a identidade com o negro... não sei dizer, vivíamos assim como se fosse a nossa vida, a gente não percebia a comunidade negra. Não existia assim, aonde a comunidade negra estava, estava distante de nós. O fato de ter pai negro, mãe negra, avó, isso não nos abria as portas, porque eles sempre viveram aqui no Centro da cidade, não iam nas comunidades de terreiro, não eram do interior. Minha mãe era da periferia, mas veio também, casou com 20 anos, ficou aqui no Centro. E não dava. Aí meu irmão começa a dizer: “Bota na cabeça de vocês...” Primeiro que ele disse que já estava começando o movimento black power nos Estados Unidos. Aí ele já vem com o cabelo também e diz: “Parem de alisar esse cabelo. Fica horrível. E preto tem que usar o cabelo como é.” E ele fala assim: “E vocês não são mulatas coisa nenhuma. Nós todos somos pretos”. Esse nosso irmão que começa a discutir a questão racial com a gente dentro de casa. E a gente começou, foi uma fase... mas isso era todo o tempo, ele vinha de férias e o nosso assunto era só esse.

Mamãe dizia: “Agora vocês só falam nisso gente. Eu sou preta e nunca viu isso”. Aí ele dizia: “A senhora nunca viu mamãe, porque a senhora vive como eles dizem, a senhora sabe o seu lugar. É porque a senhora nunca saiu daqui de casa. A senhora e o papai estão na vida de vocês. Olha, a gente só começa a sentir é na hora que quer uma ascensão social”. Aí ele começa desvendar essa coisa e pronto.

V.A. – E lá no Rio ele tinha relação com algumas pessoas...

M.A. – De movimento negro não. Era com os estudantes, os outros negros do Maranhão, que muitos negros daqui da escola técnica também foram para lá. E todos começaram a sofrer essa coisa que eles não sentiam aqui. Aí começaram, eles mesmos, a fazer esses exercícios: “Pôxa, por que os pretos são tratados dessa forma?” Aí depois eles também viram: “Não. O Rio de Janeiro tem uma postura em relação aos negros, mas isso não quer dizer que no Maranhão a gente também não fosse discriminado. Lembra quando a gente ia tirar aquelas meninas para dançar e aquelas meninas nunca dançavam com a gente?” Porque os negros também levavam ferro. As meninas que não eram negras também não queriam dançar com pretos. Isso já era 1967, 68, já estava no magistério e tudo, e resolvo também parar de passar pasta no cabelo.

V.A. – E sua mãe alisava o cabelo?

M.A. – Não. Porque o cabelo dela ainda é anelado assim, é o que chamam crespo solto. Não é preciso passar nada. Nós somos mais nosso pai, bem mais o tipo físico da família do meu pai toda. E pronto. Eu acho que quando a gente descobre, quando a gente toma consciência, se começa a sofrer. Eu sofri por descobrir tudo que eles estavam fazendo. Aí não era mais em relação a mim, era em relação ao povo negro. Aí a minha tomada de consciência já vai ser assim para o coletivo. Porque se até agora nada que fizesse a gente não gostar da gente mesma tinha acontecido, não foi nada forte. Te chamar de “preta”, tudo bem, sabe que é preto. Mas aí quando a gente foi percebendo o tratamento que era dado aos negros, aí sim. E eu também acompanhando o movimento dos Estados Unidos, aí a Ângela Davis vai ser assim a minha inspiração. Quando eu vi aquela mulher com aquele cabelo natural imenso, e os Jackson’s Five, aquela família todinha, aí eu me encantei. Eu disse: “Ah, eu vou deixar meu cabelo ficar assim”. E parei de passar pasta. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970...

[FINAL DA FITA 2 – A]

V.A. – Quando você para de passar pasta...

M.A. – Em 1967 eu vou ao Rio. Foi a minha primeira viagem ao Rio.

V.A. – Visitar a Socorro?

M.A. – Sim. Aí fiquei lá onde meu tio morava, lá em Parada de Lucas, mas ia lá para o Centro. E eles já estavam mais entrosados. Essa minha irmã que era das mais novas da Escola Normal, foi de muda para o Rio também em 1967.

V.A. – Fátima.

M.A. - É, mas ela já tinha feito vestibular para Serviço Social aqui e foi tentar outro vestibular no Rio.

V.A. – Ela tinha passado aqui?

M.A. – É, fez um ano ainda, ela fez em 1966, cursou um ano, mas queria ir para o Rio. O Rio era, como se diz, o paraíso de todo nordestino. Se você quer progredir, se você quer ir além, você tem que sair de sua província. Todo mundo ia para o Rio. São inúmeras as pessoas que estudaram no Rio de Janeiro, se formaram no Rio de Janeiro. Era a capital mesmo da cultura, onde tudo tinha ali. Aí fui e já tinha o movimento hippie, aquelas pessoas com as túnicas, saias longas...

V.A. – Em 1967?

M.A. – É. E já tinha negros também usando o black power. Olha, eu disse: “Meu Deus!” Foi assim, acompanhando a lavagem cerebral que eu tive para o bem, para me assumir como negra, isso vem refletir também no meu vestuário. Eu disse: “Nossa!” E as roupas que eu levei, todas

tão formais, eu me vestia tão formalmente que as minhas fotos com 20 anos parecem de uma senhora, tudo muito folgado, tudo muito formal de colar assim. Era uma senhora. Roupa longa eu sempre gostei, continuei a usar.

V.A. – Mas chegando no Rio?

M.A. – Conheci muita gente.

V.A. – Comprou outras roupas?

M.A. – Outras túnicas, colares, tudo. E lá as pessoas davam força: “Que legal”. Porque era novidade também você ir deixando o cabelo natural. Foi nesse ano, eu não sei. Eu só sei que teve a época, mas foi no final dos anos 1960, que já estava o movimento black Rio, que na zona norte eles já estão todos com aqueles cabelos enormes, aí eles passavam perto de mim e cumprimentavam... Pronto. Eu vi, aí eu comecei a ver que eu estava relacionada de fato com uma comunidade. E achando aquilo muito bonito. Mas eu disse: “Mas no Maranhão...” Porque eu ia para o Rio e passava uns três meses, porque professora tinha uns três meses. Quando eu retornei o cabelo já estava bem carapinha. Aí foi um choque. Eu acabei sendo a primeira mulher negra a usar o cabelo assim natural. Aí sim...

V.A. – Chamava a atenção da rua inteira.

M.A. – Chamava a atenção e eu era agredida, me davam vaia na rua: “Êh mulher, de onde saiu isso?” “É Toni Tornado?” Eu preciso saber o ano que Toni Tornado apareceu no festival com o cabelo black power, porque eles me chamavam de Toni Tornado: “Toni Tornado, vai alisar esse cabelo!” E eu era tímida. O magistério tinha me libertado para o fato de comunicar com mais desembaraço. Mas eu era tímida. Eu disse: “Nossa, e agora?” Mas nunca pensei, nenhum momento em alisar o cabelo. Estudava na Aliança Francesa, era na Gonçalves Dias aqui em São Luís, e eu tinha que descer uma longa rua, que era a rua dos Remédios. Tinha o colégio particular, que era o colégio São Luís. Bastava ter um aluno na janela ou pela porta, e me via de longe. Aí eles vinham chegando para a porta e para janela, quando eu tinha que passar na porta do colégio, já estava aquela aglomeração só para me ver e dar vaia: “Êh diabo, vai alisar

esse cabelo!” “O que é isso, é o cão?” E eu tinha que enfrentar isso, não sei quantos dias durante a semana, mas nunca mudei de rua. Eu poderia ir pela outra rua para não passar na porta do colégio. Eu dizia: “Não. É o meu cabelo. Eu não vou deixar que esses moleques me abatam”. Mas aquilo incomodava. Incomodava. Até então eu era uma pessoa anônima, ninguém me olhava. De repente toda cidade te olha. Tu vás para o cinema – ainda sou da geração que todas as pessoas iam para o cinema. E agora eu comecei mesmo a me impor: eu passava pelo meio, entre as fileiras e ia até lá na ponta. Porque quando eu via que eles iam começar a virar todos para olhar, na hora que eu sumia no salão, eu dizia: “Deixa eu fazer logo o desfile para eles me olharem”. Aí eu ia lá, como se estivesse procurando lugar, até que achava um lugar e sentava. Se ia para essa rua do Comércio, entrava em uma loja, quem estava vendendo parava de vender, quem estava comprando... Horrível! Naquela época... E desde aí tem gente que fala: “Tu passa perto da gente e nem olha”. Eu digo: “Desde o tempo que me vaiavam na rua que eu aprendi a ir olhando só para frente”. Eu andava olhando para frente. Camelô, que chamavam nesse tempo de marreteiro, esses vendedores da rua, todo mundo se achava no direito de me vaiar: “É hippie?!” Mas aí eu entro na universidade, as pessoas dão força, eu vou participar de um grupo de teatro, que é o Laborarte. Aí eu vou ter mais força é dessas pessoas: “Que legal. Está igual a Ângela Davis”. Essas pessoas que tinham acesso à informação já viam a minha aparência vinculada com o movimento negro americano. É bem verdade, eu disse: “Eu estava fazendo, por enquanto, o ‘meu movimento’”. Era isolado. Mas aí eu já começava a pensar: “Eu tenho que fazer alguma coisa. Isso é mais sério do que pensar”. Só então, quando eu comecei a ser agredida pelo fato de estar com o cabelo natural, e não era dizer que não era negro, negro também. Os negros me olhavam, mudavam imediatamente a vista. Pensa que eu tinha apoio do povo negro? Todo mundo achava horrível: “Por que deixou teu cabelo?” “O que foi menina que tu fizeste no teu cabelo?” Eu dizia: “Não. Eu não fiz nada. Eu deixei de fazer. Eu fazia antes”.

V.A. – E suas outras irmãs aqui?

M.A. – Ninguém. Demoraram. Aí, eu não disse que eu praticamente que criei minha irmã mais nova, aí eu disse para minha mãe: “Paula não vai mais alisar o cabelo”. E a minha mãe quando brigava comigo, qualquer coisa, dizia: “Vou logo te dizer uma coisa: vou mandar alisar o cabelo de Paula”. [risos] Ela é linda. Não tenho fotos, lá em casa que tem. E ela novinha, usava uns

óculos redondinhos e com aquele cabelo black. Eu já tinha 25, 28 anos. Eu era uma mulher usando, e ela era uma criança, uma juvenzinha. E eu ia para teatro e levava ela. Eu lembro que a primeira vez que eu levei, tinha um show, qualquer coisa no teatro, ela foi com um macacão jeans, já estava se usando esses macacões importados de América, com uma camiseta por dentro, e aquele cabelo black power; a menina causou uma sensação: “Meu Deus, quem é essa moça Mundinha? Quem é essa menina?” “É minha irmã”. Aí ficou. O sucesso dela já era outro. Aí eu preparando a cabeça dela. E ela também enfrentando os meninos de colégio, mesmo sendo da escola pública, aí vinha e pegava no cabelo: “Cabelo de palha de aço” essa história, e ela pronta. Também nunca... hoje em dia todo mundo faz permanente afro, mas nesses anos 1970, 80, ninguém encarou. Em 1973 eu entro no coral da universidade. E tinha muitas negras. E aos poucos elas foram deixando. Aí elas deixavam natural, passava uns três meses, lá vinham elas com o cabelo alisado e deixavam. Eu entendia, realmente era difícil você assumir essa aparência de negro. Porque os próprios negros não davam força. A minha mãe também dizia: “Tu também queres o quê? Não quer pegar vaia? Sai com um cabelão desses e não quer?” Era como se a gente quisesse agredir. Uma vez eu fui passando por uma rua e tinha um garotinho: “Mamãe vem cá depressa, depressa”. Aí eu vi que era para me olhar. Quando a mãe chega, aí a mãe ficou toda sem jeito porque o menino tinha chamado para me olhar. E assim vai. Em 1975 eu fui para a Alemanha porque minha irmã morava lá, e passei uns três meses. Aí todo mundo achava bonito. Aí eu disse: “Precisava ir para a Alemanha para saber que eu era bonita”. Porque ninguém dizia isso. Ninguém achava negro bonito, não é? Quando muito, simpática: “É, vocês são simpáticas”. Mas ninguém... E tudo foi um processo. Quando chega no começo, já na universidade, eu já começo a falar dessa questão racial, alguns diziam: “Que nada. Isso está só na sua cabeça”. E sempre saindo em defesa. O Flávio Cavalcanti tinha um programa, tinha o Erlon Chaves como jurado, negro, um excelente músico. Ele morreu ainda novo, eu acho. E o Erlon Chaves era rigoroso nas suas avaliações. Quando chegava na faculdade: “Aquele preto! Viu aquele preto? É só ele que dá nota baixa. Mas é porque é preto”. Bem, a essas alturas eu já não suportava esse negócio de estar ouvindo falar de preto perto de mim. Aí eu disse: “Mas ele é quem sabe mais música ali. Por quê?” Aí eu comecei logo cortando: “Por que, porque ele é preto?” Aí eu já comecei com uma atitude, toda vez que falavam de preto perto de mim, fosse local de trabalho, fosse aonde fosse, eu já ia: “Sim, porque é preto? E tu és branca?” Aí eu comecei também nessa, como se fosse uma caça de pureza de sangue, dizendo: “Quem é branco aqui? Todo mundo quer ser descendente de português, de francês que passou

aqui só dois anos, e de índio, e preto? Ninguém descende de preto. E teu nariz? E esse teu cabelo?” Aí eu fui logo dando... Mas era luta solitária, era eu sozinha. Aí tinha um médico, doutor Cesário Coimbra. Esse médico era meu médico, médico de família, negro. Eu acredito que ele foi o primeiro médico negro daqui de São Luís, não tenho certeza, porque teve também o Muniz Freire, mas acho que ele era mais velho que o Muniz Freire. E doutor Cesário Coimbra, que ocupou cargos, foi deputado estadual, deputado federal, rico, tinha fazendas no interior, estudou no Rio Grande do Sul. E quando ele estudou lá, ele foi de movimento, de uma associação dos negros de cor, uma vez ele me mostrou o estatuto. Então ele já era alguém que tinha alguma vivência de organização. E quando eu ia me consultar, ele gostava muito de conversar comigo, ele dizia para a minha mãe: “Oh mãe, sua filha é muito inteligente, gosto de conversar com ela”. E nós começávamos a falar de preconceito, discriminação, e ele dizia: “Olha, aqui se precisa criar um grupo. Nós precisamos criar um grupo para a gente ver essas questões...” E se teve alguém que me influenciou foi o doutor Cesário Coimbra. Foi das conversas com ele, com este negro médico, bem situado, o consultório dele era ali na rua do Sol, um excelente cirurgião, era um clínico geral assim. E atendia muitas pessoas, quem pudesse pagar pagava, quem não podia não pagava, o consultório dele vivia cheio de negros, porque era de uma região onde se concentra também a população negra aqui, que é Cururupu. Ele é desse município, e vinham os negros de lá. Ele era solteiro, foi casar com mais de 70 anos. E gostava muito dele.

V.A. – Deixa eu só interromper um instantinho, voltar um pouquinho. Quando você vai para o Rio, volta para cá para a escola ferroviária?

M.A. – Eu continuo a ser professora.

V.A. – E o cabelo com as crianças?

M.A. – Essa que foi a minha satisfação, porque eu não choquei as crianças. Em sala de aula, aí eu já comecei a andar com túnica, calça jeans desbotada, aqui tem um tamanquinho de madeira que a gente chama de chamató, que tem um rostinho assim de cor. Aí eu botava esse chamató, botava os meus colares, e as crianças realmente foram ótimas. Embora eu sempre diga: “As crianças são perversas”. E elas são entre elas. Elas dizem coisas terríveis umas para as outras,

em relação a negro mesmo, de cabelo palha de aço: “Tu é preto”. Voltando ao negócio do colégio, eu estava assumidíssima com a minha negritude.

V.A. – E as crianças não acharam esquisito?

M.A. – As outras professoras nunca usaram, nunca deixaram natural. “Professora seu cabelo está diferente”. Porque já tinha aluno, veja bem como é, alunos que brincando comigo – eu era muito aberta com meus alunos – às vezes eu ia com cabelo no bob. Aí tinha um menino que cantava uma música que é até de um negro daqui, que é da cabecinha da Dora. Um trecho da música dizia assim: “Se é para enrolar de novo para que tu manda esticar?” Aí o pequeno ficava cantando isso: “E se é para enrolar de novo para que tu manda esticar?” E dava risada, e eu não entendia.

V.A. – Isso antes de você ir para o Rio?

M.A. – Eu ainda alisava, meu Deus, todo mundo alisava o cabelo. Era o prêmio que as mães davam quando a gente deixava as tranças no primário e ia para o ginásio, era levar no salão para alisar o cabelo. Isso era um prêmio. Não ia mais ter aquela dificuldade de fazer trança, meu cabelão, eu chegava a chorar de puxar muito... uma novela. E lógico que eu ficava satisfeita com o meu cabelo alisado, gostava. Mas quando eu começo a adquirir essa nova consciência assim de negritude, eu não queria mais.

V.A. – E os meninos, acharam bom?

M.A. – Acharam. A professora deles era diferente. Eles me encaravam como uma professora que não era igual as outras.

V.A. – E os pais das crianças?

M.A. – Tudo normal. Nunca...

A.P. – Você já tinha ganho o respeito deles, já tinha uma relação...

M.A. – Já tinha o respeito, já estava ensinando desde 64. E eles viam mais era o desempenho como professora. E na hora das reuniões eu falava muito, conversava muito com eles como educar os filhos, então eles já me respeitavam.

V.A. – Aí você foi fazer faculdade de Comunicação Social?

M.A. – É Comunicação.

V.A. – Entrou em 1971?

M.A. – É. Eu já estava com o cabelo natural quando eu entrei na universidade.

V.A. – Por que resolveu fazer faculdade?

M.A. – Gostava de escrever, mas não queria fazer nenhum desses cursos. Fui da primeira turma, aí quando teve Comunicação, eu disse: “É esse aí”. Que também foi uma coisa muito boa. Tudo vai somando.

V.A. – A turma começou em 1971 então?

M.A. – É. E vieram os professores de São Paulo, da USP. Fizeram convênio.

V.A. – Com a Universidade Federal do Maranhão?

M.A. – É. Tanto a Federal como o do Estado. O primeiro curso foi o do Estado. Nesse que eu entrei, era na Federação das Escolas Superiores.

V.A. – E vieram pessoas de Comunicação Social de São Paulo?

M.A. – Todos de São Paulo, da USP. E nós tivemos excelentes professores. E eles nos botavam para o campo para fazer pesquisas. Aí tudo foi se somando, a prática do magistério, e com esse

curso aí sim eu vou aprendera a elaborar pauta para ir para fazer pesquisa de campo, e tudo, como se dá o processo...

V.A. – Como é elaborar pauta?

M.A. – Isso é bem do jornalista. Antes de ir para o campo visitar uma comunidade, fazer uma entrevista, você faz a pauta: o que você vai fazer lá? Como, quando, onde, e coisas que são importantíssimas para a abordagem. E quando eu começo a ir para comunidades negras em 1978, eu tenho todo um referencial de como é que se chega, como se conversa, tinha uma Rolleiflex que eu tinha trazido da Alemanha. Aí eu levava essa máquina, tirava fotos...

V.A. – Por que a Socorro foi para a Alemanha? Ela fez Ana Néri...

M.A. – Veja só: depois que ela fez Ana Néri ela veio para cá, foi para o interior do Maranhão conheceu um pessoal, uns alemães que estavam lá fazendo implantação da fábrica de papel.

V.A. – Em que cidade?

M.A. – Em Coelho Neto. E lá começam a conversar com ela: “Você bem que podia fazer uma especialização e ir para a Alemanha”. Eu acho que plantaram a semente na cabeça dela.

V.A. – Especialização de quê? De enfermagem?

M.A. – Sim, fazer cursos, essas coisas. Aí ela passou, eu acho, que uns dois anos no interior do Maranhão e foi para Brasília. Aí foi ser enfermeira do, eu acho que era um hospital distrital, tinham dois federais na base. E começa a estudar Alemão lá em Brasília, e vai até na embaixada da Alemanha, procura informações, como é que era, e viu uma possibilidade. Aí em 1974 ela foi para a Alemanha. 30 anos.

V.A. – Com 30 anos?

M.A. – Não. Ela tinha 28, faz 30 anos que ela foi. Ela foi em 1974.

V.A. – E não voltou mais?

M.A. – Não. 1974.

A.P. – Chamavam tanto de francesa e acabou virando alemã.

M.A. – Acabou alemã. Aí chegou lá, viu que tinha possibilidades, arrumou bolsa.

V.A. – Ela foi para onde, qual cidade?

M.A. – Berlim. Ela mora em Berlim, na Ocidental, não era Oriental não. Aí deu tudo certo. Ela levou uma reserva de dinheiro que ela tinha, se matriculou em um curso de Alemão. Foi fazer tipo um estágio em um hospital de lá. Um hospital também do Estado. Aí ela já alugou um apartamento, arrumou logo um casamento com um alemão. Tanto que em 1975 eu fui para lá porque ela já ia ter um menino, mas ela só teve um filho, que hoje já fez 29 anos. Ele é de 1975. E aí ela ficou...

V.A. – E o menino mora lá em Berlim?

M.A. – Ele agora está em outra cidade. Ele também fez Enfermagem, não quis outra coisa. Porque lá na Europa tem muitos homens que são enfermeiros. Começou querendo ser baterista, querendo acompanhar a veia dos tios, da família, mas ela: “Não. Negócio de músico não”. Acabou sendo enfermeiro.

V.A. – E ele fala português?

M.A. – Fala. Com sotaque mas fala. Porque todos os anos ela vinha com ele, ou mandava, botava no avião. Eu ia até Recife para receber. De Recife vinha para cá, porque o voo internacional era até lá. Era uma mão-de-obra. Agora que ele não vem há uns quatro anos. Ela veio a última vez em 2001, quando papai tinha morrido. Ela tinha marcado esse dia para chegar

aqui e quando chegou ele tinha morrido. Mas veio, ainda viu. Os 12 filhos dele estavam aqui quando ele morreu. Os dois que moram em Portugal também estavam aqui.

V.A. – Aí você foi para a Alemanha para visitá-la, mas também... não foi isso que você falou? Me perdi.

A.P. – Você estava na Escola de Comunicação. Estava falando das experiências, da soma do magistério...

M.A. – Sim. Aí é que vai me dar instrumentos para depois eu...

A.P. – Você trouxe uma Rolleiflex.

V.A. – Isso.

M.A. – Aí eu fazia fotografias, porque no próprio curso eu tinha aprendido, assim como experiência em rádio. Mas o que eu vou aproveitar mais é pesquisa documental, pesquisa de campo. Porque para fazer reportagem você tem que fazer um levantamento do histórico, de tudo. Não em jornais do Maranhão. Por isso que eu nunca atuei em jornal, nunca. Só fiz estágio e em 1975...

V.A. – Foi quando você se formou, não é?

M.A. – É. Eu deixei de ensinar e vou para o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, que eu já estava estagiando no setor de editoração. Aí, quando eu tiro o curso eu já fico lá. Aí eles vão me contratar como técnica em Comunicação Social.

V.A. – Esse Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais é o quê?

M.A. – É do Estado. É um Instituto do Estado do Maranhão. Aí eu fui ser técnica do Estado, trabalhando já com editoração de textos, fazendo revisão, diagramação, porque lá eles produziam livros. Os resultados das pesquisas eram publicados e tinham um setor com uma

mini-gráfica. E ali a gente tinha uma estrutura toda. E fiquei trabalhando lá. Ótimo também, um ambiente de trabalho excelente, o pessoal todo de esquerda. Lá eles deram tanta força quando eu começo com o movimento. A infraestrutura que eu vou utilizar é de lá. Tinha mimeógrafo, tinha não sei o quê, eu arrumava os papéis, eles diziam: “Tudo bem Mundinha. A gente colabora, manda rodar o material”. E se distribuía. Bom, não teve nada que impedisse. Na minha sala eu recebia os militantes a qualquer hora porque eu era a chefe do setor. Aí o pessoal está trabalhando, é para reunir: reúne...

V.A. – Mas como é que foi a ideia de ir para as comunidades? Por quê? Porque podia fazer o trabalho aqui, não é?

M.A. – Eu já estava envolvida com esse negócio de querer saber mais sobre a gente mesma. E eu ouvia falar, até no local de trabalho, de vez em quando em locais que só moravam pretos no interior. Porque como eu sou daqui de São Luís, não tinha essa referência, nem sabia disso, que tinha lugares que só moravam pretos no interior. Eu disse: “Mas só preto?” “Só preto. Não se mistura com os brancos. Só eles”. Aí eu já fiquei com a coisa do jornalismo, da investigação. Eu não estava em jornal, não estava em nada, mas eu já tinha aprendido o suficiente para ver o que é assunto para você investigar mais e o que não é. Aí eu fiquei logo querendo ir em uma dessas comunidades. E a primeira que eu fui, foi em 1977, eu acho. Tinha uma...

V.A. – Qual foi a comunidade?

M.A. – Cruzeiro. Comunidade Cruzeiro, no município de Dom Pedro em 1977. Eu trabalhava lá no IPES e tinha uma colega de trabalho que era deste município. O irmão dela era...

V.A. – Ela era negra?

M.A. – Não.

V.A. – Era do município?

M.A. – De Dom Pedro. Esse povoado Cruzeiro é que só tinha pretos. Está na comunidade e foi o primeiro lugar que eu fui.

V.A. – Então o irmão dela?

M.A. – Era prefeito de Dom Pedro. E ela falou, aí pronto. Todo mundo, lá onde eu trabalhava já sabia dos meus interesses por tudo quanto era coisa de negros. Se aparecia notícia em jornal, fosse de fora, eles tinham assinatura de jornais, o diretor lia lá em cima e dizia: “Manda para a Mundinha, tem uma coisa aí...” Dizia que era para eu ficar, aí eu recortava. Já ia fazendo o meu arquivo. E todo mundo sabia dos meus interesses. Já falava abertamente que estava assim interessada em fazer alguma coisa em relação aos negros. E aí ela disse que lá tinha esse povoado que só morava preto. Eu não conhecia ninguém, aí eu disse: “Como é para eu ir lá”. Ela disse: “Não tem problema. Eu aviso para meu irmão, tu podes até ir com ele desde aqui, e chegando lá...”

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

[FINAL DA FITA 2 – B]¹

V.A. – ...No município de Dom Pedro que o prefeito ia levar a senhor lá para...

M.A. – Pois é. Aí assim foi.

V.A. – Mas como foi quando a senhora chegou lá em Dom Pedro?

M.A. – Em Dom Pedro, eu cheguei e fiquei hospedada porque, de qualquer forma, eu já conhecia o prefeito, que era irmão da minha amiga e colega de trabalho. Aí fiquei hospedada lá, nunca tinha ido em uma comunidade negra, nenhuma. E não sabia, eu acho que peguei minha bolsa, nem sei se pensei para onde eu estava indo. Não levei um lençol, só estava com uma saia cumprida, porque eu ando com umas saias longas, e uma camiseta. Eu não sei. Não

¹ A fita 2-B não foi gravada integralmente.

esperava encontrar o que eu ia encontrar. Ele me deixou lá e disse: “Mundinha, amanhã eu venho te pegar”. Eu disse: “Tudo bem”. Eu acho que fui eu que disse: “Você vem me pegar no outro dia.” Para eu dormir lá. E fiquei para dormir.

V.A. – Mas chegou, entrou lá? Tinha quantas casas?

M.A. – Sim. Não era grande o povoado, mas me impressionou. O primeiro impacto é que tinham muitas mulheres assim na porta e os casebres, como é típico da zona rural, de barro, coberto de palha. Para mim, a imagem que eu vi, só tinha visto no cinema, na África. Aquelas aldeias e só pessoas pretas. E na porta, aquilo eu nunca vou esquecer, aquela imagem. Que depois se repetiria em todos eles. Mas era a primeira vez que eu estava vendo isso.

V.A. – Mas as mulheres ficavam na porta porque a senhora estava chegando, é isso?

M.A. – Não. Porque é costume ficar mesmo. Na parte da tarde as pessoas ficam, conversam, ou então ficam socando o arroz no pilão. É assim, típico de aldeia, que as casas ficam mais ou menos dispostas em círculo. E não era grande, não era um povoado grande.

V.A. – E a senhora chegou e falou o quê?

M.A. – Que estava conhecendo os lugares. Aí eu tinha levado a pauta para saber qual a origem, como é? Já estavam há muitos anos antes? O que era isso? Aí eles vão me contar histórias. Aí procurei saber coisas do tempo do cativo, e tinha uma figura de uma mulher que eu fiz a foto, porque eu queria também mais fazer fotos. E fiz fotos. Ela devia ter bem mais de um metro e oitenta. A cabeça pelada, Anair. Foi o segundo cartaz da Semana do Negro que se botou essa figura. Eles até reproduziram, depois eu mostro no boletim. E para mim ela era uma africana assim, o tipo dela, esbeltíssima. Era uma palmeira. E ela estava pilando arroz, então eu fiz muitas fotos dela com o pilão, depois ela sentada conversando.

V.A. – Mas ela estava com a cabeça pelada por quê?

M.A. – Era dessa nação sem cabelo.

V.A. – Não tem cabelo?

M.A. – Não. O cabelo é rente ao coro cabeludo. Não tem praticamente.

V.A. – Mas tem sobrancelha?

M.A. – Tem tudo. Mas o que ficava a figura sendo bem exótica para mim, era justamente esse tipo, esses negros que têm pouco cabelo. Que o cabelo não cresce. Não são todos, mas uma boa parte.

V.A. – E as pessoas sabiam a sua origem?

M.A. – Não. Aí eu me apresentava...

V.A. – Não. Eu digo, elas sabiam a sua própria origem?

M.A. – Não. Mas engraçado, que elas usavam... quando eu me referi em uma hora, dos negros, aí eu já estava com toda uma conversa sobre o que eu queria saber, recordando coisas do tempo do cativo, aí uma hora ela falou comigo: “Nós dessa nação...” Aí ela se refere à nação. Eu não sei se ela estava falando em relação à cor, já que ela tinha nascido aqui, já era negra nascida. Mas era a forma de falar que foi passando de pai para filho. E não tinha praticamente mistura nenhuma. Tinha um terreiro também, os tambores, as mulheres do culto. E fui uma única vez.

V.A. – Nessa de Cruzeiro?

M.A. – Foi a primeira e última vez. Mas bastou para que eu quisesse conhecer outras. Fiz muitas anotações, fiz as fotografias, depois mandei para eles as fotos. E era assim conversando. Eu, em princípio, ia para esses povoados, eu queria conhecer, que eles me conhecessem, ficava conversando, ouvindo histórias. Porque ainda não estava pensando em criar o movimento, nada. Era mais para fazer fotografias, andava sozinha. Não sei como é que eles viam a minha figura assim com aquele cabelão, aquelas saias cumpridas, uma máquina fotográfica.

A.P. – Mas e o lençol?

V.A. – É eu ia perguntar. Como foi para dormir?

M.A. – Ah... Quando chegou a noite eles me deram uma redinha em uma casa que ficava um vão assim aberto. Veja só, eu também fui de oferecida. As pessoas não tinham me chamado para ir até lá nem nada. E resolvo dormir. E muito pobres. Eu vi que não tinham comida. Nem sei se comi no outro dia, ou o quê, se almocei, ou o quê. Porque jantar eu sei que não teve nesse dia, não tinha. E ela armou uma rede que parecia de criança. E a noite, porque esse interior do Maranhão é muito quente durante o dia e à noite veio um frio, mas um frio, eu nem podia me proteger com a beira da rede porque se é grande você chega para o meio, mas não, porque era muito pequena. Eu só estava assim. E não tinha um lençol. Depois eu vi que não era hábito, no interior eles não usam lençóis nos povoados. E sofri tanto que quando amanheceu eu tremia de frio e procurava me cobrir com a saia cumprida, me encolher o máximo para ficar debaixo da saia. Eu estava com uma crise da minha alergia, porque eu não podia ter muito frio, totalmente sem ar, sem nada. E aprendi desde aí a não viajar nunca mais para povoado sem levar o lençol.

V.A. – E eles se cobrem como, com a rede?

M.A. – É com a rede, ou já estão acostumados. Porque isso nunca é dado no interior. A gente vai encontrar as redes. Tem casas que tem muitas redes nos povoados, mas lençol não. E eles, a gente também não vê se cobrindo. Foi meu batismo, mas gostei muito. Aí conversei com eles, disse que depois ia mandar as fotos de volta, e assim o fiz. E depois fui para umas comunidades de Alcântara, que eu já sabia da existência. Aí eu fui em Cajueiro. Cajueiro foi o primeiro povoado que eu fui em Alcântara. Mas aí a gente já estava começando o movimento quando eu fui.

V.A. – Ainda em 1977?

M.A. – Não. Nós começamos aqui em 1979.

V.A. – Para Cajueiro você foi em 1979?

M.A. – É, em 79 para 1980. Aí eu fui muitas vezes em Cajueiro. Ali é que foi também o encantamento. E as mulheres, tinha muitas mulheres, todas trabalhadoras. E a gente percebia que as mulheres é que eram o grande referencial ali na comunidade Cajueiro. Não tinha um visitante que chegasse lá que não se encantasse com aquela energia ali. E ali dançavam o tambor de Crioula, e tinha terreiro e elas sempre dispostas a conversar com a gente, sempre. Mas também foi da mesma forma: “Qual é a origem?” Muitas fotos, muitas coisas, para saber como era o povoado. E gostava mesmo de estar conversando com elas. Quando eu fui no Cajueiro, em 1979, 80, elas vinham do banho dos rios e a gente também se sentia em uma própria aldeia africana, só com a saia, só com uns panos amarrados, os peitos todos do lado de fora, coisa assim inusitada da gente imaginar. E o banho era coletivo. Aí uma professora depois conversando comigo dizia: “Aquele povo do Cajueiro dança tudo junto, banha tudo junto...” Na verdade costuma ter rio de mulher e rio de homem nesses povoados. Mas isso foi depois, no começo, dizem, que todo mundo banhava junto. Eles diziam: “Mas nós somos todos parentes”. Aí eles diziam: “Parentes? Mas vocês não se casam aqui? Então não é todo mundo parente. Não é assim”. Mas dava para entender. E fui me iniciando nesse negócio de comunidade e aprendendo com eles. E sabendo como chegar, o que era possível, eles ficavam logo gostando muito de mim. Porque a gente tem que adquirir a confiança dessas pessoas. Eu acho que pelo fato de eu ser negra também eles não achavam nada de estranho que eu quisesse saber mais sobre os pretos daquele lugar, e da forma de viver deles, e de fazer, não tinha nada assim.

V.A. – Eles chamavam de “terra de preto”? De onde vem essa designação?

M.A. – Não. Terra de preto foi atribuído, assim como se atribuiu quilombos. Eles, quando muito, falavam em comunidade, eu acho que pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Em todo lugar teve esses padres trabalhando. E eles denominavam tudo de comunidades.

V.A. – E nação, eles se diziam nação?

M.A. – Não. Nação eu só ouvi mesmo a senhora lá no Cruzeiro. Nessa época só se falava em comunidade. E quando era caso só de preto, comunidade negra. Agora, as terras de preto, o Alfredo Wagner que já vai, dentro dessa estrutura agrária, ele diz: “Tem terras de índio, terras de preto, terras de santo...” Já foi uma classificação atribuída pelo antropólogo.

V.A. – O que é terra de santo?

M.A. – Terra de santo pode ser até terra de preto. É como Itamatatiua: eles dizem que as terras são de Santa Tereza. Na realidade eram terras da Irmandade do Carmo, da Ordem do Carmo, dos Carmelitas que tinham ali uma fazenda de escravatura. Mas os negros sempre disseram que eram as terras de Santa Tereza. Aí tem terras de Sant’Ana também. É sempre de uma santa. Mas é porque está ligada a uma ordem religiosa.

V.A. – E a Ordem do Carmo hoje em dia tem direito sobre aquela terra?

M.A. – Não. Quando extinguiu a ordem, aqui que foi extinta, o que eu vi uma vez no papel é que eles tinham passado para a União as terras. Uma que me mostraram em Itamataiua em 1982 quando eu estive por lá. E assim eu fui percebendo que tinha diferenças. Em cada lugar o acesso a terra tinha sido diferenciado. Alguns foram compra e venda lá mesmo em Alcântara, que depois da abolição adquiriram os pretos. Eles chamavam de terra de herança. É porque tinha vindo desde os pais, passou para os filhos, para os netos, terra de herança. Só que essas terras, quando o Alfredo fala “terra de preto”, é porque elas são reconhecidas na sociedade daquele município como um todo como de pretos. E muitos têm essa denominação: Santo Antônio dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Sant’Ana dos Pretos. Os outros que ficavam falando: “É lá em Santa Rosa dos Pretos”. Aí ficaram sendo reconhecidas pelo que a gente chama “terra de pretos”. Agora, onde não tem essa denominação, como Cruzeiro, Cajueiro, aí não vem com essa história de “pretos”, são algumas, grande parte tem.

V.A. – E eles têm memória da escravidão?

M.A. – Tem. E em alguns lugares mais do que outros. E no Cajueiro eles não gostavam de falar de escravidão. Aí toda vez que a gente ia eu tocava: “Não. Isso é do tempo do vai. Isso não. Isso foi do tempo do vai”.

V.A. – O que é vai?

M.A. – Que dizem que os brancos só diziam: “Vai fazer isso! Vai fazer aquilo! Vai encher água! Vai!” Aí eles ficaram dizendo que era do tempo do vai. Agora não. E eu nunca consegui saber nada do tempo do cativo em alguns povoados, porque eles não gostavam mais de falar. Aí o que eu deduzi? Em alguns lugares, mesmo que se tivesse em comum a história do cativo, todos, mas uns procuraram apagar da sua memória. Deve ter sido algo muito traumatizante, muito violento. Em algumas regiões mais do que em outras, em alguns estabelecimentos mais do que em outros, porque não pode se dizer que todos os senhores davam tratamento igual. Todos eram sádicos, todos torturadores, não. Não pode. Não era assim. E de acordo com o tratamento recebido pelos antepassados deles, que eles ouviram contar, em alguns lugares você vai ouvir histórias e mais histórias. Como em Santa Rosa dos Pretos, Santa Rosa do Barão como eles chamam, ali era muito viva. Eu ainda conversei com descendentes, filhos de escravos. Quando eu fui lá em 1986 ainda tinham quatro irmãos filhos do antigo carreiro da fazenda. Era ele que levava o barão para cá, era um escravo de casa. E ele teve muitos filhos, restavam quatro. E tive a sorte de gravar entrevistas com eles. E eles falavam desse tempo. E lá, neste caso, eles diziam que aquele senhor era bom. O pai deles dizia que aquilo não era senhor, aquilo era um pai. Tão bom que quando morreu deixou a terra para eles. E que o barão dizia: “Isso aqui não é meu. Isso aqui é para vocês. Isso aqui mesmo é de vocês”. Bem, isso é uma história. E este barão, o único filho que ele teve foi com uma mucama. Ele ficou viúvo e aí, não sei se ele já tinha alguma coisa com a mucama antes ou foi depois, eu sei que o Américo nasce em 1874 e a mulher dele tinha falecido em 1872. E no testamento ele reconhece esse filho, deixa as terras para essa América também, e os filhos dela, porque ela tem outros filhos e pretos, teve com outros depois do barão, com o barão só teve um. Tinha os pretos, esses conheceram ele e que ele era branco. O senhor Vito dizia que: “Quem olhava aquele homem não dizia que ele era filho daquela preta. Porque ele saiu puxando todo para o pai”. Agora não sei até que ponto é o branco deles, não é? Porque basta clarear um pouco e eles já dizem que não é preto, é branco. Porque de qualquer forma o cara era mestiço. E a América

não sei se estava mais para mulata, como é que era, mas era mucama. Essas e outras histórias a gente vai ouvir também falando desse senhor bom. Em Bom Jesus dos Pretos também há um senhor... E sempre tem essa relação do senhor ter doado a terra. Claro que isso aí em um universo amplo de propriedades, isso foi o mínimo. Tem gente que diz: “Então o senhor era bonzinho, doava terra”. Não. São poucos os que doaram terras.

V.A. – E quando não eram terras doadas, como é que eles se estabeleciam, essas comunidades?

M.A. – Eles ficaram. Depois algumas foram abandonadas. O branco, com o advento da abolição, ele não tinha mais recursos para tocar para frente nada. Já estava meio arruinado. E foi abandonando e os negros que já estavam lá permaneceram. Tem caso que foi adquirida. E vão enfrentar a questão da grilagem é dos anos... alguns antes, muito antes. Tem comunidade que nos anos 1940 já vai estar enfrentando grileiros. Outros já são de 1960, 70. Quando a gente começa o movimento em 1979, 80, já se visita comunidades que estão sofrendo muito, e muitas outras já tinham passado por essa fase, já tinham sido expulsas das terras. Mas desde o início que a gente pensou logo que tinha que trabalhar com as comunidades.

V.A. – Essa relação com o Alfredo Wagner se estabelece quando?

M.A. – Porque ele era do Museu Nacional, teve um ano em que esse Instituto onde eu trabalhava, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, eles lá contrataram uma equipe, veio o Roberto DaMatta, a Laís Mourão, diversos cientistas sociais do Rio para fazer uma série de pesquisas na baixada maranhense, junto com [incompreensível] Pinheiros, junto com padres e com o governo. E aí ele percorreu a baixada, e já fica conhecendo esses tipos, essas ocorrências assim de tipo de terra.

V.A. – Quer dizer que também não foi à toa também que a senhora entrou para esse Ipes, não é?

M.A. – Mas esse eu entrei, não foi nem por conta das pesquisas, foi para editoração. Só que a convivência com os pesquisadores também já foi me ajudar. Mas eu não era da equipe de pesquisa. Pesquisa eu só vou fazer quando vou para a Secretaria de Estado da Cultura em 1985,

dez anos depois. Aí o movimento já tinha sido iniciado. Mas deixa eu falar como começou, não é?

V.A. – Deixa eu só perguntar uma coisa: essas terras do século XIX, era produção basicamente de algodão? O que era a produção antiga no tempo da escravatura?

M.A. – Tinha engenho, tinha algodão...

V.A. – Engenho de açúcar também?

M.A. – Muitos. Frechal era engenho, era um grande engenho.

V.A. – Ali em Alcântara também era engenho?

M.A. – Tinha engenhos e algodão. Codó, todo lugar vai ter engenho e vai ter algodão.

V.A. – E outra questão que me intriga: por que o Maranhão... muito provavelmente por causa da própria atuação do CCN, mas enfim, que rompe aqui a questão das terras de pretos e das comunidades remanescentes de quilombos, por que o Maranhão tem tanta comunidade remanescente de quilombos? Não sei se é impressão minha, mas por que concentra tanto? Historicamente por quê?

M.A. – Mas é pelo contingente escravo que foi enorme que veio para cá para o Maranhão.

V.A. – Na Bahia também vieram muitos escravos, no Rio de Janeiro, mas não tem tanta comunidade remanescente.

A.P. – Se eu não me engano, proporcionalmente, a comunidade negra do Maranhão perde para Bahia e para o Rio de Janeiro, não é? Para Bahia eu tenho certeza que perde. Proporcionalmente tem mais negros na Bahia do que no Maranhão, mas eu acho também para o Rio de Janeiro. E a gente estava fazendo uma pesquisa e viu que cerca da metade das terras de quilombos, que

estão em trâmite hoje em dia para titulação, estão aqui no Maranhão. A gente ficou pensando: “Por que seria isso?”

M.A. – Aí você fala que a população negra é maior nesses dois, mas quando se refere às comunidades de pretos o número das comunidades é maior. Porque está na zona de colonização mais antiga, onde se concentrou essa população escrava. Era justamente para trabalhar na produção do algodão, mas não são tão populosos, essa que é a verdade. Os focos, os núcleos, de população negra é em maior número. Mas a gente vai ver: quantas famílias têm? Tem povoados até de dez famílias, quinze famílias. Em número de habitantes, aí se perde.

V.A. – Isso que a senhora disse que nem sabia que existia, comunidades onde só havia negros, isso vai se concentrar aqui no Estado do Maranhão. Tanto que hoje em dia, depois da Constituição, depois do Artigo 68, a gente fez uma pesquisa e viu que mil e poucas comunidades remanescentes levantadas querem se tornar, enfim, querem ter a propriedade. E desses mil e pouquinhos, mais ou menos a metade estão aqui no Maranhão, mesmo que sejam comunidades pequenas. Mas por que aqui no Maranhão, historicamente, essas comunidades ficaram e nos outros lugares não?

M.A. – Ficaram. E muitas se dispersaram também.

V.A. – Porque essa é uma característica do Estado, não é? Em relação inclusive ao movimento negro, não é? Você fala: “Movimento negro no Maranhão é caracterizado...”

M.A. – Eu acho que ficaram porque, aonde eles têm a terra, porque deixar a terra. Eles já vão sair e abandonar a terra é quando são pressionados por forças de fora que os expulsam das terras. Mas esses que nunca sofreram agressão, esses não deixam as terras.

V.A. – Então vai ver que nos outros estados as pessoas sofreram mais agressões antes, não foram tão preservados?

M.A. – Sim.

V.A. – Porque no Maranhão foi preservado até a década de 1970.

M.A. – A primeira comunidade que eu tenho informação, que a terra foi doada, era de um padre, lá na rampa, foi em 1818. E eles ainda estão lá até hoje, os descendentes. É uma vasta extensão de terra. E eu tenho, achei em arquivo do cartório, foi doada e eles sabem disso tudo, da história deles. Em 1832, eles receberam em 18, eu por acaso encontrei no arquivo público uma denúncia de um juiz de paz falando de um homem que hoje a gente chamaria de grileiro, que tinha tocado fogo no rancho dos pretos alforriados pelo padre fulano de tal. Quer dizer que eles também, muito cedo, começaram a enfrentar o problema da propriedade. Mas só que, eu acredito, se tornaram numerosos lá. Tanto que até hoje eles ainda estão. E as terras deles ocupam dois municípios, parte de um e parte outro. É um estudo também que deveria ser feito. Não só a gente arrolar as comunidades, mas ver caso a caso. Aí se revelaria uma história fantástica. Fosse através das uniões estáveis entre senhor e escrava, que depois ele vai deixar para ela e para os filhos, às vezes eles deixam para os feitores, para os mais velhos. Eles sempre nomeiam, e dão as nações, no tempo que ainda tinha africano. É uma história fantástica que eu acho que fica muito reduzida quando a gente generaliza e chama tudo de quilombo. Porque aí a gente perde de vista a origem de cada lugar desses. E a história da resistência para eles permanecerem. Porque enquanto nos quilombos era até através das armas e da formação de guerreiros, de recrutamento, de tudo. Foi durante a escravidão. E depois, como é que a gente resgata essa história pós-abolição para que eles permanecessem na terra se eu digo que tudo foi quilombo. Aí reduz muito: “Quilombo todo mundo já sabe o que foi”. “Foi quilombo?” “Foi quilombo”. E toda essa trajetória para cá que não começou com a organização dos negros fugindo para os matos, mas até para conservar algo que tinha sido doado com papel com tudo, com escritura?

V.A. – Mas aí, a contradição com o Artigo 68? Porque o Artigo 68 fala das comunidades remanescentes.

M.A. – Mas isso aí que foi o grande problema. Quando se deveria reivindicar que era o negro garantir a posse da terra para quem já estava. E aí sim, cada um com os seus históricos. Isso não ia fazer com que eles perdessem o direito à terra. Agora, no momento em que botam só remanescentes de quilombos, aí todos têm que dizer que são quilombos. Aí muda tudo. Lá no

Frechal está a casa grande do engenho com tudo, todo mundo sabe que ali foi uma fazenda. Aí outro dia um repórter disse: “Como é, mas esse quilombo era do lado da casa grande?” Aí...

[FINAL DA FITA 3 – A]

M.A. – ...Imagina, dez mil hectares. Mas não do lado da casa grande, não junto ali. E nunca os escravos da própria fazenda iam sair daqui para fazer um quilombo a vinte metros, ele ali mesmo? Não. O que poderia ocorrer era escravos de outras fazendas, fugidos, que ficavam nas capoeiras daquela fazenda. E podia ser do conhecimento do senhor, daquele proprietário ou não. Não era escravo dele. Isso também vai ocorrer muito, de você acoitar, o que eles chamavam de acoitamento, escravos de outras fazendas que ficam nos seus matos e você faz que não ver.

V.A. – Acoitar quer dizer o quê?

M.A. – É dar abrigo, é fazer vista-grossa. E alguns fazendeiros vão botar os que eles sabem que são quilombolas e negociam com o chefe do quilombo para levá-los para trabalhar naquela fazenda. E ficam trabalhando. Tem tanta coisa na história da escravidão que não é só tortura e sofrimento, mas principalmente, o que é interessante é da parte da organização do negro. É como eles se organizavam para sobreviver nos quilombos e manter a liberdade. E ao mesmo tempo estar junto com os que estavam nas fazendas. Essa relação é constante.

V.A. – Vamos voltar para aquele médico, qual é o nome?

M.A. – O Cesário Coimbra.

V.A. – Que acabou dando várias dicas, ou incentivando a senhora a fazer uma organização. Então vamos ver o início da organização.

A.P. – Deixa eu só fazer uma pergunta: ele era da Associação dos Homens de Cor?

M.A. – Mas isso no Rio Grande do Sul.

A.P. – Então, de Porto Alegre. Porque havia uma Associação dos Homens de Cor na década de 1940.

M.A. – Isso. Uma vez ele mostrou o estatuto. Mas aí ele era do PTB. No tempo do Getúlio ele entrou na política, eu sei que ele foi deputado. Mas ele tinha um humor muito... o importante é que, com a riqueza dele, ele nunca deixou de saber que ele era um negro e dos preconceitos que o negro sofria mesmo ele sendo uma autoridade. Ele era também capitão do Exército. E quando ele foi deputado, ele contava que às vezes estava na Assembleia, aí quando iam perguntar: “Eu quero falar com o deputado”. Aí, se ele estava lá a pessoa dizia: “Ali tem um deputado”. E uma vez disse que estava um contínuo perto dele conversando, aí o que estava atrás de um deputado foi direto no contínuo: “Deputado”. Ele disse: “Não sou eu que sou deputado. É esse aqui”. Aí o outro disse: “Desculpa...” Ele disse: “Não. Você está certo. Você está em uma sociedade onde o preto é o faxineiro, o branco é o doutor, o deputado”. E isso, todos os negros que são médicos, que galgaram uma posição, tem uma história semelhante para contar. Todo tempo sendo confundido, as pessoas nunca querendo ver. E ele andava sempre de terno branco, impecável, uma postura toda, mas não adiantava, era um preto. Como é que um preto vai ser um deputado e o outro que vai ser o faxineiro daqui? E eu estava com essas coisas todas na cabeça. Tudo já tinha contribuído para que eu quisesse fazer algo. Já tinha formação, já tinha despertado há muito tempo para o problema do preconceito e do racismo, e em 1978 fiz parte de um comitê político e o cara da esquerda e eu já abordava essa questão do preconceito porque promovi muitas palestras, tinha muita coisa e já falava também. E assim...

V.A. – Esse comitê político era o quê?

M.A. – Era de uns candidatos, porque foi antes da Anistia. Aí resolveu se reunir todo mundo que era de esquerda, que fazia oposição à Ditadura, para lançar candidatos, qualquer um. Aí isso foi muito bom porque também foi um aprendizado. Você ia para a periferia, conversava com os moradores, sabia das histórias, e ao mesmo tempo a gente estudava e discutia muitas questões. E mais uma vez eu já fico colocando, mas eu falando sozinha, essa que é a verdade: eu falava só. Os outros não estavam entendendo bem, porque ainda se estava muito naquele mito da democracia racial. A gente ainda estava muito convencido de que no Brasil não tinha

isso, era só nos Estados Unidos, era na África do Sul. Toda vez que a gente ia colocar, as pessoas mesmo do grupo, os estudantes da minha turma: “Não Mundinha, tu está exagerando. Isso não é assim. Você quer transformar isso aqui nos Estados Unidos? Não é assim”. Falava só, não tinha ressonância. Aí chega 1979, bem, já tem o MNU. Aí eu fico sabendo tudo, que começou o MNU em São Paulo.

V.A. – Como você fica sabendo?

M.A. – Lendo os jornais. Lá onde eu trabalhava recebiam os jornais de São Paulo, do Rio, e teve o ato público. Ah, também a essas alturas já tinha uma bibliografia, eu viajava muito, trazia livros sobre negros, comprei o do Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes* e outros títulos assim. E já tinha uma leitura também, não era só coisa de minha cabeça. Eu já estava lendo, já tinha muitos livros, sempre estava comprando nas minhas viagens.

V.A. – E você achava esses livros como? Ia para o Rio e ia nas livrarias?

M.A. – Ia nas livrarias, mas eu já estava com o meu interesse voltado para isso.

V.A. – Mas não tinha indicação, alguém que dizia?

M.A. – Não.

V.A. – Era também sozinha?

M.A. – Sozinha. Eu ia só. Ainda tenho desses livros. São os mais velhos, os mais antigos da minha biblioteca. Aí quando foi em 1979, fiquei sabendo desse ato e tudo. Aí tinha um professor de Educação Física, ainda tem ele ainda mora aqui o Isidoro Cruz Neto. E ele é de São Paulo e estava sempre em contato também com o povo de São Paulo. Quando é em 1979, um dia...

V.A. – Ele era negro?

M.A. – Negro. Ele deve andar por lá pelo Congresso. E o papel dele nessa história nossa do movimento, ele nunca militou como os demais que depois chegaram, mas é importantíssima a contribuição dele, porque ele foi no meu trabalho e disse: “Mundinha, por que nós não fazemos aqui um movimento, uma passeata no 20 de novembro”. Eu estou dizendo que eu falava sozinha, não é? Ainda não tinha conseguido ninguém que desse ouvido a esse negócio. Eu disse: “Passeata por quê?” Tinha havido um manifesto em 1978 em São Paulo e eles iam fazer, o MNU já estava forte em 1979, já tinha diversas, como é que eles chamavam? Tinha um nome que eles davam... Eu estou fazendo apontamentos com a história do movimento negro, aí já está até aqui. Bem, e iam fazer lá em São Paulo no 20 de novembro. “Por que nós não fazemos aqui?” Eu disse: “Isidoro, como é que a gente vai fazer isso aqui se não tem nem consciência negra. Todo mundo se diz moreno”. Aqui todo mundo se chamava de moreno. Ai meu Deus, chamar de preto só quando queria ofender. “Como é?” “Nós vamos, você chama umas pessoas, eu chamo outras. Vamos ver, vamos nos reunir e lá se decide”. Tinham criado também a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos também nesse mesmo ano, em fevereiro de 79. E estavam com uma casa alugada na rua da Saveedra. Como todo mundo era do mesmo grupo, o pessoal da Sociedade era todo do mesmo comitê que eu tinha feito parte em 1978, aí eu conversei com eles e eles disseram: “Mundinha, a gente pode ceder uma sala para vocês”. Era uma casa grande. Aí nós marcamos as primeiras reuniões em setembro, precisamente agora, de 79.

V.A. – 15 de setembro, vai fazer 25 anos, não é?

M.A. – É. A gente considera 19 de setembro. Porque, eu sempre com a minha mania de anotar tudo, toda reunião tinha tipo uma ata. Eu ainda guardo até hoje os manuscritos e eu botava data bem em cima. Então a primeira data está lá: 19/09/1979. Aí dizendo como é que seria...

V.A. – Foi essa reunião na Sociedade de Direitos Humanos?

M.A. – É. Mas aí já foram três jornalistas negros, o Isidoro, eu também tenho as pessoas, porque se anotava quem estava na primeira reunião, na segunda, na terceira. O Isidoro ainda é da Educação Física, ele está lá pelo Congresso. E foi fundamental ter duas pessoas. Pelo menos

eu já tinha outra pessoa. E ele também conhecia muita gente, muitos negros, porque ele era professor de Educação Física, e estava sempre em contato com os atletas, aí ele chama os estudantes negros também lá da universidade, porque ele era professor da universidade. E eu vou procurando entre as meninas do coral, porque tinham muitas negras e professora e tudo. E fizemos a primeira reunião. E na primeira a gente foi discutir esse negócio: “Faz manifesto? Não faz?” E eu coloquei a minha preocupação, porque não tinha grupo formal, não tinha nada, não tinha consciência de nada. Como é que a gente ia fazer um manifesto no Dia da Consciência Negra – porque já tinham determinado que o dia 20 era o dia nacional da Consciência Negra. E ganhou que eu era a favor que se formasse um grupo de estudos, e que a gente começasse a discutir as questões do preconceito, da nossa história, e ficássemos chamando quem tinha as mesmas preocupações, porque tinham professores também, mesmo sem ser negros, mas que já conversavam comigo dessa ausência, de não ter uma produção aqui sobre o negro, diziam: “Mundinha, com uma população dessa, não ter um livro. Tem o *Negro no Pará*, *O negro na Bahia*, negro não sei por onde... Aqui ninguém produz nada sobre o negro”. Essas e outras questões: tem mesmo preconceito? Não tem preconceito? Existe a democracia? Como é que o negro se vê? Era uma série de questões que foram levantadas para que a gente começasse a conversar entre nós mesmos. E depois se pensaria no que fazer. Bem, isso deu algo... começou muita gente a ficar animada, lógico que ainda existia muito medo. A Anistia tinha sido em agosto, em setembro... Qualquer ajuntamento, qualquer grupo ainda chamava a atenção. Depois eu fui ver nos registros da Dops lá no Arquivo, que em 1983, 84 ainda tinha gente participando de nossas reuniões e fazendo relato. Ia nos nossos eventos e depois eu ficava pensando: “Puxa, quem seria daqueles?” Porque a maioria era negro, e estava lá só anotando. Como não tinha nada demais, a gente estava falando era da situação, mas para ver, já era 83, 84, o Joel Rufino vinha dar cursos e tinha sempre lá alguém espiando. O meu nome está na Dops, muita gente está na Dops por conta desses eventos. Porque na hora que você se pronunciava, você já ia ser fichado: “Falou não sei quem sobre isso...” Aí já abriu uma ficha para gente.

V.A. – As reuniões eram na própria Sociedade?

M.A. – Na Sociedade. Aí tinham os jornalistas, aí hoje avaliando esse período de 25 anos, todo mundo foi importante. Qual era o problema dos jornalistas? É que todos os dias eles botavam no jornal. E era um jornal sensacionalista: “Hoje os negros estão se reunindo para não sei o

quê...” E tudo que a gente discutia às vezes não era para estar sendo divulgado. Eles já estavam botando. E foi gerando uma expectativa na população. Ninguém sabia que negros eram esses. “O grupo de negros...” aí começou, tanto que uma senhora uma vez, conversando comigo, não sabia nem que eu fazia parte: “Mundinha, tu já ouviste falar em um grupo de negros?” Aí eu disse: “O que foi?” Ela disse: “Menina, tu achas isso uma loucura? Eles querem fazer como se fosse Estados Unidos. Isso é uma loucura!” Eu disse: “Não é loucura não dona Maria. Eu estou no grupo”. Ela ficou toda sem jeito. E assim: muita confusão. Mas foram uns três meses. Em outubro o Gilberto Gil esteve aqui no Maranhão e esses jornalistas levaram ele para essa reunião.

V.A. – Em outubro de 79?

M.A. – Outubro de 79. E foi nessa reunião que foi Luizão, porque Luizão já era do PDT, foi uma turma do PDT porque estava Neiva Moreira também, que era daqui do Maranhão, viveu no exílio, tinha retornado. Eu sei que era um bando de retornados e que foram para essa reunião para saber como é que era, o que a gente pretendia, e Neiva Moreira falou sobre a África porque ele era jornalista do *Cadernos Terceiro Mundo*, ele e a mulher dele. E todos davam muita força que a gente levasse adiante, que tinha que existir esse tipo de grupos e nessa...

V.A. – O Gilberto Gil veio fazer?

M.A. – Veio fazer show e levaram também, porque ele era negro. E tudo para chamar a atenção, isso já pela parte da prática dos jornalistas: o negócio era chamar a atenção para este grupo.

V.A. – O que o Gilberto Gil achou?

M.A. – Também parabenizou, disse que essas iniciativas deveriam existir e que a gente estava saindo de um período desses, todos se pronunciaram e lembraram as lutas de independência de Moçambique, de Angola. Isso era muito recente. Tão recente... eu também acompanhava isso através da imprensa. Bem, com este grupo, eles resolveram que eu coordenaria porque acabava sendo a única pessoa, naquele momento, que tinha um pouco mais de informação sobre a situação do negro, e tinha livros. Aí eu tirava cópia de capítulos e levava, perdi também muitos

livros, porque às vezes eu emprestava, não devolviam o livro, tudo pela causa. Mais os jornalistas um dia fizeram uma manchete, eu não sei, eu acho que foi em novembro, mas manchete de primeira página: “Negros realizarão congresso no Maranhão”. Agora veja bem, o tempo que levou para sair esse congresso de negros no Maranhão e eles botaram. Tu ia ver a matéria: não tinha nadinha. Só invenção deles: “Os negros que estão se reunindo pretendem fazer um congresso no Maranhão”. Quando? Onde? Como? Não tinha nada porque nem se tinha discutido isso. Ainda era um embrião. Aí nós ficamos muito preocupados. Mesmo porque eles plantavam todo dia uma coisa, uma novidade, uma invenção. Aí eu vim no jornal falar com ele, não era nem dia de reunião: “Por que vocês fizeram isso? Isso não é verdade”. Aí ele disse: “Mas o nosso compromisso não é com a verdade, é com a notícia!” [risos] Eu nunca esqueço isso. Eu disse: “Mas qual é o objetivo desta notícia se ninguém falou, se não vai haver esse congresso?” Quando foi para a reunião, nós chamamos a atenção e todos falaram que não deveria mais acontecer isso. E eles não aceitaram, que nós não íamos reprimi-los, que eles iam continuar fazendo dessa forma. Aí nós dissemos: “Bem, então vocês vão ter que participar de um outro grupo”. Aí eu lembro que ele disse: “A senhora que é a dona do grupo? A senhora é que vai mandar? Eu quero ver se a senhora vai impedir de nós entrarmos aqui”. Eu disse: “Não. Não vou impedir. Mas posso reunir em outro lugar”. Pronto. Aí todo mundo concordou e foi a primeira dissidência logo no início. [riso]

V.A. – Como era o nome desses jornalistas?

M.A. – Um é assessor do governo, Udes Cruz, mas foi muito importante nesse começo. Ray Santos, ele assinava assim. E o outro era Samuel, não sei o sobrenome de Samuel. O Udes é assessor de imprensa do Governador.

V.A. – Foi a primeira dissidência.

M.A. – A primeira dissidência. E nós não fomos mais lá. Começamos a reunir aqui na casa da minha mãe, em novembro. Eles ainda andaram botando uma nota no jornal de grupo de negros, não sei o quê, mas depois não tinham acompanhantes, não tinham os para ficar do lado deles e ficaram meio zangados. Depois acho que eles entenderam. Hoje em dia está tudo bem. E reunimos um dia na casa da minha mãe, já era novembro para dezembro. Em dezembro nós

começamos a nos comunicar com entidades de São Paulo, eu escrevia, também tenho carta deles. E em dezembro de 1979 eu fui para o Rio em mais uma de minhas viagens e disse: “Agora eu vou procurar as entidades que estão lá”. Falei com o pessoal: “Vou pegar estatutos, vou conversar...” Porque o Neiva Moreira tinha orientado que a gente formalizasse: “Não vão ficar o tempo todo. Vocês estão pretendendo o quê? Criem um grupo formal, regularizem, tenham um estatuto, uma diretoria, vão logo pensando nisso”. Porque a gente pensava em ser só grupo de estudos, quando chegou em dezembro de 79 a gente já estava pensando em realmente transformar em uma entidade, existindo juridicamente. E fui para o IPCN, onde encontrei o Amauri, o Yedo e o Orlando era o presidente do IPCN. E conversei muito com eles, eles me deram cópia do estatuto, e procuraram me mostrar as dificuldades. Nessa vez no Rio conheci a Lélia Gonzalez também, e já algumas pessoas que eles me apresentaram. E fiquei muito feliz. E para você ver: esse intercâmbio que vai se prolongar por muitos anos começa logo aí, antes do CCN estar formalizado. Ainda não tinha nome, não tinha nada. Mas a gente já sabia que queria fazer pesquisa, queria ir para comunidade negra, queria fazer denúncia de racismo, de preconceito, não era uma coisa só. E tinha o MNU, mas tinham essas entidades. A gente não queria também ser MNU, não sei por quê. Talvez a gente achasse muito vanguarda, a gente não queria MNU, queria ser mais tipo o IPCN, Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, a gente estava mais para esse negócio. E voltei, acho que em janeiro. E quando eu volto, não tinha onde se reunir e não podia ficar na casa da minha mãe o tempo todo. E o Tácito Borrálio, que o Laborarte, Laboratório de Expressões Artísticas, tinha um sobradão... era um casarão em que os artistas moravam praticamente em comunidade. Era um grupo de teatro, e eles compraram um casarão, que ainda hoje existe também.

V.A. – Aonde fica?

M.A. – Na rua Jansen Muller, e é muito conhecido o trabalhão deles. E eles são de 1973. Eu tinha sido do Laborarte...

V.A. – Você tinha feito teatro, não é?

M.A. – Eu era desse grupo de teatro, mas o que eu fazia era cantar. Nas peças, eles sempre me botavam para cantar. Ali eu era muito tímida, ficava por detrás e fazia parte do coro, cantava...

Para se ver como se foi aliando já, fazendo parcerias com diversos grupos, e o Tácito disse: “Vocês podem ficar se reunindo no Laborarte”. Quando eu falei do impasse, disse: “Se a gente for para a Sociedade, lá é aberto, não se vai impedir. Mas nós não queremos mais continuar com o grupo dos jornalistas”. Aí ficamos lá um bom tempo. Criamos quadro de associados. Fomos logo discutir, em março, abril, a possibilidade de criar de fato uma entidade e já discutindo o nome. Eu sugeri que fosse Centro de Estudos da Cultura Negra, aí já disseram: “Não. Estudo ainda é visto como coisas assim de militantes de esquerda, que criam os núcleos de estudos...” Aí o Luizão sugeriu: “Vamos botar Centro de Cultura Negra, que é abrangente e a gente vai fazer o que se quer sem chamar muito a atenção”. E a maioria concordou e ficou assim.

V.A. – Quem era? Luizão...

M.A. – Aí já tem muita gente.

V.A. – Quem?

M.A. – Tem Rosário... Porque desde que foi na visita de Gilberto Gil, já ficaram uns dez ou mais. Aí Luizão já foi nessa visita, aí a gente já convidou para ele ficar, João Francisco, tinha Rosário, Isidoro, Silvia Costa Leite, chamavam de Silvia Black, quem mais? Tinha mais homens. Isso é que eu me admiro, é que de repente a mulher que ficou na frente quando eram homens que estavam.

V.A. – Mas o primeiro presidente foi o Luizão?

M.A. – É. Nós fomos na casa do doutor Cesário, nós queríamos o doutor Cesário, que era uma figura já conhecida, um homem idoso, com uma representatividade. Ele não quis. Eu fui até com Ana Maria do IPCN, que estava aqui. Ela foi em umas reuniões lá do grupo. Eu não queria de maneira alguma, eu não sei o que eu temia, eu não queria. Eu queria mais estar assim na organização, nos debates, nas coisas. Mas não para estar à frente, diante do estado, está entendendo? Eu acho que aí minha timidez voltou de novo. E doutor Cesário disse: “Quem tem que ser é você”. Aí a Ana: “Não, mas eu não quero”. Aí nós fomos catequizar Luizão, porque

Luizão também, com a trajetória dele, é negro, é médico, está envolvido, a consciência dele com as lutas populares, a identidade dele vindo da zona rural, com a luta para se formar em Medicina. Então um homem com uma trajetória dessas, para nós era interessante também estar à frente do grupo alguém que tinha ascendido através da educação, mas que tem uma origem de trabalhador, para não se distanciar tanto da população negra com a qual nós íamos trabalhar. Imagina só, se tivesse aquela postura de um elitista, para nós não seria interessante. E ele com a simplicidade dele, com tudo. Pronto. “Não. Vocês sabem que eu estou chegando agora. Tu é que tens que ser Mundinha”. “Não Luizão”. “Então, quando tiver que dar entrevistas em jornal, em televisão, eu não vou. Porque agora que eu estou começando, estou aprendendo. Tu é que vais”. E assim ficou. Elegeram a primeira diretoria, eu era a vice-presidente, e a vice-presidente que ia para tudo. Como eu tinha idealizado, as coisas estavam muito claras na minha cabeça, o direcionamento de tudo. E assim foi. E dava entrevista, aí perdi o medo, perdi o acanhamento, perdi tudo. E a minha prática na escola, em sala de aula, já fez com que, na Semana do Negro, desde a primeira Semana, a gente se voltasse para fazer palestras nas escolas.

V.A. – Já em 1980?

M.A. – Já em 1980.

V.A. – Foi o CCN que inventou essa história da Semana do Negro, também?

M.A. – Pelo menos com essas características de você trabalhar com estudantes e ao mesmo tempo ir para a periferia fazer palestras em união de moradores. Ora, a primeira Semana, a parte das discussões mais teóricas, foram aqui na esquina, na São Pantaleão da Misericórdia, que era um sindicato de peixeiros, de carroceiros e de garçons, era a sede. Nós pedimos o salão emprestado e participaram da primeira...

V.A. – Reunião de quê?

M.A. – Da primeira Semana. Foi uma semana. Durante essa semana, durante o dia nós íamos para as escolas, ou íamos para o museu, teve palestra no museu, nós envolvemos todo mundo.

A.P. – E essa semana era em maio, não é?

M.A. – Em maio. E à noite...

V.A. – Por que não usaram o Laborarte, e sim esse sindicato aqui?

M.A. – Porque aí tinha tipo um auditório, eles tinham muitas cadeiras.

V.A. – Então já era dentro dessa programação dessa semana, à noite tinha o quê?

M.A. – Aí nós fizemos aí. À noite nós chamávamos os palestrantes, que eram professores de universidades, foram mais negros, teve Esterlina Melo, teve José Carlos Sabóia, que era das Ciências Sociais, veio Estevão Maya-Maya, um maranhense que mora em São Paulo há muitos anos e que já era de movimento negro. E ele trouxe o Arnaldo Xavier. Ele conseguiu que o Florestan Fernandes fizesse um manifesto sobre a primeira Semana do Negro no Maranhão. Mandou para nós. E foi muito bom. Aí nós lemos, e temos cópias de tudo. Encheu o auditório. Vieram pessoas de grupos, das casas de culto, de tambor de crioula...

[FINAL DA FITA 3 – B]

V.A. – ...Porque foi criado em 19 de setembro de 1979, foi aquela reunião lá na Sociedade Maranhense.

M.A. – Sim.

V.A. – E aí foram fazer os estatutos e tudo.

M.A. – Sim.

V.A. – Quando que foi criada efetivamente com estatuto? Aí já foi em 1980?

M.A. – Foi com a Semana do Negro.

V.A. – Foi na própria Semana do Negro?

M.A. – Aí que demos posse para a primeira diretoria. Em maio de 1980, foi na Semana do Negro que a primeira diretoria assumiu e aí já tinha um nome e como essa documentação de cartório tudo, não tem que ser ao mesmo tempo, aí depois que fomos tratar disso. Mas já tinha um nome e já tinha diretoria.

V.A. – Não sei quem que nos falou que a senhora andava com o livrinho de atas para pegar assinaturas porque precisava de assinaturas...

M.A. – De muita gente. Eu sei que teve um aniversário meu, acho que em janeiro do outro ano, pegamos muita gente porque o meu aniversário também servia para aglutinar a negrada toda. Mas tudo lento. Aí teve a colaboração de brancos e de negros, não na direção e nos encaminhamentos, na ideia do que ia se fazer. Mas, por exemplo, se precisasse de um artista gráfico para fazer um folder, qualquer coisa, tinha muita gente colaborando. Durante a discussão da Semana apareceu muita gente, esses primeiros meses de 1980.

V.A. – Por que a Semana ficou em maio e não em novembro?

M.A. – Porque depois nós criamos para novembro também. Já era a Semana da Consciência Negra. Em maio a gente chamava de Semana do Negro. Aí na Semana do Negro nós mandamos imprimir, aí já em parceria com a universidade, a universidade mandou imprimir uns 500 cartazes. E os rapazes que já estavam no movimento saíram prendendo esses cartazes em todos os lugares, na universidade em todos os departamentos, ali no hall, e levavam... chegava em uma lanchonete, estava lá o cartaz, chegava na rua Grande, “n” vitrines com os cartazes. E chamou a atenção. E ficou no meu registro que os meninos uma vez disseram que ouviram na universidade, alguém olhou o cartaz e disse: “Ih... Até negro já tem semana?” Para ver o inusitado, não é? Estranho.

A.P. – Mas o que dizia no cartaz?

V.A. – Vinha a figura de uma mulher negra quebrando coco, a foto era até minha, “I Semana do Negro no Maranhão” e os patrocinadores: Centro de Cultura Negra, Secretaria de Estado da Cultura e acho que o Iphan, que tinha dado não sei o que aí, só isso. Mas a figura era forte. Só a figura, bota uma mulher negra...

V.A. – A data, o local?

M.A. – A data, o local, e foi muito bem a divulgação, a imprensa deu a maior divulgação, aí eu dei entrevistas e tudo...

V.A. – Aí era o Udes Cruz, o Ray Santos?

M.A. – Não. Já tinham saído. Eles não participaram mais. Naquela época, em 1979, deixaram definitivamente. Como eu tinha feito Comunicação, não tinha problema, eu redigia as matérias, redigia convites, e conhecia também quem estava nos jornais. Aqui até hoje, basta você mandar uma coisa e eles vão lá e fazem entrevista. Gente, o que eu dei de entrevistas nessa minha vida toda... não tem esse negócio de matéria paga nada. Imagina as matérias. Nesse mesmo dia eu tinha uma foto... 13 de maio, foi o primeiro dia de abertura dessa I Semana, eu tinha ido em Bom Jesus dos Pretos nesse mesmo mês de maio no começo do mês, que era para fazer uma matéria sobre comunidades negras. E fui em Bom Jesus, fiz umas fotos tão bonitas deles. E preparei a matéria e dei no jornal. Eu não estava nem ligando se iam botar o meu nome ou se não iam. Eu dava a informação, eu queria é que saísse. Botaram em uma folha, aí botaram “Bom Jesus: reduto de negros...”. Aí o pequeno que era responsável pela folha botou lá uma introdução dele e o resto todo era a matéria que eu tinha dado. E ele disse: “fotos de Mundinha Araujo”. Tudo bem, só ficou o crédito das fotos, mas aquilo também foi ótimo, matéria de uma página sobre uma comunidade negra. Isso em 1980.

V.A. – Pequeno é quem? Pequeno é o apelido do jornalista que você falou?

M.A. – Não. Euclides Moreira. Eu acho que a gente fala muito aqui “pequeno”. Ele era o editor da página cultural do jornal *Imparcial*.

V.A. – E o apelido dele é pequeno?

M.A. – Não. Isso é vício daqui da região. A gente chama quase todo mundo de pequeno.

V.A. – Como se fosse falar assim: o menino, o rapaz...

M.A. – Ele enquanto esteve na imprensa, o pessoal da televisão, aí chamavam, davam entrevistas, a gente ia para o canal 2... E essa primeira Semana foi assim. Teve apresentação também na Cafô das Mercês, que eles chamam também de Museu do Negro. Aí foram os grupos culturais, que depois o MNU condenava: “Imagina, festa no 13 de maio”. E a gente, nessa primeira Semana do Negro, o que se queria era mostrar tudo, não era nem coisa de festejar a princesa Isabel, isso nem passou na nossa cabeça, mas fazer uma apresentação dos grupos, que os negros se considerassem importantes, os negros que estão aí mantendo os grupos de boi, de tambor de crioula, de tudo. E depois nunca mais se fez isso. Isso também foi no primeiro ano.

V.A. – Como assim?

M.A. – De ter apresentações culturais.

V.A. – As outras Semanas do Negro não tiveram apresentação cultural?

M.A. – Não. Aí era só os debates, era projeção de filmes, era peça que a gente fazia os textos e levava para periferia e era assim. E em 1981 Joel Rufino dos Santos já veio fazer palestras junto conosco. E veio um casal que tinha vivido na Guiné, é [Zegatti]² e ela é Raquel, mas isso está nos nossos arquivos. Não dá para decorar todos os nomes. E eles estiveram fazendo um documentário fotográfico nessas áreas de libertação de Moçambique, Angola e trouxeram esses slides. E isso foi ótimo, já na segunda Semana. E nós levamos para esses bairros todos. E também ficou marcado na gente a reação das pessoas quando viam negros na tela. Eles nunca tinham visto. E aquelas crianças negras, a situação muito parecida com a periferia daqui

² O mais próximo do que se pôde ouvir.

também, os barracos, os casebres. E nós chegávamos e os salões estavam cheios. Tinham pessoas do movimento negro, como o Luís Carlos Guerreiro do Bairro de Fátima, ainda hoje ele mora no Bairro de Fátima, ele tinha uma capacidade de mobilizar as pessoas. Quando nós chegávamos ele dizia: “Vai tal dia na união dos moradores...” Mas nós já fazíamos uma programação já dizendo tudo, onde, em tal lugar. Chegávamos lá e estava lotado. Lotado! E das primeiras vezes que a gente botou os slides os meninos foram ao delírio, mas não era vibrando, era vaiando: “Olha esses pretos. São macacos. Feios...” Aí a gente já aproveitava naquela hora para dar logo uma aula. Depois que projetava: “Vocês estavam rindo de quê? De quem? Tem tanta criança parecida. Os que estão lá parecem com vocês”. Aí, em um daqueles lugares, um menino negro levantou e disse: “Mas eu não sou africano. Eu sou é jamaicano”. Olha só, porque já estava o movimento do reggae, e não é que ele não quisesse ser negro, isso é o que nós entendemos, era a identidade, que ele estava querendo mais ser para o lado dos pretos da Jamaica; lá tinha o reggae, tinha o Jimi Cliff, Bob Marley, aquelas figuras negras que eles viam nos discos, e aquele som que todos os negros se apaixonaram aqui no Maranhão até hoje. Hoje é domínio público, mas era só a negrada que dançava reggae, só a negrada que ia para os bailes, todos na periferia. E aí a gente começava, a gente adotava uma prática antes de começar as entrevistas, as palestras, perguntava: “Quem é preto aqui?” Ninguém. “Ah, não tem preto?” Aí, quando era no final, depois que a gente mostrava toda essa história do negro, e a gente perguntava: “E agora vamos ver: quem é negro aqui?” Todo mundo levantava o braço. E assim a gente foi aprendendo com eles. Nós não estávamos na periferia, no interior, só para ensinar, foi um aprendizado, o que querem ouvir... E eu com a minha máquina comecei a fazer fotos deles também na periferia. Depois eu retornava com essas fotos e meu projetor de slides, estendia um lençol no meio da rua, e eles foram se acostumando a se ver. E realmente as fotos eram belíssimas. Quando eles apareciam eu dizia: “Nossa! Mas está bonito! Vocês não estão achando bonito, gente?” Aí eles riam, depois... para irem se acostumando a ver a beleza deles. Eu dizia: “Olha, mas com essa trança...” As meninas estavam começando a usar trancinha. E foi muito bom. Todo mundo que participou desse início diz: “O começo do CCN é que era, que a gente ia domingo para a periferia...” Mas foram outros tempos. Eu acho que a gente precisava, naquela época tinha que ser algo assim mesmo, estar em todos os lugares chamando a atenção e nos multiplicando. Parecíamos que éramos muitos, mas não éramos. Éramos poucos. E o povo diz: “O CCN vai crescer depois do Akomabu”. Que é em 1984. Aí outros dizem: “Sim, mas para dançar. Porque quadros mesmo... não cresceu o quadro. Aquelas pessoas...” E o

importante é que éramos todos militantes. Então todo mundo fazia trabalho voluntário, não tinha esse negócio de só com o projeto, só com financiamento. Saía, era a vontade de fazer, era a vontade de mudar. E em 1980 também tem o primeiro encontro do Memorial Zumbi em Alagoas, em agosto. Nós fizemos a primeira Semana do Negro aqui em maio, então a gente já tinha essa referência de comunidades negras. Não sei quem falou, eu sei que disseram: “Mundinha, vai ter esse encontro”. Acho que alguém da Secretaria de Educação soube. E eu não sabia como ir. Ou foi o próprio Iphan que teve conhecimento. É, tinha o Iphan pelo meio, e o diretor do Iphan era meu amigo. Ele disse: “Mundinha, vai ter esse encontro em Alagoas. Eu acho que você devia ir. Eu lhe dou a passagem. O Iphan dá a passagem”. “Tudo bem”. Isso foi uma coisa realmente muito boa, porque esse encontro foi a primeira vez depois da Anistia, depois de muitos anos, que estavam se reunindo as lideranças antigas, tipo Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura eu acho que foi, com o pessoal que tinha aparecido em 1978, 79, que era o nosso caso. Porque de 79 tinha aqui o Centro de Cultura Negra, tinha o Movimento Alma Negra do Amazonas, também de 1979, tinha o Ceab de Brasília, tinha o movimento de Pernambuco, que depois eles vão ser MNU, mas no começo era movimento negro do Recife. E todos esses grupos, o de Alagoas vai ser criado em 1980, o Cedenpa do Pará em 80 também. E aí foram mais de 80 representantes dessas entidades. Muita gente. Isso também foi fundamental para o crescimento do CCN, porque, fui só eu daqui, mas lá teve um momento para fazer seus relatos, aí eu já falei do grupo que a gente tinha criado, das nossas atividades, e todo mundo achou que a gente estava assim no caminho certo. E quando a gente fala que a gente estava indo para as escolas, e que a gente já estava discutindo leis abolicionistas... eu não disse: em 1980 eu começo a ir para o Arquivo Público para pesquisar porque eu achei que tinha que ter informações sobre o negro no Maranhão, e era nos arquivos. E lá eu já pesquisei sobre as leis abolicionistas, pegava logo os textos: “O que foi a Lei do Ventre Livre?” Pegava o texto, o da Lei Áurea, porque eu sabia que isso era desconhecido por todo mundo. Aí a gente já discutia, do sexagenário, “será que libertou mesmo?” “E esses meninos?” Aí os textos da Lei do Ventre Livre, que mostravam que na realidade a criança não estava liberta, pôxa, isso causava uma sensação nas escolas. Não era só de você estar dizendo: “No Brasil tem discriminação...” Mas era pelo novo que a gente estava levando, era pelas coisas que nunca antes tinham sido discutidas com os professores, e o próprio preconceito na sala de aula, o preconceito em todo local.

V.A. – Em Alagoas também, então essa sua exposição sobre as Leis abolicionistas...

M.A. – Eles reproduziram depois. Aí todo mundo já pegou o que chamavam de cartilhinha, diziam: “A gente pode reproduzir para nós?” Aí muita coisa que a gente foi fazendo aqui, a gente já foi também socializando informação por conta do intercâmbio, assim como nós usávamos o que vinha de fora. Esse manifesto aqui veio de Salvador. Havia isso, a gente mandava o material para outros estados e outros estados mandavam para nós. E todo mundo estava na mesma luta, independente ser a denominação do grupo diferente. O importante é que todo mundo tinha entendido que não existia uma democracia, e que a gente estava aí para derrubar a ideologia do branqueamento, e estava para mostrar a história do negro, e aí foi... O Joel também ia para a periferia.

V.A. – O Joel Rufino?

M.A. – É. Conheci o Joel lá em Alagoas, em 1980, e o Abdias. Aí eles se prontificaram a vir para cá assim que a gente quisesse. Já em 1981, a segunda reunião do Memorial Zumbi já foi aqui.

V.A. – Isso aqui é o mesmo Encontro Norte-Nordeste?

M.A. – Não. Norte-Nordeste vai ser em 1981 também.

V.A. – Espera aí: em 1981 teve o segundo encontro Memorial Zumbi?

M.A. – Era uma reunião do conselho do Memorial Zumbi que foi aqui no Maranhão em 1981.

V.A. – Não foi um encontro?

M.A. – Não. Esse tipo de encontro não teve mais.

V.A. – Foi só aquele em Alagoas?

M.A. – É, em Alagoas.

V.A. – O que é o conselho do Memorial Zumbi?

M.A. – Até hoje ainda deve existir, era para discutir a criação do Memorial Zumbi lá na Serra da Barriga.

V.A. – Então nesse encontro em Alagoas surgiu um conselho Memorial Zumbi?

M.A. – É. O Carlos Moura estava lá, muita gente do Ceab de Brasília e de todos os estados.

V.A. – E o Encontro Norte-Nordeste? Porque a gente viu teve um especialmente...

M.A. – O primeiro foi em Pernambuco em 1981. Aí o segundo foi na Paraíba em 1982 e o terceiro foi aqui em 1983.

V.A. – Aí juntou também esse pessoal que já tinha estado em Alagoas?

M.A. – E durante uns dez anos teve Encontros de Negros do Norte e Nordeste. Eu tenho até a relação, se vocês depois quiserem... E em Alagoas... por isso que facilitou o intercâmbio. Se eu não tivesse ido, como é que iam se conhecer essas pessoas? Como é que nós íamos intercambiar as informações? Aí pronto, já foi com endereço, todo mundo... e foi muito proveitoso. Lélia Gonzalez também veio nessa reunião do Memorial Zumbi, o Olímpio Serra, [Ordebe]³, que eram do Iphan, muita gente. E para nós era importante porque cada professor desse que vinha de fora, cada intelectual negro que vinha participar dos nossos cursos, das nossas reuniões, e a comunidade participava, a universidade, estudantes; bem, o grupo nosso, o CCN adquiria maior credibilidade e respeito: “O pessoal está trabalhando com coisa séria. Não é só auê...” E nunca se fazia manifestação de rua, a gente nunca quis estar fazendo isso. Nós achávamos que a luta era dentro das escolas, era fazendo parcerias. Em 1982 nós fizemos um convênio com a Secretaria de Educação porque nós queríamos a participação dos professores. Olha, durante

³ O mais próximo que se pôde ouvir.

esta semana eles colocaram os professores à disposição para participarem desta Semana. A gente fazia assim, era tipo regional: “Ah, vamos para o bairro do João Paulo”. Todas as escolas que ficavam no bairro do João Paulo e adjacências iam só para o local.

V.A. – Os professores?

M.A. – Os professores. E aí participavam as pessoas da escola, não os estudantes. E nós distribuíamos o material que a Secretaria de Educação também ajudou a rodar, e deu o papel e tudo. E seguravam mais as que eram professoras, eu, Carmem Lúcia, a Fátima minha irmã, que nesse tempo também estava aqui; e o Carlão também foi, e Luizão ia... Foi algo que depois nós fizemos um documento e apresentamos lá no encontro da Cândido Mendes em 1982, aí nós já levamos porque me convidaram para participar de uma mesa redonda, Movimento Negro nos anos 1980. E o Amauri também estava nessa mesa e tinha outras pessoas. Quando eu fiz o relato, depois eles disseram: “Incrível, você esteve em 1979 conversando conosco e nós lhe demos orientação. Hoje você chega aqui e mostra um movimento que ninguém está fazendo. E lá no Maranhão”. Todo mundo ficou encantado que ao mesmo tempo a gente estivesse principalmente nesse aspecto da educação, que a gente considerava prioridade.

V.A. – A relação com Secretaria de Educação devia ser muito boa, não?

M.A. – Porque tínhamos pessoas lá. A Carmem Lúcia ocupava também um cargo lá. O Luizão falava todo dia: “Nós temos que estar em todos os lugares”. É para isso. Entra uma pessoa que é chefe e vai falar com o secretário: “Nós temos essa semana...” E aqui no Maranhão não teve nunca, assim do lado dos órgãos públicos que cediam os auditórios e tudo, nunca teve um bloqueio, de dizer assim: “Imagina, se a gente vai dar coisa para negócio de negro estar se reunindo”. Nunca. Ninguém negava. Acho que tinha medo de ser acusado de racista.

A.P. – Achei interessante esse comentário que fizeram lá no Rio em 1982, porque eu estava aqui pensando justamente isso: porque em 1979, em agosto, era só você; aí depois veio o Isidoro. Aí você achou legal porque já eram dois. Queriam fazer alguma coisa, mas não tinha consciência e tal. E de repente em 1980, na Semana do Negro, já tem uma série de pessoas, em 1981... Enfim, um processo rápido, denso, não é?

M.A. – Foi.

A.P. – A que se deve isso? Qual a reflexão que você faz nesse primeiro momento?

M.A. – Eu acho que foi um empenho de todos nós, de estarmos também em todos os lugares. A gente assumiu: é o movimento, é o movimento, mas não era um movimento parado. [risos] É o sentido do movimento, de estar em todos os lugares. E terminava a Semana do Negro e eles continuavam a convidar a gente para fazer palestras. E também no meu trabalho, veja bem: a gente até para militar precisa também da colaboração de quem não é negro. Basta que tenha também um compromisso com a mudança. Eles me liberavam para viajar, liberavam para fazer palestras, não demorava muito já era a Semana da Consciência Negra, que a gente começou em 82; era no mês de novembro. Aí ficava o ano todo. E as pessoas também, que naquela época faziam parte, ou eram estudantes universitários, ou pessoas que já estavam estabelecidas. Tinha médicos, professores, tinha profissionais liberais de um modo geral. E também, que tinham um poder aquisitivo, que já podiam se deslocar por conta própria, não tinha problema de estar: “Eu não vou porque eu não tenho o dinheiro do transporte”. Eu ia para o interior com o meu dinheiro, pagava a minha passagem, e assim que era. Foi rápido, cresceu e sem mais problemas, esse que é o mais importante. Aquela dissidência foi só no período bem inicial. Aí tinha gente que passava meses: “Ah, vou dar um tempo”. [risos] Dava o tempo mas sempre se dizendo: “Eu sou do Centro de Cultura Negra.” Até hoje, gente que passou lá uma vez, diz: “Eu fui da fundação do CCN”. Eu digo: “Realmente eu preciso botar essa história no papel, porque já fico desconhecendo”. Mas não é, não foram. Mas é que passou tanto tempo que eles acham que dizendo agora que foram da fundação do CCN, isso dá prestígio. E não, porque quem foi ainda está vivo e nós sabemos perfeitamente quem foi dos primeiros meses, dos primeiros anos, quem entrou já no final de 1980, a gente sabe. Mas que bom que as pessoas não se envergonhem de uma entidade, não é? As pessoas negras ainda se orgulhem de dizer: “Eu sou do Centro de Cultura Negra”. E tudo não foram flores, nem tudo foi aceitação. Tinha palestra que eram embates seríssimos, que vinham em cima. E por isso que as pessoas gostavam que eu fosse: “Mundinha tu tens que ir...” Porque eles achavam que eu tinha mais segurança para dar as respostas. Dificilmente eles iam jogar em cima e não iam ter uma resposta minha. Porque aí eu comecei a estudar mais do que nunca. Eu lia o tempo todo tudo de negro: “Tenho que saber”.

Como ainda estudo, agora estudando sobre África. Estou sabendo muito mais sobre a África já que se tem mais livros hoje em dia. Naquele dia eu estudava o tempo todinho, e fazendo a pesquisa. Então já tinha informações a mais do que a média, tanto de professores como todos eles, porque eu estava nos arquivos, estava pesquisando, estava já falando de uma outra história que as pessoas desconheciam. E tinha também as vezes em que a gente ficava sozinha, chegava o final de ano os militantes começavam a ir para os ensaios de escola de samba e a gente tinha que dar mesmo... Se eu viajasse não tinha reunião. Aquilo me angustiava. Eu dizia: “Bem, se esse movimento ficar centralizado em mim, só tem reunião se Mundinha está. Se Mundinha não está eles não vão: Mundinha está viajando, não vou lá”. Mas talvez fosse a energia que eu passava de todo tempo ter uma coisa nova para discutir. E eles diziam: “Eu fui do começo do CCN e se não fosse Mundinha, ela era que nem uma professora. Ela dava aula, ela botava papel para a gente levar para casa para ler e no outro dia debater”. Mas o que eu dizia: “Gente, como se vai ter a pretensão de fazer palestras se o primeiro babaca ali pode te calar? Então nós temos que ir com segurança. A gente não pode falar de coisas que a gente não tem mais fundamento. Nós temos que estar fundamentados”. É por isso que eu exigia mesmo que tinha que ter esse estudo. E foi a formação de quadros, que todos depois gostaram muito dos meus tempos de ditadura que eles diziam. [riso] “Ah, mas ela parece uma ditadora.” “É muito autoritária”. “Só ela que aparece...” Todo esse tipo de coisa eu tive que ouvir, é normal. Então hoje em dia eu acho normal, o importante é que estamos todos aí e continuamos na luta.

V.A. – E como é que se resolveu esse problema: só tinha reunião se Mundinha estivesse?

M.A. – Isso foi logo nos primeiros anos. Bem, primeiro a gente procurou resolver a questão do final de ano todo mundo ir para o ensaio de escola de samba e só retornar depois do carnaval. Quando eu fui em 1982 lá no Rio no encontro do Afro-Asiático, que também foi fenomenal – esses anos 80 tinha muito encontro. Depois teve o encontro dos negros das Américas, do Abdias em São Paulo, tudo no mesmo ano. E eu ouvi o povo do Ilê Aiyê, do Olodum, falando sobre os blocos afro e os trabalhos que eles faziam, e as letras e tudo. E eu já tinha pensado, cogitado, já vinha pensando: “Gente, eu acho que a gente tinha que fazer um bloco para reunir essa negrada durante o carnaval”. Porque eles saíam em uma ala só de negros do CCN, mas nas escolas de samba. “Ora, se a gente se organiza para sair em ala de escola de samba, por que

não?” Mas eu não sabia precisamente como seria. Aí depois que eu comecei esses contatos com o pessoal da Bahia dos blocos afro, não deu em 1983, em 83 nós começamos a falar...

[FINAL DA FITA 4 – A]

V.A. – Não deu em 1983...

M.A. – Mas já começamos a falar e em 1984, em janeiro nós já reunimos. Aí eles já não iam para a escola de samba porque nós dissemos: “Nós vamos começar a formar nosso bloco, então tem que ter reunião para se discutir”. E eu era presidente, porque eu deixei a vice-presidência em 1982, foi de 1980 a 82. Depois acharam que eu deveria ser a presidente. Aí acabei ficando à frente nesse período que vai de 1982 a março, mais ou menos, de 1984. Quando eu saio Magno assume. O Magno tinha chegado definitivamente para ficar, porque era daqueles que ia, dava tempo, não sei o quê... Em 1983 no Encontro de Negros do Norte e Nordeste aí ele assumiu, trabalhou muito junto conosco na coordenação e pronto: aí sim, comecei a ver um caminho. Não queria também esse negócio de estar sendo todo o tempo reeleita. De jeito nenhum. Decidimos: “Vamos ver se o Magno assume”. Vimos que era um quadro excelente, e era a forma dele ficar comprometido mesmo com o movimento, assumindo. E até hoje sempre é só uma chapa. Aí fizeram uma chapa e ele entrou. E é no mesmo ano que a gente discute e sai com o Akomabu.

V.A. – Mas aí o Akomabu sai em 1984 no carnaval?

M.A. – Em 84 no carnaval, que nesse ano deu, se não me engano, em 1 de março. Mas durante os ensaios, aí pronto, já começa o povo a se animar. E em uma das reuniões, alguém tinha vindo dar um curso de língua Fon e deu uma relação de vocábulos e o que queria dizer. “A gente precisa dar um nome. Que nome que bota?” É bumba-crioula, é bumba não sei o que... Até que um, o Werleys, hoje ele é professor da rede escolar, dá um outro nome que nós não gostamos, aí ele fala: “Akomabu” Aí eu pergunto: “O que quer dizer Akomabu?” “A cultura não pode morrer, em Fon”. Aí pronto, aí todo mundo concordou: “É isso aí mesmo”. Então já estava um nome assim, forte. E tinha tudo a ver pela luta da gente também pela preservação dessa cultura e tudo. Ora, uns dizem que foram 30, outros que foram 40, eu sei que nós saímos com três

atabaques e uma tumbadora, três cabaças e três agogôs. E saímos daqui da garagem da casa da minha mãe porque a gente ensaiava na esquina da casa da minha mãe, que era o salão do sindicato, ainda do sindicato. Guardávamos os instrumentos na garagem e todo mundo vinha com roupa comum, chegava ali na garagem, trocava de roupa e saíamos daqui. E cantando músicas de terreiro porque a gente pensava, nesse tempo, que seria um afoxé. Era música de Mina, música de Candomblé da Bahia, e o povo, mais uma vez, mesmo sendo carnaval, não estava entendendo nada. “É tambor de crioula?” Aí eles iam: “Não, não é tambor de crioula. Será que é gente de terreiro que está tocando?” E a roupa, bastava ter um pano estampado amarrado em volta do corpo: pronto, essa era a fantasia. Que era para dar a possibilidade de todo mundo sair. E brincamos muito, muito. E mais uma vez, a gente ia em sede de bumba-meu-boi, ia em terreiro, chegávamos lá tocávamos e dançávamos muito. Parávamos na praça e dançava. Não era nada formal, de entrar em concurso, de passar em passarela, não tinha nada disso. Era para brincar. E brincamos muito nos primeiros anos do Akomabu, antes que se transformasse em um gigantesco bloco. Essa é outra coisa que dá muita satisfação: é você começar uma coisa... eu acho que os negros no Maranhão, os negros que se envolveram aqui no movimento, muito persistentes. Tantos grupos que vieram até do nosso tempo e depois de nós, que desapareceram. E esses negros persistindo. Houve mudanças? Claro! Tem que haver mudanças. Como é que algo vai ficar do mesmo jeito, cristalizado. Mas as mudanças, eu penso que somam a experiência do passado com a vivência do presente para que nós continuemos vivos. Vivos e militando. Eu acho que essa avaliação eu faço do movimento hoje. Sem nenhuma mágoa, sem nada. Não é dizer: “Alguém que começa...” Eu fico como quem tem um filho, vê esse filho crescer e esse filho está muito bem. Eu sempre quando vou nos encontros não tenho nada, não cobro nada. Eles me consultam muito. Quando é preciso, tem algo sério, eu vou até lá e chamo, e me ouvem. E é assim. E a partir dessa pesquisa de 1980, eu não deixei mais a pesquisa. E levantei sobre uma insurreição de escravos que teve no Maranhão: foi publicado. E sobre a invasão do quilombo Limoeiro: foi publicado. Mas agora dá até um trabalho maior, sobre os quilombos mesmo que eu estou... Quando eu falo em quilombos, esses do século XIX. E os documentos da Balaiada... Quando eu fui para o Arquivo Público em 1985, fui como técnica.

V.A. – Saiu do Ipes...

M.A. – Eu solicitei o meu remanejamento...

V.A. – Porque aí você era funcionária do Estado.

M.A. – É, eu já era do Estado.

V.A. – Solicitou sair do Ipes.

M.A. – Sim, porque ainda no Ipes eu comecei a ir no intervalo do almoço para fazer pesquisa. Aí eu disse: “O mais certo é eu pedir para ser relotada para o Arquivo Público e lá eu dou um jeito de ficar trabalhando só com pesquisa”. E foi isso que eu fiz. Pedi para o Secretário solicitar minha relocação. Aqui é bom porque a cidade é pequena e todas as pessoas te conhecem. E eu, se já era conhecida, com o movimento fiquei muito assim, as pessoas querendo também fazer a sua parte. Aí eu falei para o secretário: “Mas eu quero trabalhar só com escravidão. Quero ir para lá para continuar a pesquisa”. Ele disse: “Não tem problema. Só de ter uma pessoa que quer trabalhar só com pesquisa, eu te garanto que quem vai ganhar é o Maranhão”. Aí teve uns três secretários e eu continuei, e eles sempre me deixando. Quer dizer que tudo não foi só da vontade de eu querer fazer. Eu também tive pessoas que colaboraram para que eu fizesse isso. E é um compromisso, não só com a população negra, mas para essa sociedade que eu disse que ia para o Arquivo Público para pesquisar sobre o negro. Mas não fiquei tanto tempo na pesquisa. Aí veio o Guia de Fontes para a História da África em 1986, quando o Arquivo Nacional diz para indicar um técnico para ser o monitor aqui no Estado, aí o secretário diz: “Você é a pessoa mais indicada”. E eu tinha chegado no Arquivo em 85. Em 1986 começam as reuniões para...

V.A. – Esse secretário que você diz é o secretário da Cultura?

M.A. – O secretário da Cultura, o Jomar Moraes. Ele era o secretário na época que eu fui relotada. Porque o Arquivo Público é vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. Então o Arquivo estava subordinado a ele.

V.A. – A senhora acaba sendo diretora desse Arquivo.

M.A. – Mas aí em 1991. Eu fico seis anos como técnica. Mas o período que eu fiquei lá coordenei o projeto do mapeamento cultural das comunidades de Alcântara; aí coordenei esse para o Guia de Fontes para a História da África e da Escravidão Negra. E quando chega em 1991, eu também ainda fui para um órgão aí que assumi um cargo, mas retornei para o Arquivo e eles me convidaram para ser a diretora. Só que já estavam encaminhadas partes dessas pesquisas, aí fui durante a direção eu não tenho muito...

V.A. – De 1991 até 2003.

M.A. – Ano passado.

V.A. – É muito tempo.

M.A. – Eu saí em fevereiro. 12 anos. E tive que pedir mesmo para sair. Mas aí eu já tinha deixado o Arquivo em outra situação, a documentação já estava inventariada, organizada, climatizada, com computadores. Nós, eu e minha equipe, conseguimos transformar um simples depósito de documentos em uma instituição de pesquisa. E hoje eu chego lá só para pesquisar, porque quando eu estava na direção não podia ficar sentada pesquisando. Mas aí publicamos trabalhos, fazíamos exposições sobre documentos, fontes arquivísticas para a História do negro no Maranhão, documentos para a história da Balaiada, voltados também muito para o negro, para o índio. E, como vê, todas essas minhas atividades, tanto no serviço público como na vida, foram somando. Quando eu chego no CCN, quando a gente começa, é importante que tenha essa prática do magistério, que saiba também redigir as notícias, as matérias, porque sai por aí pelo campo, faz pesquisa, isso já ajuda. E quando eu vou para o Arquivo Público, porque no Ipes eu não fazia pesquisa, eu vou fazer lá, mas eu já conhecia as comunidades negras. E aí eu elaboro o projeto, eu que elaborei o projeto, para percorrer todas as comunidades. E deu origem também a um livro *Breve memória das comunidades de Alcântara*, que é um documentário dessas comunidades antes de serem remanejadas para as agrovilas, antes da implantação da base espacial. E é o único registro que ficou, porque se não tivesse feito a gente nem saberia como viviam, como eram os sítios e o tipo de vida que eles levavam antes do remanejamento.

V.A. – A gente viu alguns documentos do CCN na Internet, e o CCN em alguns momentos diz que o seu surgimento está muito ligado à luta pela propriedade da terra dessas comunidades remanescentes de quilombo. Isso começou desde o começo? Porque a senhora já vinha pesquisando isso, mas isso estava junto com a discussão?

M.A. – Com o CCN? É. Porque em 1980 a gente já teve um conflito de terra em Mandacaru dos Pretos e nós já fomos lá.

V.A. – Já foram como CCN?

M.A. – Sim.

V.A. – E fizeram o quê?

M.A. – Procuramos as autoridades, denunciemos a situação.

V.A. – Qual era o conflito que tinha?

M.A. – Um grileiro que queria expulsar os negros da terra. E eles tinham tido um documento de 1904, os pretos, que quatro negros se reuniram – isso é pós-abolição – para adquirir a terra e eles adquiriram. Mas conseguiram... depois disso é comum nas comunidades negras: teve o documento da terra, depois passava alguém dizendo que estava cadastrando, quando não foi o cupim que devorou, alguém pegou de má fé mesmo e se apropriou. Mas os mais velhos, filhos desses proprietários antigos ainda estavam lá e eles mantêm uma resistência. Mas insuficiente porque para ir para as terras deles tinha que passar pela do vizinho, que era justamente o que queria se apropriar de tudo. Soltava o gado dele nas terras dos pretos; o poço de água potável era do lado, em um pedaço que ele dizia já que era dele, eles não podiam pegar água; ele botava capanga para queimar as casas. E quando nós soubemos disso...

V.A. – Como que souberam?

M.A. – A gente sempre sabe. O preto velho que era uma resistência, o Romualdo, ele esteve aqui em São Luís, no Incra. E nós tínhamos gente conhecida no Incra que disse: “Olha, tem uma comunidade negra que está tendo problemas seríssimos lá em Matões, lá para o lado de Caxias, longe”. Aí pronto, a gente procurou saber tudo, Luizão comigo, e nós fomos até lá. Tenho gravações ainda entrevistando. Ali foi terrível. Eles diziam que quando iam fazer queixas na delegacia, pelo fato de o delegado saber que eles eram analfabetos, dizia: “Queixa aqui eu só aceito por escrito. Se você me escrever a sua denúncia eu aceito. Esse negócio só de falar, aqui não se quer saber disso”. E ele disse que quando são os brancos, eles não levam por escrito, porque a palavra de um branco é que vale. E a palavra dos pretos não vale nada. E essas gravações são coisas assim deles acharem que os brancos achavam que eles não valiam nada. Tinha só um cemitério que servia para os dois povoados. O grileiro disse: “Aqui não se enterra mais pretos. Onde já se viu em lugar que enterra branco enterrar preto?” Ele estabeleceu um *apartheid* por conta dele. E quando morria algum preto: “Enterra do lado de fora do cemitério. Ou então deixa aí para o urubu comer, porque carniça é para dar para urubu”. E assim. Os negros começaram a ser muito humilhados, constrangidos. Aí nós fomos. Quando nós passamos aí eles espalharam: “Olha, vêm dois doutores aqui. Agora nós vamos ver.” O Luizão não pôde ir, fui eu e Silvia, que chamavam de Silvia Black, duas mulheres. Mas eu fiz a matéria, fiz fotos, trouxe e publiquei nos jornais. Por essas alturas o senhor Romualdo já tinha arrumado advogado. Então a gente começou a somar com a ação do advogado. O advogado também botava matéria na imprensa. Nós fomos falar com o secretário de Segurança sobre a ação do delegado de lá, que era um delegado de polícia que mandava os soldados dele queimar casas, amedrontar. E ele, na nossa presença, ligou para o delegado para saber o que era isso, porque tinha uma comissão do Centro de Cultura Negra lá fazendo uma denúncia para ele. Então a gente via que nós tínhamos um... nós chegávamos em qualquer lugar. A gente podia denunciar, podia pedir audiência aí para qualquer autoridade dessa para falar. E começou com Mandacaru dos Pretos, em 1980, a nossa ação em defesa e denúncia da invasão das terras de preto. Aí pronto: a partir daí era uma atrás da outra. E a gente indo o máximo, e íamos conseguindo também, íamos conseguindo que refreassem, que segurassem, através das denúncias e procurando tudo.

A.P. – Eu estou pensando aqui Mundinha: será que essa ação do CCN que priorizou a questão das terras de preto já em 1980, bem antes da Constituição, será que essa ação também não

possibilitou esse surgimento tão grande de comunidades se autodenominando comunidades remanescentes de quilombo?

M.A. – Mas isso foi mais depois de 1988. E esse projeto Vida de Negro também foi criado em 1988. Que é da Sociedade de Direitos Humanos junto com o CCN. Porque a nossa ação até então não era com projeto, era assim da militância: “A gente vai, sabe, denúncia...” Aí, em 1988 que foi criado esse projeto.

V.A. – Mas antes disso, em 1986, tem o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, que tem como tema “O negro na Constituição”, não é isso?

M.A. – É porque já estava se discutindo. Aí não era só o Maranhão. Tem a menina, a Mari Baiocchi lá em Goiás com a questão dos...

A.P. – Kalunga.

M.A. - Kalunga. Aí tinha saído *Negros do Cedro*, que é sobre essa comunidade, já tinha algumas pessoas fazendo denúncias em relação a essas terras de preto. Eu também participava de um bando encontros e já levava slides das comunidades. Agora, de onde saiu para botarem *remanescentes de quilombos*, não sei. Porque a gente já sabia que o negro tinha tido diversas formas de acesso à terra, não necessariamente só com essa de ser remanescente de quilombo. Olha, eu acho que de 1980 até 1988 é uma das prioridades porque a gente também priorizava a Educação, priorizava essa denúncia, priorizava as terras. Agora, a partir de 1988, vai se voltar mais só para a zona rural. Os anos 1990 todinho, até hoje. Aí se volta mais para zona rural, porque inclusive já vai ter financiamento para os projetos. E cresceu tanto, o que começou como uma sementezinha no CCN hoje transformou-se na associação dos quilombolas. A Aconerug na realidade sai do CCN. Ficou uma coisa bem grande.

V.A. – A senhora acha que a atuação do CCN tem influência direta nesse artigo?

M.A. – Não. Nós não.

V.A. – Porque como em 1986 teve a...

M.A. – Não teve ninguém que participou da Constituinte do Maranhão não. Se discutia aqui. Porque esse primeiro encontro já era para discutir a Constituição.

V.A. – A gente tem aqui: I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão. O tema é: o negro e a Constituição brasileira, em agosto de 1986. Em 1987 forma-se a Assembleia Constituinte, porque a Constituição só vai ser em 88, mas os deputados estão discutindo em 1987.

M.A. – Com certeza a questão da terra já foi colocada. A situação de invasão de terras e tudo mais. Que tinha que ter uma garantia. Esses negros que estavam nas terras, que eram proprietários de terras.

V.A. – Era um encontro rural, das comunidades negras rurais. A gente achou que essa ideia de garantir a propriedade da terra para as comunidades remanescentes tinha surgido daqui.

M.A. – Não era só nossa a preocupação porque essa Mari Baiocchi já estava brigando lá em Goiás. E eu acho que tinha já em outros lugares. Agora, aqui a gente já vinha falando isso desde 1980.

A.P. – Mas a gente achou interessante também, nessa pesquisa que a gente fez sobre o CCN, inclusive com textos do próprio CCN, tem uma parte lá que eles destacam a importância da ação do CCN em colaboração com o movimento negro do Rio de Janeiro nesse momento de 1986 até 88...

V.A. – E do Cedenpa do Pará. Tem articulação com relação a isso?

A.P. – Como é que é?

M.A. – Do Rio, como seria do Rio? Do Pará com certeza.

A.P. – Que foi encaminhado, parece, para a Benedita da Silva, que era deputada.

M.A. – Em 1986 eu já começo a não estar lá diretamente. É justamente quando eu só vou assim: nos encontros, já não fico nessa militância de estar lá dentro da sede no dia-a-dia. É justamente quando eu começo a trabalhar com essas pesquisas no Estado, o Guia de Fontes e o projeto de Alcântara. Tudo começa em 1986, quando o meu tempo também já fica reduzido. Aí eu já vou trabalhar, acabo trabalhando pela causa, mas não dentro mais do movimento.

V.A. – E esse projeto Vida de Negro que começa em abril de 1988, a senhora participou?

M.A. – Não.

V.A. – Também não?

M.A. – Nada. E durante muito tempo as pessoas queriam até esquecer que o CCN já tinha um passado com as comunidades. Aí queriam mostrar que foi só a partir de 1988 que se começou a dar essa atenção para as comunidades. Demorou, foi preciso a gente cobrar realmente. Aí começamos: “Não. Vocês estão enganados. Por que ficam falando que só a partir de 1988?” Aí eles reconsideraram e depois voltaram a dizer que era desde o início do CCN. Eu inclusive mostrei recortes de jornais. Eu disse: “É só você irem nos jornais e vão ver.” Em um documento que tinha elaborado para apresentar no Rio em 1982, já tem um capítulo sobre as comunidades negras, que a gente já vinha falando da questão de Alcântara, de tudo.

V.A. – E tem esse quilombo do Frechal, que é o primeiro na lista que é titulado. A senhora acompanhou esse processo?

M.A. – Sim, eu ia.

V.A. – Que é outro quilombo...

M.A. – Mas aí já é o projeto Vida de Negro que fica à frente. Eles é que têm assessoria jurídica. Agora, eu nunca deixei de ir nessas comunidades. Então em tudo eu vou. Mas não já para estar

atuando. Mas eu era assim: chegava, fazia palestras, conversava com o morador, conversava, escutava...

A.P. – A senhora estava muito ocupada com esses projetos a partir de 1986, mas em 1988, o que marcou? Qual a visão que a senhora tem daquele ano para o movimento negro aqui no Maranhão, o ano do centenário da abolição?

M.A. – Olha, nesse ano eu acho que, não é dizer que tenha ocorrido algo de extraordinário, mesmo que a posição do movimento era não ter nada para comemorar. E as nossas ações foram mais voltadas para discutir a situação do negro cem anos depois da abolição. E é lógico, tinha já a Fundação Palmares, não é? Aí o Carlos Moura procurava desfazer uma programação. Nós temos inclusive um material intenso, que era só do que poderia ocorrer durante o ano de 1988. Mas aqui foi mais com palestras, com denúncias, não teve assim algo que... bem verdade que eu não estava mais assim tão dentro, mas como eu participo de todos os eventos, não lembro de algo que tenha ficado marcado.

V.A. – A gente tem assim, da história do movimento negro geral, do Brasil, a gente alguns marcos, primeiro lá em São Paulo em 1978, a manifestação nas escadarias do Teatro Municipal; depois outros marcos, durante a década de 1970 a criação de diferentes grupos; em 1988 com a Marcha Contra a Farsa da Abolição; depois em 1995 teve a Marcha de Zumbi; 2001 teve Durban; como é que foi a articulação dos movimentos negros no Maranhão com essas questões mais nacionais?

M.A. – Eles participam. Aqui o movimento vai participar de tudo. Até para a África do Sul teve gente daqui que foi. Não ficou fora nunca não. Participam ativamente dessas reuniões de quilombolas então... Eu é que já fiquei mais indo quando tinha congressos. Aí as pessoas já me convidavam para levar resultados dos trabalhos que eu venho fazendo, como nesse congresso também, eu já apresento trabalho, não estando na organização. E assim que tem sido a minha participação. Até com o próprio movimento negro: “Mundinha, a gente quer falar sobre os quilombos”. “Tudo bem”. É de alguém que está a disposição e que coloca o que sabe, o que conhece, não só pela causa, não é dizer que é só para o movimento negro, podem me chamar

em escola particular que eu vou, podem me chamar de um órgão, um centro cultural, todos os lugares.

V.A. – E agora a senhora ainda está no Arquivo Público?

M.A. – Não. Saí no ano passado. Agora eu estou tentando terminar *Histórias de quilombos e quilombolas no Maranhão*, mas é no século XIX.

V.A. – E voltou para o Ipes?

M.A. – Não. Sou aposentada do serviço público.

V.A. – Então quando deixou de ser diretora do Arquivo Público também se aposentou?

M.A. – Não. Eu já estava aposentada desde 1997. Aí pediram que eu fosse ficando, ficando, até que eu dei um basta. Aí lá também já não precisava, tanto que eles estão dando continuidade. Também é muito bom, eu chego lá e vejo que está tudo... E ali é um rico acervo sobre escravidão. E eu estou com uns três trabalhos para concluir: Apontamentos para a história do Movimento Negro, que é um trabalho também de pesquisa, não só do que eu tenho no meu acervo, mas eu preciso também pegar com outras pessoas o que eu não tenho, principalmente nessa década de 1990 para cá, quando eu já não estava lá diretamente no CCN. Mas a gente está reunindo. Eu tenho muita coisa.

V.A. – Apontamentos para a história do movimento negro no Maranhão?

M.A. – No Maranhão, mas dá uma introdução que a gente pega desde o começo e as principais entidades de fora que surgiram nos anos 1980, os encontros regionais, são apontamentos. E dos quilombos, e estou trabalhando também com as mulheres, festas e danças de preto no Maranhão, também desde o tempo do Império, do século XIX...

[FINAL DA FITA 4 – B]

V.A. – Então esse trabalho... Você lembra do que ela estava falando, exatamente como acabou, não?

M.A. – Sim. É o material que eu já tenho...

V.A. – Sobre a história do movimento negro, os apontamentos.

M.A. – Apontamentos para a história do movimento negro, que eu pensava até em publicar. Não sei se dá um livro ou se dá um folheto, porque depois que a gente compõe tudo é que vê. Ia ser nos 25 anos, mas não deu.

V.A. – E dos quilombos e das festas...

M.A. – E danças de preto. Muito interessante, porque...

A.P. – Quero ter acesso a isso.

M.A. – Quando chega determinada época, como agora, tudo que era de preto que era discriminado, que era reprimido, que era condenado, ninguém queria participar, mas depois de mais de um século é o que representa o Estado, como bumba-meu-boi, tambor de crioula, aí todo mundo inventa uma outra origem. Como o boi: “São as três raças. Nunca teve essa separação...” Aí eu vou mostrar que era só coisa de preto. Desde a escravidão quem saía com esse negócio de boi era escravo e por isso que era muito reprimido. E venho com essa pesquisa desde o século XIX até 1915. Peguei alguns anos após a abolição para ver como era isso, e foi legal. Aí eu já trabalho com requerimentos para o chefe de polícia.

A.P. – A gente lá no Rio, em São Paulo, Brasília etc., está tendo um debate muito forte sobre a questão das ações afirmativas, sobre cotas em universidades e tal. E como essa também é uma pergunta que a gente tem feito para todos os entrevistados, a gente quer saber como, em que nível, está essa discussão aqui no Maranhão, se tem cotas na universidade federal, na estadual? Como está essa discussão sobre ação afirmativa aqui no Estado do Maranhão?

M.A. – Estão discutindo há muito tempo. É lógico que o movimento é a favor e está aí também participando, já fizeram diversos seminários e estão em contato, sempre são chamadas as instituições, as universidades. Mas não sei se isso já está assim claro. Nenhuma das universidades falou, não cogitaram de abrir, de fazer essa abertura de cotas. E entre os militantes, não é dizer que existe um consenso com a população negra. É lógico que negros que conseguiram chegar na universidade sem cotas e que os filhos também, acham que é por aí mesmo, é estudar, e que o que não está prestando é o ensino fundamental. E eu vejo as pessoas perguntando muito: “E do que adianta chegar na universidade dessa forma porque é preto, mas se não está bem preparado para ficar discriminado lá dentro?” Quando um não der um bom rendimento e começarem... Eles acham que a situação do negro ainda fica pior: “Esse é daquela história de cotas, por isso que não entende nada, não está aprendendo nada”. Isso, gente que é contra. E quem é a favor acha que é isso aí, que tem que lutar pela universidade. E eu ouço os dois e tenho meu ponto de vista: é que essa não é a prioridade hoje para a população negra só chegar na universidade. E se a gente for falar isso... bem, tem todos os negros da zona rural lutando, como se diz, até de uma forma muito... caso de... fugiu a palavra agora, contra a pobreza que é cada vez pior, lutando contra a fome, lutando contra a discriminação, porque não são ouvidos até pelo fato de serem pretos. Porque na zona rural ainda é mais violenta a discriminação. Esses pretos que saem dos povoados e vão para as sedes, onde fazem suas compras, onde vão aos bancos, eles são sempre vistos como quem está à margem de fato. Não é tratado tudo igual. E eles sabem. “Ah, esses pretos!” “Isso é coisa dos pretos de Santa Rosa”. “Isso são os pretos da rampa...” Ainda estão lutando para viver com dignidade, para manter a dignidade. E não têm postos médicos, e não têm escolas, quando terminam o fundamental, ou vão para a sede para continuar, ou terminou ali na primeira etapa. E eu sou mais dessas pessoas, desses negros que gostariam de estar ainda continuando a lutar e a discutir por melhores condições de vida para a população negra. Sei que assim, eu costumo dizer, eu sou de uma família de 12 irmãos, 8 foram para a universidade quando não existiam cotas. Por quê? Porque pelo menos tinha condições de me alimentar, meu pai tinha emprego, não era rico, mas tinha emprego. E será que é só por aí? E o caso do emprego dos pais desses estudantes, e a alimentação para poder, e o transporte, e o mínimo de recursos para poder adquirir livros e comprar revistas. Tudo está aí para uma elite, gente. Essa que é a verdade. É para quem tem recursos. Você vê uma revista semanal, é quase 10 reais. Tem umas revistas agora de História. Eu que tenho uma renda reclamei. *História Viva*, mas sobre a insurreição francesa, insurreição

popular, e como eu venho trabalhando com revoltas aqui no Maranhão, vem somar. Eu disse: “9,90!” Achei caro. Acho caro. Os livros são caros. E aí? As bibliotecas, não existe nada. As bibliotecas das universidades não são atualizadas, os títulos... Então é uma série de discussões, não só o negro chegar na universidade. Tem uma série de discussões que nós temos que sentar junto, no momento que eu estou discutindo de um negro ir para a universidade, e que universidade é essa também que eu quero tanto ir para lá? Será que isso vai fazer a nossas condições melhorarem tanto? Eu não gosto de ver como se fosse a salvação. Eu não gosto de encarar a discussão de cotas: “Ou nós entramos na universidade em determinado número agora, ou não tem mais saída para nós”. Não gosto de ver uma coisa só. Discutir cotas de forma isolada, só vendo a entrada do negro na universidade: acho perigoso. Acho que é deixar de fora discussões seriíssimas. “Ah, mas uma não invalida a outra”. Sim, não invalida, mas por que não se está discutindo então ao mesmo tempo? Se agora resolveram nos ouvir, por que nós não falamos de todas as nossas misérias, de todas as nossas carências, de tudo que nos deixa à margem? Eu até evito falar de cotas, porque o movimento tem sempre... no momento em que se fala que não é a favor do que é consenso... só que a maior parte fica só ouvindo. Aí parece que é um traidor da causa. Já é contra os negros. Não, pelo contrário, eu sou a favor não só de um grupo, não só de uma camada, mas dos negros que estão aí sem educação. Essa que é a verdade. Por que nós não lutamos por melhores escolas públicas nas periferias? Nós sabemos onde os negros estão. E nós aqui com essas comunidades rurais, eles já estão lá, é só negro. No momento em que eu vou até a prefeitura e brigo para colocar uma escola com o fundamental completo e depois para o segundo grau, eu estou lutando pela educação. E não é só dizendo para negro: “cota para entrar na universidade”. Porque senão quem vai entrar nessa universidade se dizendo negro? Isso já está ocorrendo. É justamente quem está em uma situação melhor, e tão esbranquiçado que a gente olha: “Mas isso é negro?” “Ah, porque minha avó, minha mãe...” Gente, não são esses que estão sendo discriminados. Não são esses que são rejeitados na hora de pegar um emprego. Porque neste país, quanto mais tu clareias tua pele, menos discriminação tu vais sofrer por conta da cor. Ora, quem não sabe que um preto, como a gente chama aqui, retinto, recebe um tratamento e esses que eles encaram como mulatos, já pardos, não é o mesmo tratamento. E as portas se fecham justamente para os pretos retintos. São justamente os pretos que estão lá nas comunidades, que praticamente não houve miscigenação. Mas estou na luta, acho que toda luta está valendo. Agora que resolveram nos ouvir, se o governo tem “n” projetos de inclusão, por que não? Mas não se pode ficar só

discutindo cotas. Eu penso que a gente deve aproveitar esse momento, essa abertura para discutir cotas e ver também o fundamental. Não podemos esperar. Porque senão quem vai entrar nas universidades? Nós estamos brigando para quem? Só para os que estão só aí na idade de entrar? E mesmo assim, como o problema não é só esse, eles sabem que eles têm que trabalhar. O abandono que ocorre, a população negra começa a abandonar o estudo desde lá do segundo grau, desde o fundamental eles já estão abandonando, porque tem que ajudar, ele tem que sobreviver. Se não sobrevive, se não tem como, não tem profissão, não tem grau de instrução, cai na marginalidade que todo mundo conhece. Aí fica parecendo que é coisa genética, que todo preto que é bandido.

Então, nem contra nem a favor. Que se discutam cotas: tudo bem. Mas que não esqueçam por que a gente começou a fazer movimento negro. É uma luta bem mais ampla, que não pode se reduzir às cotas. Agora, se na universidade se discute isso: tudo bem. Mas tem outras questões para se discutir em diversos lugares onde o negro está.

V.A. – O seu irmão José Eugênio, ele participa do movimento negro no Maranhão?

M.A. – Não. Incrível, na minha família...

V.A. – Ele que foi a centelha...

M.A. – Pois é, eu digo: “Tu me iniciaste e nunca foi do movimento”. Aí para você ver como é, mesmo nas famílias, vão e tudo, participam, mas engajados? Nenhum. E ele é do BNDES lá, ficou morando no Rio muitos anos. Mas a alegria é que a gente conseguiu também a segunda geração, ninguém teve dúvida de que era negro por conta da minha ação já enquanto militante negra, de tudo. E muitas das minhas sobrinhas também já participam. Aquela que fez a monografia é uma sobrinha minha que fez Ciências Sociais. Ela está mais próxima, essa está mais próxima. Tem uma outra também que...

V.A. – Como é o nome dela?

M.A. – Ana Eugênia Araujo.

V.A. – Ela é filha de quem?

M.A. – De uma irmã minha, Isídia.

V.A. – A Isídia ainda não tinha aparecido.

M.A. – Porque são muitas. Tem a Ana Maria, eu Maria Raimunda, Socorro...

A.P. – A mais nova é a Paula.

M.A. – Tem Joana, tem Isídia, tem Fátima e Paula.

V.A. – E Paula, participa do movimento?

M.A. – Também, só assim, simpatizante.

V.A. – Ninguém é engajado?

M.A. – Não.

V.A. – E a senhora teve filhos?

M.A. – Não tive.

V.A. – Os sobrinhos.

M.A. – Só muitos sobrinhos. E já sou tia-avó. Minha mãe já tem bisneto. E tive uniões estáveis, não muito duradouras. Mas a última, que eu me separei agora em abril, foram 13 anos. Ele negro também. Mas não muito engajado. Eu dizia para o pessoal: “Parecia que lá em casa negra era só eu”. [riso] Ele não. Tanta coisa entre os negros que a gente tem que ver.

V.A. – E essa biblioteca Eugênio Araujo? A senhora que montou?

M.A. – É o meu acervo.

V.A. – Essa casa aqui é propriedade sua?

M.A. – Essa é minha. Comprei. Tem dois anos que eu comprei. Como estava próximo aqui da casa da minha mãe, o médico tinha adquirido para ser um consultório, por isso que é assim. Aí ele fez essa reforma. Depois foi para o Renascença e colocou a casa à venda. Queria um preço alto. Aí passou uns dois anos fechada. Aí ele foi diminuindo, diminuindo, aí eu brincava: “Quando chegar no valor que eu posso comprar, eu compro”. Aí falava para as vizinhas: “Quando for tanto...” Aí falaram para ele. Ele disse: “Tu queres a casa?” Ele também foi meu médico. Eu disse: “Mas eu quero para trazer meu acervo de casa, porque já fica muito longe”. Às vezes as pessoas queriam pesquisar, tinham que ir lá onde eu moro. Atravancava muito a sala, que já era só estante. Eu deixei só duas lá e trouxe essas. Aí ele disse: “Por mim, está vendida a casa”. Ave Maria, em uma semana resolveu isso. Foi uma alegria. Aí eu trouxe o computador para cá. E aqui é bom, que fica sendo só local de trabalho. Mas a intenção de colocar o meu acervo à disposição, eu já disse para ele, não para emprestar, porque eu sei que o exemplo de emprestar livro é você acabar com o acervo. E é um acervo que eu venho investindo. Eu adquiero livros. Eu não ganho, eu compro. Mas também não queria que as informações ficassem só comigo. Mas podem chegar aqui, sentar, ler, fazer sua ficha, tudo... e essa é a intenção. E o que eu consegui acumular também como militante do movimento, as minhas anotações, e carta e tudo o que era dirigido para mim, porque eu procurei formara o arquivo do próprio CCN. Que resta pouco. Disseram que eles chamavam de arquivo morto, jogavam não sei por onde... Eu disse: “Não tinha nem idade para ser morto. Não tinha nem um século. E não existe arquivo morto. Todo arquivo está muito vivo”. E teve coisas que eu não tinha e tirei cópia. Agora, tem cartazes que eu não guardei e eles também extraviaram. Agora para os 25 anos vieram: “Mundinha, tu tens cartazes?” Eu disse: “Não. Eu estava mais preocupada em formar o arquivo do CCN. Não era o meu particular. O meu particular já foi em decorrência até da própria trajetória do processo”. Você vai acumulando papel, e eu sempre gostei de acumular papel, no final eu estou com muito papel e tenho que botar em caixa e tudo. Muitos recortes de jornais, muitas matérias, e precisa catalogar tudo. Tem bibliotecárias me ajudando, elas me orientam. Estou tombando os livros. Já tombei grande parte. Depois vejo se

vou pegar um programa para botar os livros todos no computador, mais tarde se cria um site para informar, é essa minha intenção.

V.A. – E o nome, Eugênio Araujo?

M.A. – Eugênio Araujo porque, como eu disse, meu pai é que estimulou em nós, os filhos, a leitura. Se não fosse meu pai... meu pai sempre comprou livros. Sempre. Lógico que a biblioteca, essa não é a dele, mas na nossa casa tinha biblioteca. Nós tínhamos estantes cheias de livros. O nosso pai comprava, e comprou tudo de Graciliano Ramos, e Jorge Amado, e Aluísio de Azevedo, eram os livros todos, ele comprava as coleções. E sempre. Eu acho que é uma justa homenagem: é um negro, é um operário que lidava com as letras, e não só isso, o fato de ter tido 12 filhos e que ele proporcionou esse acesso à educação, colocou sempre como prioridade a educação, e para tudo. Os que quiseram ser músicos, o meu pai tinha muita alegria em ver os filhos tocarem e ver a gente cantar. Eu tinha muita afinidade com meu pai. Eu digo: “Meu pai tem que ficar aí”. Eu ainda vou fazer um folder com a biografia dele. Ele não pode ser só o pai de Mundinha, tem que saber o que ele foi para gente.

V.A. – Ele faleceu em 2001?

M.A. – Em 2001. Ele já estava com 87 anos. Mamãe tem 84.

V.A. – E mora aqui ainda?

M.A. – Mora. É uma casa grande.

V.A. – Tem gente com ela?

M.A. – Tem. E toda noite dorme uma filha. Agora que eu não estou dormindo porque não tem ninguém para ficar lá em casa. Aí eu venho aqui durante o dia, vou e durmo em casa. Esses dias eu estava até dormindo aqui, botava o colchonete para estar cedo lá no *campus*. Mas é isso.

V.A. – Acho que a gente já perguntou tudo que agora a gente queria. Mais tarde, eu sei que quando a gente for transcrever a gente vai dizer: “Devia ter perguntado isso...”

M.A. – É. Mas aí você ligam, passam e-mail.

V.A. – A senhora quer falar mais alguma coisa para encerrar, ou não precisa?

M.A. – A gente está aí no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros e se vê que muita gente que está participando é dos anos 1980, não é? Que começou na luta nos anos 80, e muitos são jovens. Isso que anima: é saber que continua. Com certeza vai chegar um dia que essas histórias a respeito do negro, da luta, da resistência, estará tudo publicado, estará tudo divulgado. E os que vierem depois de nós, com certeza, terão menos trabalho. Porque a gente quer mostrar que teve uma participação mesmo efetiva na construção desse país, como sujeitos dessa história. Eu só estou pedindo a Deus que me dê mais uns anos de vida para poder... tem hora que eu acho que é tanta coisa ainda para fazer. E olha que eu já... Mas esse ano que eu estou voltada só para isso, de sentar, tomar conta de casa, resolver meus problemas domésticos, e só escrevendo e pesquisando. Porque na hora que a gente começa a escrever: “Ah, eu poderia ter visto isso”. Aí lá vou eu para o arquivo ver se acho algo que me esclareça mais. Vou para as bibliotecas. Aí tenho que fazer a leitura das pessoas que escreveram naquele tempo, não era sobre o negro, mas nos romances deles eles vão deixar, vem alguma coisa à tona. Pegar jornais de época: aí vou para a biblioteca pública e fico lá lendo os jornais. É bom que sempre aparece alguma coisa nova. Aí eu digo: “São as velhas novas informações”. Porque se a gente não tem, elas são todas novas. Se nós não vivemos naquela época, então tudo para nós é novo. Mas direcionado para o negro. E fico feliz cada vez que eu vejo que com toda a tortura... isso que eu digo para o pessoal: “Não vamos ter preconceito contra a dança, porque uns só querem dançar...” Eu digo: “Ah, se não fosse a dança... Ah, se não fossem os cânticos...” Eu disse: “Olha, mesmo nos momentos mais terríveis da escravidão, os negros tocavam sempre os seus tambores, os negros dançavam”. E isso que manteve as nossas almas livres gente! Uma coisa é aprisionar o corpo, outra é você saber que dia de domingo e feriado, dia santo, nós vamos poder nos reunir e tocar e dançar. Aquilo já dava um alento. E aqui no Maranhão é uma alegria a gente ver a imprensa da época sempre cobrando: “Esses negros estão dançando tambor...” E tem uma postura que proíbe: “Onde estão as autoridades que não veem isso”. E

eles estavam lá, estavam lá se reunindo aos domingos, se reunindo em todas as oportunidades. E vinha a polícia e prendia, e pegavam chicotadas porque ainda tinha o castigo, não é? E a gente vê hoje. Então, se em alguns aspectos uma cultura, a gente considera que já faz parte desse universo, não só dos negros, mas de toda uma população no caso do Maranhão, aí assim vai ser todo resto. Os nossos escritos têm que ser aceitos não só como tese, como dissertação. Eu não me considero uma pessoa da academia. Agora, tenho condições de ir em busca das informações e trabalhar com essas informações. Disso aí eu não tenho nenhuma dúvida. E tenho um imenso prazer em contar as nossas histórias. Eu sempre digo quando me perguntam se sou historiadora: “Não. Não fiz História. Eu sou uma contadora de histórias. E como contadora de histórias eu gosto dessa nossa história”. Apesar de historiadores dizerem que eu sou historiadora. Quem é historiador mesmo? É só fazer um curso de História? Só tirar um diploma de bacharel em História? Quem é historiador, não é? Eu acho que é quem está trabalhando com a história, que não foi contada principalmente. E se foi contada, a gente tem que reavaliar isso tudo. E é esse trabalho que eu faço. E estou sempre discutindo. Lógico que não tem muita gente para discutir isso. Porque aí precisava ter mais gente pesquisando para gente fazer os grupos de estudos. E quando ocorre um congresso como esse é bom porque a gente também vê o que estão fazendo os pesquisadores negros, o que já tem, o que não tem. E todo tipo de iniciativa é legal, conquanto que a gente derrube esses mitos todos que estão por aí e construamos uma sociedade em que, de fato, todos se sintam bem. Impossível? Não sei. De longe nós já viemos. O pior eu acredito que já passou. Agora também não está em uma boa situação atual. Eu me entristeço muito. Eu acho tudo muito terrível. Tudo muito triste. E o pior é a alienação, você não conseguir pensar sobre si mesmo. Porque primeiro, eu acho que antes de entrar no coletivo a gente tem que saber: quem somos? O que eu sou? O que é o negro aqui no Brasil? O que esperam de nós? O que esperamos de nós mesmos? Porque se a gente incorporar que vai ser aquilo que sempre ouviu dizer que nós somos, e nós não nos perguntarmos o que nós somos, eu acho que está perdido. Aí que é meio desanimador, é quando a gente vê os próprios negros não saberem o que são e o que fazem aqui. Aí dificulta tudo. Aí o movimento negro que não têm negros? Porque se o negro não assume a identidade... a gente também não tem a ilusão que esses nossos grupos formados com pessoas que foram para universidades, eram trabalhadores, isso não é nem a metade, não representamos nem a metade, nada da população da negra. Grande parte não sabe nem da nossa existência. O CCN tem 25 anos, mas se você for na periferia tem gente que diz que nunca ouviu falar. Por isso que a gente

tinha essa preocupação de ir em todos os lugares. Como não sabem quem é o presidente também, não sabem coisas que estão na televisão todos os dias. A gente diz: “Em que mundo vivem? Quando olham a televisão, o que eles estão olhando?” Ler nem se fala, não leem. Mesmo pelas dificuldades. Muito mal sabem assinar o nome. Então a leitura é prazerosa quando você sabe ler, identificar os códigos. Ler muito mal uma frase, demorar muito para ler uma frase: isso não dá prazer. Porque para ler uma página vai demorar demais. Aí ele perde o interesse. Tem que saber ler. Aí que começa. Se não ler, como saber da existência de outros mundos?

V.A. – E a senhora nunca mais deu aulas?

M.A. – Não. A minha prática é só essa, só assim fazendo palestras. Eu trabalho com alunos, mas fazendo palestras. Praticamente eu me coloco à disposição. Todo mundo sabe que pode me chamar.

V.A. – Mas aula mesmo, de menino?

M.A. – Não. Mudou tanto também. Agora eu já não teria mais prazer em ensinar, porque está em uma política de ir aprovando os meninos sem saberem. Não sabem ler, não sabem contas, não sabem nada. Chega lá em não sei qual série, aí você vê: “O que é que eu vou fazer com uma criança dessa, com um jovem desse gente?” Tão difícil. Como que vai cobrar de uns meninos desses? Não tem.

V.A. – Está ótimo.

M.A. – Vocês cansaram, gente...

[FINAL DO DEPOIMENTO]